

**RELATÓRIO
DE
SUSTENTABILIDADE
2020**



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Sobreira de Santana – Governador

Francisco José Coelho Teixeira – Secretário de Recursos Hídricos

COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS (COGERH)**Conselho Fiscal**

Titular: Augusta Angélica de Oliveira Freitas – (Suplente: Sabrine Gondim Lima)

Titular: Victor Diego Soares de Almeida – (Suplente: Ronaldo Lima Moreira Borges)

Titular: Maria Izolda Cella de Arruda Coelho – (Suplente: Fernando Antônio Costa de Oliveira)

Conselho de Administração

Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins – Conselheiro Presidente, indicado pelo Acionista Majoritário

João Lúcio Farias de Oliveira – Conselheiro, ocupante do Cargo de Diretor-Presidente da COGERH

José Sérgio Fontenele de Azevedo – Conselheiro, indicado pelo Acionista Majoritário

Francisco de Souza – Conselheiro Independente, indicado pelo Acionista Majoritário

Yuri Castro De Oliveira – Conselheiro, indicado pelo Acionista Majoritário

Rosângela Maria Lucas Teixeira – Conselheira Independente, Representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará

Ubirajara Patrício Álvares da Silva – Conselheiro Representante dos Empregados Públicos Efetivos da COGERH

Diretoria

Diretor Presidente: João Lúcio Farias Oliveira

Diretor de Operações: Roberto Bruno Rebouças

Diretor de Planejamento: Elano Lamartine Leão Joca

Diretor Administrativo-Financeiro: Denilson Marcelino Fidelis



Gerências Regionais

Gerência das Bacias Metropolitanas – Gerente: José Rodrigo Vasconcelos Cavalcante

Gerência da Bacia do Alto Jaguaribe - Gerente: Anatarino Torres da Costa

Gerência da Bacia do Banabuiú - Gerente: Paulo José Gomes Ferreira

Gerência da Bacia do Salgado - Gerente: Alberto Medeiros de Brito

Gerência da Bacia do Coreaú e Acaraú - Gerente: Manuel Bartolomeu Gomes de Almeida

Gerência da Bacia do Curu - Gerente: José de Arimatéia Paiva

Gerência da Bacia do Médio e Baixo Jaguaribe - Gerente: Hermilson Barros de Freitas

Gerência da Bacia dos Sertões de Crateús - Gerente: Francisco Rodrigues Pessoa dos Santos Júnior

Coordenação

Hugo Estenio Rodrigues Bezerra (Assistente da Presidência)

José Maia de Souza Filho (Técnico Administrativo)

Colaboradores

Adriano Lima Ribeiro

André Veras Braga

Antônio Carlos Bortolin

Anthony Maia

Berthyer Peixoto de Lima

Carlos Alberto Teixeira Júnior

Carlos Ayres Meireles

Carline Ismênia Bezerril

Cibele Carvalho Borges Holanda

Clara de Assis Jerônimo Sales

Claire Anne Viana de Sousa

Débora Maria Rios Bezerra

Fernanda Azevedo Benevides

Francisco Assis Rabelo Pereira

Henrique Silvestre Mendes

Hugo Estenio Rodrigues Bezerra

João Batista Coelho Neto

José Maia de Souza Filho

João Ricardo Rios

Lucivânia Figueiredo de Sousa

Marcílio Caetano de Oliveira

Mikaelle Duarte Mariano

Paulo Henrique Studart Pinho

Paulo Miranda Pereira

Pedro Paulo Brito Gonçalves Pereira

Rejane Ferreira Gomes Viana

Stella Maria Sales de Almeida

Walt Disney Paulino

Zulene Almada Teixeira



Sumário

1 APRESENTAÇÃO	8
1.1 Sobre o Relatório	8
1.2 Capitais IIRC	8
1.3 Mensagem da Administração	10
2 A COMPANHIA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ - COGERH	13
2.1 Perfil Organizacional	13
2.2 Produtos e Serviços	13
2.3 Área de Atuação	14
2.4 Estratégia da Organização	15
2.5 Os Resultados da Organização	17
2.6 Contexto Externo	23
3 GOVERNANÇA E CONFORMIDADE	28
3.1 Estrutura, Políticas e Práticas de Governança Corporativa	29
3.2 Gestão de Riscos e Controles Internos	34
3.3 Ética e Transparência	43
4 CAPITAL MANUFATURADO	46
4.1 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura	46
4.2 Segurança da Infraestrutura Hídrica	47
5 CAPITAL INTELECTUAL	55
5.1 Estudos e Projetos	55
5.2 Gestão de TI	58
5.3 Inovação Tecnológica	59
5.4 Padrões e Processos	61
6 CAPITAL NATURAL	64
6.1 Água	64
6.2 Energia	73
6.3 Resíduos	75
7 CAPITAL HUMANO	79
7.1 Gestão de Pessoas, Diversidade e Inclusão	79
7.2 Desenvolvimento de Pessoas	81



7.3 Saúde e Segurança Ocupacional	82
8 CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO	85
8.1 Fiscalização e Outorga	85
8.2 Gestão Compartilhada e Participação das Comunidades Locais	92
8.3 Ouvidoria	97
8.4 Licitações e Fornecedores	102
9 CAPITAL FINANCEIRO	105
9.1 Custos e Despesas	109
9.2 Resultado Financeiro	110
9.3 Resultado Líquido	111
9.4 EBITDA	112



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará	14
Figura 2 – Fundamentos do Planejamento Estratégico da COGERH	16
Figura 3 – Mapa Estratégico 2015 a 2022.....	17
Figura 4 – Resultados dos Indicadores Corporativos 2020.....	18
Figura 5 – Novos Indicadores de Desempenho COGERH - Seplag.....	19
Figura 6 – Cinturão das Águas – Destaque para trecho emergencial	21
Figura 7 – Tabela de Capacidade x Volume Sistemas RMF e Jaguaribe	22
Figura 8 – Modelo Estrutural da Governança Corporativa COGERH	29
Figura 9 – Novas Políticas de Governança Corporativa.	32
Figura 10 – Melhoria de Processos com Foco em Risco	35
Figura 11 – Processos priorizados para aplicação da Metodologia com Foco em Riscos.....	36
Figura 12 – Modelo das 3 linhas de defesa	39
Figura 13 – Alinhando Riscos com a Estratégia e Desempenho	40
Figura 14 – Fluxo de padronização de processos.	42
Figura 15 – Objetivos do Código de Ética	43
Figura 16 - Reservatórios Monitorados pela COGERH	46
Figura 17 - Inspeções, Anomalias e Magnitude das Anomalias em 2020	48
Figura 18 - Fotos Antes e Após a Obra de Recuperação na Barragem Colina	50
Figura 19 - Obra de Recuperação na São José II.....	51
Figura 20 - Obra de Recuperação na Barragem Carão.	52
Figura 21 - Obra de Recuperação na Barragem Madeiro.....	53
Figura 22 – Estudos e Projetos em 2020 – Águas Subterrâneas	56
Figura 23 – Estudos e Projetos em 2020 – Águas Superficiais.....	57
Figura 24 - Projetos de Adução e Captação Executados em 2020	58
Figura 25 – Lista de sistemas corporativos	58
Figura 26 – ESTRUTURA DE PADRÕES E PROCESSOS DA COGERH	61
Figura 27 – CADEIA DE VALOR D COGERH	62
Figura 28 – MACROPROCESSOS E PROCESSOS PRIMÁRIOS	62
Figura 29 - Macroprocessos e Processos de Suporte	63
Figura 30 – Volume de água faturado no Estado do Ceará em 2020 (m³).....	64
Figura 31 – Valor faturado no Estado do Ceará em 2020 (R\$).....	65
Figura 32 - Localização das Gerências Regionais da COGERH.....	67
Figura 33 - Evolução do Volume Armazenado 2002 a 2020	69
Figura 34 - Contribuição do Volume Armazenado em cada Bacia	70
Figura 35 - Evolução dos Comprimentos dos Trechos de Rios Perenizados Anualmente	71
Figura 36 - Evolução Trimestral da Totalização de Açudes por Classe Trófica 2010 a 2020.	72
Figura 37 – Consumo de Energia Elétrica na Sede da COGERH 2018 a 2020	74
Figura 38 – Coleta Seletiva Solidária na COGERH	76
Figura 39 – Coleta dos Materiais Recicláveis na COGERH.....	77
Figura 40 – Ponto de recepção para Coleta de Pilhas e Baterias na GEPRO	78
Figura 41 – Quadro de Pessoal da COGERH.....	79
Figura 42 – Quadro resumo de capacitações em 2020.....	82
Figura 43 - Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará.....	86



Figura 44 - Demonstrativo das Fiscalizações Previstas x Realizadas - 2018 a 2020	87
Figura 45 – Total de Fiscalizações Realizadas em 2020 por Bacia Hidrográfica	88
Figura 46 - Tipos de Uso Vistoriados em 2020.....	89
Figura 47 – Distribuição das Fiscalizações por semestre em cada gerência – Ano 2020.....	90
Figura 48 – Percentual de processos de outorga concedidos por bacia em 2020.....	91
Figura 49 – Percentual de processos de outorga concedidos por tipo de uso em 2020	91
Figura 50 – Percentual de processos de outorga concedidos por manancial em 2020	92
Figura 51 – Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará	93
Figura 52 – Membros Presentes às Reuniões Ordinárias de CBH	93
Figura 53 – Reuniões de Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos	94
Figura 54 – Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente.....	95
Figura 55 – Reuniões de Alocação dos Açudes Isolados.....	96
Figura 56 – Reuniões de Alocação dos Açudes em Vales	96
Figura 57 – Nº de reclamações por meio de entrada em 2018 a 2020.....	98
Figura 58 – Manifestações recebidas na Ouvidoria por tipo.....	98
Figura 59 – Manifestações recebidas na Ouvidoria por assunto	99
Figura 60 – Relatório de Resolubilidade da Ouvidoria COGERH.....	100
Figura 61– Relatório da Pesquisa de Satisfação - Ouvidoria COGERH	101
Figura 62 - Processos Licitatórios Homologados por Diretoria e Gerência em 2020	103
Figura 63 – Evolução do Faturamento Líquido.....	105
Figura 64 - Detalhamento do Faturamento da Categoria Indústria 2019 x 2020	106
Figura 65 – Demonstrativo da Receita Líquida da Atividade nos anos de 2019 x 2020	107
Figura 66 – Percentual dos valores faturados por categoria.....	108
Figura 67 – Percentual dos volumes faturados por categoria.....	108
Figura 68 – Evolução dos Custos e Despesas R\$ (Milhões).....	109
Figura 69 – Detalhamento de Custos e Despesas 2019 x 2020	110
Figura 70 – Demonstrativo do Resultado Financeiro 2019 e 2020	110
Figura 71 – Demonstrativo do Lucro Líquido dos anos 2019 e 2020	111
Figura 72 – Evolução do Resultado Líquido 2014 a 2020.....	111
Figura 73 – EBITDA 2020 x 2019	112



1 APRESENTAÇÃO

1.1 SOBRE O RELATÓRIO

Este relatório integrado apresenta tópicos sobre o desempenho econômico, social e ambiental da COGERH, no exercício de 2020, obedecendo à recomendação do ciclo anual de sua divulgação, utilizando conteúdos referenciados na metodologia da *Global Reporting Initiative* - GRI, e com base nas diretrizes de relato integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC).

O conteúdo do documento contempla relevantes informações sobre as atividades e resultados da organização, alinhados às diretrizes organizacionais de primeira ordem - missão, visão, objetivos estratégicos, princípios e valores - com ênfase no compromisso com a ética e a transparência no relacionamento com seus acionistas e à sociedade.

O relatório traz ainda informações acerca das atividades realizadas no curso de 2020 para enfrentamento dos efeitos e desafios trazidos pela pandemia de COVID-19, assim como da crise hídrica que perdura há anos no Estado do Ceará. Conta ainda com o relato das inovações introduzidas pela organização em diversos campos de sua gestão para atender os requisitos e as obrigações da Lei nº 13.303/2016.

1.2 CAPITAIS IIRC

O presente documento segue as mais recentes convenções e diretrizes mundiais voltadas à divulgação de informações relevantes por meio dos relatórios integrados. Este modelo de divulgação tem se estabelecido como ferramenta de grande valor para *stakeholders* e sociedade em geral como meio de obtenção de informações acerca de resultados e atividades de empresas, organizações e instituições ao redor do mundo.

A estruturação deste relatório segue classificada por capítulos utilizando os Capitais do *International Integrated Reporting Council* – IIRC como tópicos principais. Para melhor entendimento sobre cada tema, seguem abaixo as definições de cada conteúdo.



- a) Capital Manufaturado: objetos físicos disponíveis à organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços;
- b) Capital Intelectual: intangíveis organizacionais baseados em conhecimento como patentes, ou no capital organizacional representado por conhecimento tácito, procedimentos e protocolos;
- c) Capital Natural: todos os recursos ambientais renováveis ou não, e os processos ambientais que forneçam bens ou serviços, bases da prosperidade passada, presente e futura da companhia;
- d) Capital Humano: competências, habilidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar alinhados à estrutura de governança, gestão de riscos e valores éticos;
- e) Capital Social e de Relacionamento: as instituições e os relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de *stakeholders* e outras redes, além da capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo;
- f) Capital Financeiro: conjunto de recursos disponíveis para serem utilizados na produção de bens ou na prestação de serviços, obtidos por meio de financiamentos, ou investimentos.



1.3 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH foi criada pela Lei Estadual nº 12.217, de 18 de novembro de 1993, sob a forma de uma Sociedade de Economia Mista de capital autorizado, com o Governo do Estado do Ceará detendo 99,99 % do capital votante.

A empresa está vinculada à Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará e tem como missão gerenciar os recursos hídricos do Ceará, promovendo o acesso à água e contribuindo para o desenvolvimento do Estado.

No cumprimento de sua missão está à frente de um sistema de gerenciamento de oferta de água superficial e subterrânea no Ceará, que representa cerca de 98% da capacidade total de acumulação hídrica do Estado, compreendendo atividades tais como o monitoramento dos reservatórios, poços artesianos, manutenção e operação de estruturas hídricas, bem como o apoio e a organização de comitês de usuários 12 Bacias Hidrográficas do Ceará.

Através da informação e divulgação de dados por parte da COGERH, a comunidade cearense tem a oportunidade de atuar como cogestora dos recursos hídricos do Estado, tomando decisões coletivas negociadas, como também avaliando a política de gestão implementada nas bacias hidrográficas.

A empresa aufera sua receita pela cobrança de tarifa pelo uso da água, a qual é estabelecida através de decreto governamental, após apreciação e aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CONERH.

O estado do Ceará se caracteriza por possuir mais de 80% do seu território inserido no semiárido e 90% do seu solo é de formação geológica cristalina o que dificulta a penetração da água no subsolo. Tem ainda como característica a irregularidade espacial e temporal das chuvas. Entre os anos de 2012 a 2016, o Estado atravessou uma severa seca e somente a partir de 2017 começou a apresentar alguma recuperação do volume de água armazenado, porém, ainda bem aquém do alcançado antes da seca, de 84,3%.

Em 2020, os aportes de água aos açudes permitiram que fosse superado o volume máximo atingido em 2019, sendo que o ano foi finalizado com o Estado tendo 25,7% da capacidade de armazenamento. Destaca-se que a bacia do Médio Jaguaribe, onde encontra-se o açude Castanhão, o maior açude do Estado, encerrou o ano com volume armazenado de apenas



10,76%, situação que se espera seja amenizada com a chegada das águas do rio São Francisco, prevista para 2021.

Além desse quadro hídrico desfavorável, o ano de 2020 foi também atípico por conta dos impactos da COVID-19, que no Brasil teve seu maior impacto observado a partir do 2º trimestre.

Como consequência, a companhia foi forçada a rever suas atividades administrativas e operacionais, e suas relações com clientes e parceiros, procurando, quando possível, introduzir soluções de acesso remoto e de transformação digital.

Os trabalhos de campo, contudo, tiveram que continuar devido a necessidade de garantir o abastecimento aos usuários de água bruta do estado do Ceará, com o uso de cuidados preventivos para evitar riscos à saúde dos colaboradores. Apesar dos riscos epidemiológicos, no ano, não foi registrado qualquer óbito de pessoas integrantes do quadro de colaboradores da empresa, por COVID-19.

Os danos da pandemia nas atividades econômicas cearenses requereram ajustes no orçamento da empresa e tornaram necessárias negociações com clientes e fornecedores, para a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira da companhia.

Além disso, a demanda de geração de energia termoeletrica no Estado do Ceará, que influencia significativamente nas receitas da companhia, ficou abaixo do esperado, dada a situação hídrica dos reservatórios para geração de energia nas hidrelétricas no País.

Apesar disso, a empresa procurou continuar seu programa de investimentos, mesmo com as limitações orçamentárias do ano, realizando aplicações de cerca de R\$9,6 milhões, com destaques para a EB Canal Beberibe/Pirangi (R\$2,4 milhões); Adutora emergencial Canindé/Caridade (1,5 milhões); Relocação e proteção de trechos na CE 155 (R\$2,3 milhões) e EB Eixão Ocara (R\$1,0 milhão) e na aquisição e manutenção de aparelhos, máquinas e equipamentos (R\$737,5 milhões). Os investimentos do ano foram realizados com recursos oriundos principalmente da cobrança do Encargo Hídrico Emergencial.

As expectativas dos gestores em relação ao desempenho da empresa em 2021 estão associadas às mudanças esperadas com a implantação de projetos sugeridos no Plano Estratégico 2022-2050 para a superação de 28 desafios estratégicos identificados, com destaque para a consolidação das competências essenciais da organização, o aperfeiçoamento das práticas de governança corporativa, gestão de riscos, maior ênfase em inovação e gestão do



conhecimento, continuidade da transformação digital e do uso da tecnologia da informação e da comunicação para a decisão, ampliação de parcerias com outras organizações, particularmente universidades, e melhorias nas formas e canais de relacionamento com os usuários e demais *stakeholders* da companhia.



2 A COMPANHIA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ - COGERH

2.1 PERFIL ORGANIZACIONAL

A companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH) é hoje responsável pelo gerenciamento de mais de 90% das águas acumuladas no estado do Ceará, adotando modelo de gestão descentralizado, participativo e integrado.

Com sede no município de Fortaleza, a companhia foi criada pela Lei nº 12.217, de 18 de novembro de 1993, em conformidade com o art. 326 da Constituição do Estado do Ceará, recentemente revisada pela Lei 16.696 de 14 de dezembro de 2018, e é constituída sob a forma de sociedade de economia mista, organizada como sociedade anônima por ações, de capital fechado. É dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, financeira e orçamentária. O Governo do Estado do Ceará detém seu controle acionário com participação de 99,99% do capital votante.

O art. 2º da Lei nº 12.217, supracitada, define as competências da empresa.

2.2 PRODUTOS E SERVIÇOS

Vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (SRH), a COGERH tem como principal objetivo gerenciar os recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado, ou da União, por delegação, visando equacionar as questões referentes ao seu uso, controle e conservação.

São ainda de responsabilidade da companhia as atividades de monitoramento, manutenção e operação da infraestrutura hídrica de 155 dos mais importantes açudes públicos estaduais e federais, com capacidade de acumulação aproximada de 18.526.472.571 m³, em parceria com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS e a Agência Nacional de Águas – ANA, além de outros ativos como reservatórios, estações de bombeamento, adutoras e canais estratégicos.



2.3 ÁREA DE ATUAÇÃO

O Estado do Ceará, segundo o Plano Estadual dos Recursos Hídricos, está dividido em doze Bacias Hidrográficas, definidas como áreas onde toda chuva precipitada drena, por riachos e rios secundários, para um mesmo rio principal. A COGERH possui atuação de forma distribuída e descentralizada em todo o território cearense, contando com 8 gerências fisicamente distribuídas nas Bacias Hidrográficas. As Bacias podem ser visualizadas no mapa da Figura 1.

FIGURA 1 – BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO CEARÁ



Fonte: Comitês de Bacias Hidrográficas. Portal COGERH.

Disponível em <https://portal.cogerh.com.br/comites-de-bacias-hidrograficas/>.

A área de abrangência de cada gerência corresponde à bacia hidrográfica. Algumas gerências são responsáveis por mais de uma bacia, o que levou, mediante demanda dos usuários, à solicitação de novas gerências regionais, nas seguintes bacias:

- Bacia do Litoral;
- Bacia da Serra da Ibiapaba;
- Bacia do Coreaú.

Nessa atuação, destaca-se o papel social da COGERH, como parte do princípio da gestão participativa, de relacionar-se com as comunidades e apoiar a organização de usuários com vistas à formação de Comitês de Bacias Hidrográficas e Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos, prestando, por intermédio das gerências de bacias, assistência técnica, administrativa e financeira necessária ao funcionamento dessas organizações.

Os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) são definidos pela Lei Estadual nº 14.844, de 2010, como “entes regionais de gestão de recursos hídricos com funções consultivas e deliberativas, atuação em bacias, sub-bacias ou regiões hidrográficas” e vinculados ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH). Cada Comitê é composto por representantes de instituições governamentais e não-governamentais, distribuídos em quatro setores, tendo a seguinte distribuição e percentual de participação: Usuários (30%); Sociedade Civil (30%); Poder Público Municipal (20%); Poder Público Estadual/Federal (20%).

As Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos são organismos de bacia vinculadas aos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH. Elas são formadas por usuários de água, representantes da sociedade civil organizada e representantes do poder público, tendo em sua estrutura um plenário e uma secretaria, que atuam somente no âmbito do sistema hídrico que opere isolado, ou seja, aqueles que não fazem parte de vale perenizado ou que não causam impacto em outros sistemas à jusante ou à montante, podendo ainda serem sistemas hídricos naturais (lagos, lagoas, córregos, etc.) ou artificiais (açudes, adutoras, canais, etc.).

2.4 ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO

Tendo por base sua missão, visão e valores (Figura 2) e a análise dos pontos fracos e fortes de seu ambiente interno, e das ameaças e oportunidades de seu ambiente externo, a



COGERH vem aprimorando continuamente seus mecanismos de gestão e governança ao longo dos últimos anos.

As principais orientações estratégicas decorrentes de diagnósticos foram desdobradas em objetivos corporativos (nível estratégico) e objetivos setoriais (nível tático), pela utilização da metodologia do BSC – *Balanced Scorecard*.

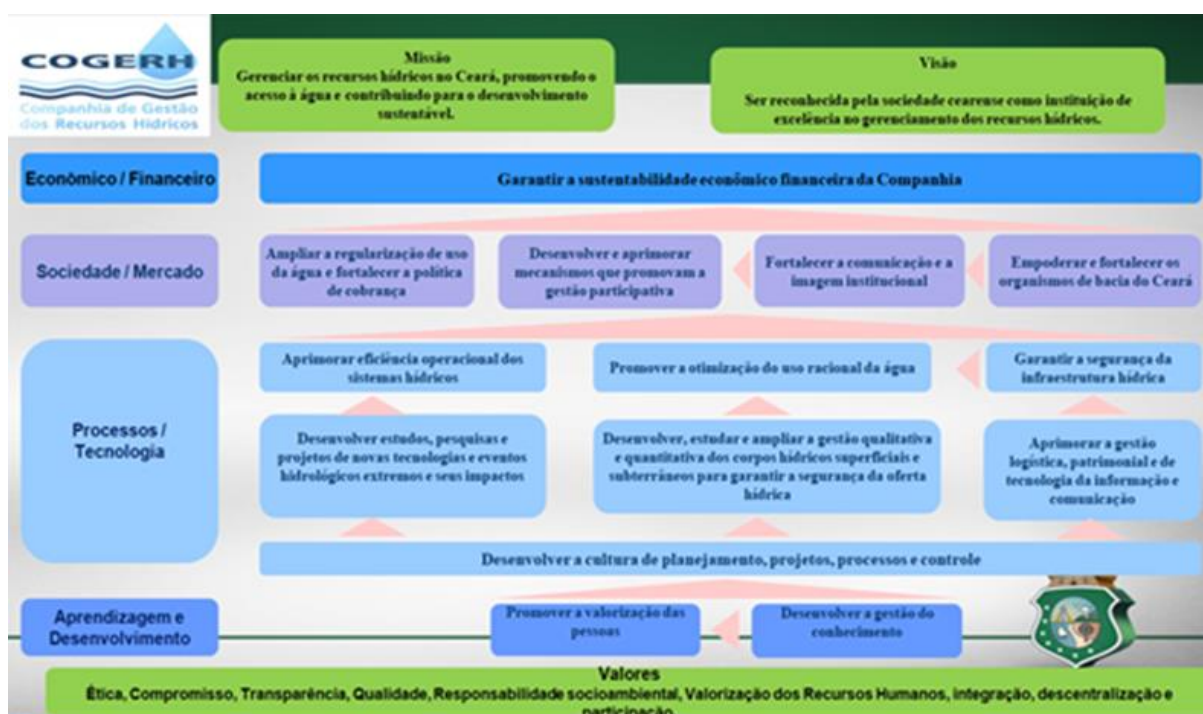
FIGURA 2 – FUNDAMENTOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA COGERH



Fonte: Plano de Negócios e Gestão Estratégica – COGERH.

O Mapa Estratégico da organização, apresentado na Figura 3, indica o alinhamento entre objetivos e estratégias da organização contemplados no BSC da companhia, em quatro perspectivas: aprendizagem e desenvolvimento; processos e tecnologia; sociedade e mercado; e econômico e financeiro.

FIGURA 3 – MAPA ESTRATÉGICO 2015 A 2022



Fonte: Plano de Negócios e Gestão Estratégica COGERH.

2.5 OS RESULTADOS DA ORGANIZAÇÃO

A companhia de Gestão dos Recursos Hídricos realiza a avaliação de seu desempenho através de indicadores de resultados, das metas fixadas e da evolução de projetos em execução, em ciclos mensais, através dos Fóruns de Avaliação e Gestão (FAG), aplicados ao nível estratégico, nas diretorias, e ao setorial, nas gerências, como também em reuniões específicas para o acompanhamento dos projetos. Todos os compromissos assumidos nesses encontros são registrados e acompanhados por meio de sistema específico, garantindo transparência e eficiência em sua gestão. Na Figura 4 são apresentados os resultados corporativos do ano de 2020 e as metas definidas para 2021.

FIGURA 4 – RESULTADOS DOS INDICADORES CORPORATIVOS 2020

Perspectiva	Nome do Indicador	Meta 2020	Resultado 2020	Meta 2021
Econômica/Financeira	Liquidez Geral da Fonte 70	2,00	4,65	2,00
	EBITDA	5,60%	10,55%	7,00%
	Lucratividade	2,00%	2,20%	2,00%
	Captação de Recursos Externos	80,00%	33,00%	80,00%
	Inadimplência	≤ 2,00%	1,47%	≤ 1,50%
Sociedade/Mercado	Gestão Participativa	60,00%	74,33%	60,00%
Processos/Tecnologia	Açudes com Estado Trófico Avaliados	≥ 90,00%	100,00%	≥ 90,00%
	Eficiência Planejamento da Operação	± 10%	4,69%	± 10%
	% de Barragens com Manutenção Satisf	85,00%	83,00%	85,00%
	Investimento no Portfólio de Projetos	70,00%	88,89%	-
Pessoas/Aprendizagem	Horas de Capacitação	40h	89,66h	-

Fonte: Gestão à vista - COGERH 2020.

Diante da necessidade de desenvolvimento e implantação de planos integrados entre os órgãos do Sigerh com suporte aos seus planos estratégicos, o Governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag, estabeleceu em 2020 novos indicadores de desempenho para as Secretarias e suas vinculadas. Os indicadores estão associados à Contextualização das Áreas Temáticas e servirão de base para a avaliação do Programa Temático ou de um Conjunto de Programas Temáticos Setoriais, dependendo de sua abrangência. Para a COGERH, foram definidos cinco indicadores de desempenho relacionados a projetos estratégicos com as seguintes ações: “Aumento do Controle dos Recursos Hídricos”, “Oferta Hídrica para Múltiplos Usos” e “Planejamento e Gestão Participativa dos Recursos Hídricos”, conforme detalhado na Figura 5:

FIGURA 5 – NOVOS INDICADORES DE DESEMPENHO COGERH - SEPLAG

AUMENTO DO CONTROLE DOS RECURSOS HÍDRICOS				
INDICADOR	FORMA DE ACOMPANHAMENTO	2018	2019	2020
Média de eficiência no faturamento de água bruta (volume faturado dividido pelo volume liberado).	Percentual	71,79%	30,00%	(-)
OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS				
INDICADOR	FORMA DE ACOMPANHAMENTO	2018	2019	2020
Barragem com manutenção satisfatória	Percentual	(-)	(-)	85,00%
PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS				
INDICADOR	FORMA DE ACOMPANHAMENTO	2018	2019	2020
Açudes com aplicação do índice de qualidade de água de reservatórios (IQAR)	Percentual	(-)	(-)	23,22%
Índice de fiscalização do uso de recursos hídricos	Percentual	(-)	(-)	90
Participação da sociedade organizada na gestão dos recursos hídricos	Percentual	(-)	(-)	60
Número de Membros Presentes nas Reuniões Ordinárias de CBH's	Percentual	64,42%*	50,00%	(-)
Número de Participantes Presentes em Seminários/Alocações de água com Participação da Sociedade	Nº de Pessoas/Percentual	2169**	2.000	(-)
Número de Pessoas Capacitadas em Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente	Nº de Pessoas/Percentual	2750***	700	(-)

Fonte: Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa - COGERH.

Importante ressaltar que o plano estratégico do Governo do Estado, denominado Ceará 2050, encontra-se na fase de consolidação dos projetos estratégicos. O Ceará 2050, com o desenvolvimento de agentes sociais diversos, tem como desafio construir uma proposta de visão de futuro para o Ceará e definir iniciativas capazes de concretizá-la.

Destaque-se também que o Plano Plurianual (PPA), referente ao período de 2020-2023, entrou em vigor a partir de janeiro de 2020 e contará com novos programas e projetos para o Ceará tanto no âmbito estadual quanto municipal.

Desde 2012, o Ceará tem enfrentado uma rigorosa seca, em especial nas bacias do Jaguaribe, Salgado, Banabuiú e Sertões de Crateús. No início do ano de 2020 a reserva hídrica estadual chegou a 14,5% da capacidade total de seus reservatórios. Frente a enormes desafios, a COGERH tem claro o entendimento da necessidade de inovação para conviver e mitigar os efeitos da escassez hídrica recorrente em seu território de abrangência. Apesar de a crise hídrica ter afetado importantes setores da economia estadual paralelamente à crise sanitária da COVID-19 e à crise econômica/financeira nacional que assolaram o Brasil, a COGERH desenvolveu ao longo de 2019 e 2020 vários projetos e ações estratégicas na área de Gestão dos Recursos Hídricos.

Nesse período, foram fortalecidas as atividades do Grupo de Contingência, integrado por gestores e técnicos de diversas áreas públicas, inclusive pelo Chefe de Gabinete do Governador, em reuniões semanais para avaliação e mitigação dos problemas de abastecimento hídrico. O Grupo utiliza uma metodologia de priorização de problemas com um robusto sistema de apoio à decisão composto de relatórios, estudos de viabilidade, estudos técnicos, projetos, projeções de cenários, entre outros. A continuidade das ações do grupo resultou na ampliação do projeto de construção de poços pela Superintendência de Obras Hidráulicas (Sohidra), chegando a mais de 9.000 (nove mil) unidades.

Vale ressaltar que a COGERH apoia o sistema de recursos hídricos, incluindo o projeto de construção e instalação de poços, através do repasse de 3% dos recursos arrecadados, conforme a Lei nº 16.852/2019, proporcionando o abastecimento de várias comunidades com água subterrânea.

Entre as realizações do ano de 2020, foram tomadas ações de aceleração para conclusão do Trecho I do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, Figura 6, que receberá as águas do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF, aumentando a garantia no abastecimento humano da região do Cariri, com mais de 1 milhão de habitantes. O Trecho I do CAC tem uma extensão aproximada de 150 km e se inicia na tomada d'água na barragem Jati, onde há a captação das vazões recebidas do PISF, e se encerra na seção que cruza as nascentes do rio Cariús, afluente do Rio Jaguaribe na Bacia do Açude Orós. O trecho emergencial do CAC (lotes 1, 2 e 5) faz a transposição de água para o Riacho Seco, saindo do leito natural até o Rio Salgado, Rio Jaguaribe e por fim, o Açude Castanhão, que, posteriormente, transfere água



para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), ampliando o abastecimento para 4,5 milhões de pessoas.

FIGURA 6 – CINTURÃO DAS ÁGUAS – DESTAQUE PARA TRECHO EMERGENCIAL

CINTURÃO DAS ÁGUAS - TRECHO 1 - JATI-CARIÚS



Fonte: Site SRH. <https://www.srh.ce.gov.br/mapas-cinturao-das-aguas-do-ceara/>.

Foram também incentivados processos de diversificação da matriz hídrica do Estado, o qual resultou em modelos matemáticos e campanhas de monitoramento comprovando um amplo potencial de reserva hídrica subterrânea na região do Aquífero Dunas, a Oeste de Fortaleza. Esse estudo propiciou a instalação de baterias de poços nas áreas do Pecém, Taíba e Siupé. O complexo Cauípe (açude e lagoa) também poderá ofertar incremento de água na região. A utilização dessas fontes minimizou a pressão sobre os reservatórios do sistema integrado Jaguaribe que alimenta a RMF.

Os desafios enfrentados pela COGERH na gestão e controle de disponibilização dos recursos hídricos tornaram-se referência dentro e fora do Brasil. Exemplo disso, se observa no fato de, apesar da longa estiagem dos últimos anos, nenhuma rede municipal sofreu colapso do abastecimento de água, conforme se observa na tabela da Figura 7 com o comparativo entre a capacidade total de armazenamento e o nível na data do Ato Declaratório de Escassez Hídrica.

FIGURA 7 – TABELA DE CAPACIDADE X VOLUME SISTEMAS RMF E JAGUARIBE

Reservatório	Capacidade (hm³)	Volume (hm³)					
		Data do Ato Declaratório (06/10/2015)		Data ano passado (02/12/2019)		Data ano atual (02/12/2020)	
		Volume (hm³)	Volume (%)	Volume (hm³)	Volume (%)	Volume (hm³)	Volume (%)
Pacoti	380,00	163,10	42,9%	167,45	44,1%	218,93	57,6%
Pacajus	232,00	46,30	20,0%	147,92	63,8%	151,82	65,4%
Riachão	47,90	23,30	48,6%	23,83	49,8%	30,52	63,7%
Gavião	33,30	28,10	84,3%	28,18	84,6%	28,18	84,6%
Subtotal Metropolitana	693,20	260,80	37,6%	367,39	53,0%	429,45	62,0%
Orós	1.940,00	542,50	28,0%	112,47	5,8%	424,65	21,9%
Castanhão	6.700,00	984,80	14,7%	218,18	3,3%	803,85	12,0%
Subtotal Jaguaribe	8.640,00	1.527,20	17,7%	330,64	3,8%	1.228,50	14,2%
Total Sistema	9.333,20	1.788,10	19,2%	698,03	7,5%	1.657,96	17,8%

Fonte: Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa - COGERH.

Outros estudos e projetos estratégicos desenvolvidos no período, referentes às águas subterrâneas e superficiais foram:

1. Avaliação hidrogeológica qualiquantitativa das bacias da região de Iguatu;
2. Estudo qualiquantitativo da aluvião do rio Jaguaribe, trecho entre Castanhão e Itaiçaba (em andamento);
3. Estudo de prospecção geofísica aplicado à construção de poços tubulares;
4. Estudo qualiquantitativo do aquífero Dunas no entorno da vila de Jericoacoara;
5. Estudos e projeto executivo da barragem Poço Comprido (em andamento);
6. Estudos e projetos de engenharia das barragens de Pedregulho e Coreaú (em andamento);
7. Estudo qualiquantitativo das águas subterrâneas da bacia Potiguar, Ceará (em andamento);
8. Monitoramento de aquíferos estratégicos do Ceará (contínuo);

No campo da inovação, a COGERH se fez presente em mais um encontro junto a pesquisadores de Universidades do Reino Unido, para avaliação dos resultados e discussões do

projeto pioneiro de melhoria de qualidade da água através de processos de foto catálise heterogênea. A parceria envolve 3 universidades do Reino Unido, UFC e UFRJ e conta com o apoio da Cagece e COGERH. Em outubro de 2019 foram realizados os primeiros testes do sistema, em ambiente natural controlado no açude Gavião. Os testes mostraram, após criteriosa análise das amostras levadas ao Reino Unido, que a água apresentou uma redução na concentração de cianobactérias, quando aplicada a tecnologia de foto catálise heterogênea. Na fase seguinte os pesquisadores planejam ajustar alguns componentes do sistema e introduzir painéis fotovoltaicos como fonte de energia, visando a autonomia e sustentabilidade energética do experimento.

Entre todos os desafios impostos à sociedade pela pandemia de COVID-19, a restrição de acesso a serviços presenciais trouxe consigo a oportunidade de acelerar a virtualização de processos em muitos serviços. Na COGERH, o atendimento presencial foi suspenso temporariamente a partir do dia dezoito de março, como medida de proteção associado aos esforços do Governo do Estado para reduzir os riscos de contaminação. O atendimento passou a ser prestado por meio de e-mail e telefone, tanto para a sede de Fortaleza quanto para as gerências regionais. Em seguida, o sistema de *Outorga Online*, que já vinha em implementação e teste, foi disponibilizado oficialmente ao público e inovou o processo tornando seu fluxo mais rápido, totalmente digital e possível de ser requisitado a partir de qualquer lugar, através do Portal COGERH.

Ressalte-se ainda como iniciativas que produzem retornos intangíveis no presente, potencialmente geradoras de avanços no cumprimento da missão e objetivos para a empresa e de impactos favoráveis na sustentabilidade financeira, a continuidade de cooperação com as Universidades locais, nos campos da gestão e aperfeiçoamento de seu modelo, do planejamento, do monitoramento de resultados e do planejamento e execução de planos das bacias hidrográficas.

Nos aspectos da atuação jurídica e institucional, a COGERH prosseguiu desenvolvendo importantes projetos para a melhoria de eficiência com adequações de processos internos e documentações exigidas pela Lei Federal 13.303/2016.

2.6 CONTEXTO EXTERNO



A análise de aspectos externos do plano de negócios da COGERH, para o ano de 2020, foi elaborada a partir de uma metodologia qualitativa combinada com dimensões relevantes à companhia da Matriz Pestel. Dentre as várias dimensões para a análise de cenários, destacam-se as categorias ou dimensões: Sociedade, Tecnologia, Economia, Política e Ambiente. Com ligeiras alterações, levando em conta as particularidades da organização, foram eliminadas as variáveis política e sociedade, e incluídas as variáveis econômica/fiscal e a jurídica/institucional.

Cenário Ambiental:

A análise ambiental parte da premissa de que território cearense possui 87% de sua extensão contida na região semiárida, tendo temperaturas médias anuais entre 26 e 28 °C, insolação superior a 3.000 horas/ano e precipitação pluviométrica média anual inferior a 800mm, dentre outros aspectos.

Em se tratando da oferta de água, para diversos tipos de usos, sucessivos governos têm investido na construção de reservatórios e em estações de abastecimento, paralelamente à disseminação de tecnologias de captação e armazenamento de água de chuvas, através de cisterna, calçadão, barragem subterrânea, tanques de pedras, barreiro trincheira e poço amazonas.

Os níveis de água nos reservatórios, porém, mesmo diante de todos os esforços e tecnologias desenvolvidos, têm-se reduzido ao longo dos últimos anos em função da longa estiagem, de sorte que a tendência do cenário nesta dimensão dependerá fortemente do grau de normalidade das chuvas e de sua distribuição no território cearense.

Tal aspecto impõe à COGERH a necessidade de desenvolvimento de plano de longo prazo, a partir de hipóteses sobre a normalidade das chuvas no Ceará, com três cenários alternativos: seca, normalidade de chuvas e cheias.

Cenário Econômico e Fiscal:

Em 2020, com os efeitos negativos da pandemia de COVID 19, a economia brasileira recuou 3,3% em relação ao ano anterior, 2019, segundo dados do Instituto Brasileiro de



Geografia e Estatística – IBGE. Apesar do resultado, houve reversão das estimativas de mercado e de organismos internacionais ao longo do ano, que indicavam retração ainda mais aguda, sendo estimadas quedas do Produto Interno Bruto - PIB, da ordem de 9%.

Após a forte retração da economia ocorrida no primeiro semestre de 2020 (-6,4%), com o impacto repentino da crise sanitária, houve expressiva recuperação no segundo semestre, com crescimento de 4,1% quando comparado aos primeiros seis meses do ano. A retomada da economia foi agressiva, principalmente nos setores da indústria e comércio que cresceram, no segundo semestre de 2020, 8,3% e 9,4%, respectivamente. Pelo lado da oferta, o setor de serviços foi o de maior destaque na recuperação da atividade. A agropecuária, apesar da acomodação no quarto trimestre de 2020 (-0,5%), variação na margem com ajuste sazonal, ficou praticamente imune aos efeitos da pandemia, crescendo 2,0% no ano.

Do ponto de vista da demanda, a deterioração econômica resultante no período, causou o recuo de 5,5% do consumo das famílias e de 0,8% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Importante, porém, ressaltar a recuperação destes componentes no quarto trimestre de 2020, com elevação de 3,4% e 20,0%, na margem com ajuste sazonal.

O resultado anual do PIB, apesar de negativo, foi fruto de ampla recuperação no segundo semestre de 2020, em especial pela melhora da indústria e comércio, os quais retomaram o patamar anterior à pandemia. A recuperação da atividade do emprego formal e do crédito, aliada ao aumento do investimento, favorecem a continuidade da recuperação da economia para 2021.

As incertezas econômicas, entretanto, continuam elevadas e a evolução do cenário dependerá fortemente da manutenção da política monetária, da expansão da vacinação, da consolidação fiscal e da continuidade das reformas estruturais. Some-se a esses fatores também a continuidade da agenda de reformas combatendo a má alocação de recursos e permitindo um melhor desempenho fiscal como estratégia adequada rumo à consolidação da retomada da economia.

No ano de 2020, o PIB do Ceará passou por uma redução de 3,56% em relação a 2019, desempenho próximo do apresentado nacionalmente com o recuo de 3,3%. Em plena pandemia do coronavírus, o resultado cearense do ano passado mostra que as ações do governo estadual para enfrentar a Covid-19 refletiram positivamente para evitar que o índice apresentasse uma involução acentuada.



Dentre as várias ações implementadas pelo governo estadual para combater o coronavírus e que foram decisivas para evitar maiores prejuízos na economia estadual, destacam três: as decisões tomadas para inibir maior contágio; a elaboração de um plano bem fundamentado na ciência de reabertura gradual e responsável das atividades econômicas e os investimentos realizados, sobretudo, na área de saúde.

Dos três setores que compõem o PIB, a agropecuária cearense, em 2020, apresentou excelente resultado, fechando com crescimento de 10,31%, enquanto o índice nacional ficou em 2%. O de serviços registrou queda de 3,60%, inferior ao desempenho brasileiro, de 4,5% negativo. A indústria obteve índice negativo de 7,11% contra menos 3,5% do país. Vale observar que no terceiro trimestre de 2020 a indústria cearense apresentou resultado de 40,59% em relação ao segundo trimestre do mesmo ano.

No quarto trimestre, comparativamente ao mesmo período de 2019, a economia do Ceará passou por decréscimo de menos 0,17%, inferior ao nacional, negativo de 1,1%. A agropecuária estadual fechou em 1,58% enquanto a nacional amargou queda de 0,4%. A indústria cresceu 1,6% (nacional 1,2%), enquanto o setor de serviços ficou menor em 0,57%, contra o desempenho negativo de 2,2% nacional. Quanto ao PIB (de 1,37%) do quarto trimestre comparado com o trimestre anterior (3T20) obteve os seguintes resultados por setores no Ceará: menos 2,08% para a agropecuária; 3,47% para a indústria e 1,48% para serviços.

Cenário Tecnológico:

Avanços tecnológicos têm trazido mudanças e benefícios a países, setores econômicos, empresas e indivíduos. A gestão de recursos hídricos não é uma exceção a essa regra, sendo as oportunidades nesse campo associadas à gestão da oferta, da demanda e dos conflitos de grupos de consumidores e dos usos alternativos de geração de energia, do abastecimento humano e da produção industrial e agrícola, particularmente a irrigação.

A adoção de inovações no segmento dos recursos hídricos teria como foco o uso eficiente da água, a gestão de risco de secas e cheias, o desenvolvimento e a operação da infraestrutura e a regulação do uso da água.



Ao lado dessas dimensões, são ainda relevantes as tecnologias associadas às alternativas energéticas para a gestão das águas, as técnicas de reúso de água e o combate ao desperdício, além dos avanços na engenharia de construção e manutenção da infraestrutura hídrica.

Particularmente, tão importante quanto a oferta de água é a possibilidade da dessalinização da água do mar, uma alternativa de aplicação tecnológica que poderia ser explorada por meio de parcerias público-privadas.

Cenário Jurídico e Institucional:

A promulgação da Lei Federal Nº 13.303, de 2016 (Lei das Estatais) implicou em ajuste das práticas organizacionais da COGERH.

Outro aspecto a ser avaliado é a aplicabilidade na região semiárida de dispositivos legais do âmbito nacional, como por exemplo, as resoluções Conama sobre qualidade de água, proteção de reservatórios e classificação das águas.

É ainda relevante considerar possíveis alterações no convênio 009/2008 ANA/SRH/DNOCS/COGERH, que trata da gestão compartilhada dos açudes federais. A infraestrutura hídrica de domínio federal no Ceará consiste em 66 açudes, que concentram aproximadamente 70% da capacidade de água armazenada do Estado.

A possibilidade de melhoria da capacidade de investimento do Governo Federal poderá favorecer a infraestrutura hídrica de patrimônio da União e, conseqüentemente, ter impactos positivos na operação pela COGERH e na oferta de água bruta.

Outro aspecto legal e institucional a ser monitorado é a possibilidade de se intensificar a fiscalização da gestão dos recursos hídricos e da segurança dos reservatórios e adutoras, decorrente da aproximação entre os órgãos da política de meio ambiente (estadual e nacional), da justiça e do desenvolvimento rural.



3 GOVERNANÇA E CONFORMIDADE

A Lei Nº 13.303/2016, trata da responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas, em todas as esferas, quanto aos padrões de Governança e Gestão destas entidades. A Lei exige uma série de mudanças em relação a Governança Corporativa: composição da administração, padrão e robustez dos sistemas de controles internos, gestão de riscos, auditoria interna, conformidade e ética, e os padrões de transparência. Em síntese, a Lei das Estatais passa a exigir mais governança, mais eficiência e mais transparência, trazendo inovações importantes que agregam novas obrigações à Cogerh.

Considerando a necessidade de atendimento das obrigações trazidas pela Lei, a Cogerh realizou um grande esforço de adaptação no que tange aspectos de Governança, Controles, Transparência e Conformidade. Parte destas alterações estão refletidas no Estatuto da companhia.

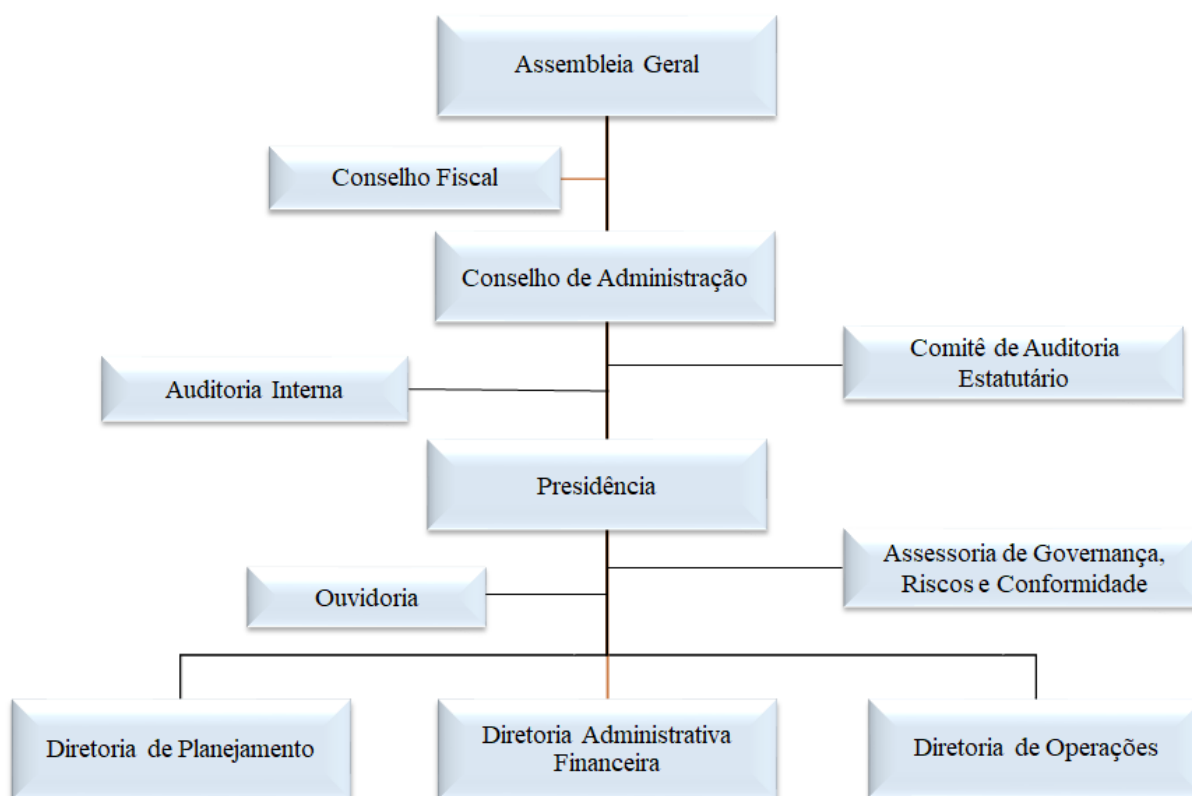
Como consequência desse processo de adequação, diversas iniciativas foram implementadas, dentre as quais podemos destacar: reforma do Estatuto Social da Cogerh; elaboração do Plano de Negócios e Gestão Estratégica, do Código de Ética, Conduta e Integridade, da Política de Porta-Vozes, da Política de Transação com Partes Relacionadas; da Política de Divulgação de Informações; da Política de Distribuição de Dividendos; da Política de Patrocínio; da Política de Gestão de Riscos; da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa; criação do Comitê de Auditoria Estatutário, do Comitê de Elegibilidade e da Assessoria de Governança, Riscos e Conformidade; subordinação da Auditoria Interna diretamente ao Conselho de Administração; readequação da Ouvidoria e da Comissão de Ética; elaboração da Matriz de Riscos de Contratos; adequação do Regulamento de Licitações; elaboração dos Regimentos Internos do Conselho de Administração, do Comitê de Elegibilidade, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário e da Comissão Setorial de Ética; Avaliação de Desempenho individual e coletiva, dos administradores e dos membros dos comitês; e implementação da melhoria de processos com foco em riscos.



3.1 ESTRUTURA, POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2018, em atenção às medidas exigidas pelo novo marco regulatório, a COGERH definiu um novo modelo estrutural de governança, conforme apresentado na Figura 8:

FIGURA 8 – MODELO ESTRUTURAL DA GOVERNANÇA CORPORATIVA COGERH



Fonte: Plano de Negócios e Gestão Estratégica – COGERH.

A estrutura de Governança Corporativa da COGERH demonstra como a governança da COGERH está implementada, destacando o elo da Diretoria Executiva com as instâncias de governança e gestão, a fim de otimizar o desempenho da empresa e o relacionamento com as partes interessadas. É composta da seguinte forma:

- Assembleia Geral: o órgão máximo da empresa. A Assembleia Geral da COGERH é convocada e instalada nos termos da Lei nº 6.404/1976 e do Estatuto Social e tem poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto da empresa em nome do acionista.

- Conselho de Administração: órgão colegiado de administração superior da COGERH, formado por 7 (sete) membros: 4 (quatro) indicados pelo acionista majoritário, sendo 1 (um) deles independente; 1 (um) membro representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Ceará; 1 (um) membro representante dos empregados da COGERH e o Diretor-Presidente da COGERH.
- Comitê de Auditoria Estatutário: vinculado ao Conselho de Administração da COGERH, é responsável pelo assessoramento quanto ao cumprimento das responsabilidades de orientação e direção superior da empresa, conforme definido em lei e no Estatuto Social da empresa. É constituído por 3 (três) membros, em sua maioria independentes, atendendo os critérios da Lei Nº 13.303, de 2016, onde um deles tem experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária. As responsabilidades e a forma de funcionamento deste Comitê estão definidas no Estatuto Social e em seu regimento interno.
- Comitê de Elegibilidade: é composto por 3 (três) membros, todos empregados públicos efetivos da COGERH, nomeados pelo Diretor-Presidente. As responsabilidades e a forma de funcionamento deste Comitê estão definidas no Estatuto Social e em seu regimento interno.
- Conselho Fiscal: órgão de caráter permanente. O Conselho Fiscal é um órgão fiscalizador e independente, que busca, por meio dos princípios da transparência, equidade e prestação de contas, contribuir para o melhor desempenho da empresa. Deve atuar como instrumento legal de implementação de uma política ativa de boas práticas de governança corporativa, direcionada especialmente para a transparência e controle dos atos internos da empresa. É composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes eleitos pela Assembleia geral, atendendo os critérios da Lei Nº 13.303, de 2016, da Lei Nº 6.404, de 1976, e do Estatuto. O Conselho Fiscal conta com um membro indicado pelo ente Controlador, que é servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública.
- Diretoria Executiva: órgão colegiado responsável pelo exercício das atribuições decisórias concernentes às finalidades da COGERH, de forma colegiada ou



individual. É composta de 1 (um) Diretor-Presidente, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, e 3 (três) diretores nas áreas de Planejamento, Operações e Administrativo-Financeiro, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo que, pelo menos 02 (dois) são escolhidos entre os empregados da COGERH.

- Assessoria de Governança, Riscos e Conformidade: vinculada à Presidência e liderada pelo Diretor de Planejamento. Tem como objetivo planejar e gerir ações que auxiliem a organização na verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos, a fim de que os objetivos estratégicos sejam plenamente atendidos, adotando uma abordagem sistêmica para a melhoria contínua dos processos, controles internos, gestão de riscos, governança e conformidade.
- Auditoria Interna: vinculada ao Conselho de Administração, com atribuições e competências mínimas fixadas pelo Conselho de Administração e pela legislação pertinente, e se restringe à execução de suas atividades típicas, evitando o desvio de funções e preservando sua isenção e imparcialidade.
- Ouvidoria: vinculada ao Diretor-Presidente. A Ouvidoria é o canal que acompanha a qualidade dos serviços prestados pela COGERH, por meio das sugestões, elogios, solicitações, reclamações e recebimento e tratamento de denúncias de atos ilícitos nas práticas, procedimentos e processos da Empresa. A partir dessas manifestações registradas pelos cidadãos, a Ouvidoria identifica melhorias e propõe mudanças, aprimorando assim a qualidade dos serviços.
- Comissão de Ética: encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional dos agentes públicos da COGERH, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer as condutas e procedimentos passíveis de censura.
- Auditoria Externa: a COGERH obedece aos princípios que preservam a independência do auditor externo quanto a não auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais e não advogar pelo seu cliente. A Auditoria Externa é conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. São independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos



relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Nos anos de 2018 a 2020, foram adotadas novas medidas com destaque para a implantação de programa de remuneração variável, a criação da Assessoria de Governança, Riscos e Conformidade e a definição das políticas indicadas na Figura 9.

FIGURA 9 – NOVAS POLÍTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.

Título da Política	Conteúdo
Divulgação de Informações	Orienta a conduta e a transparência na divulgação de informações.
Transações com Partes Relacionadas	Estabelece regras e procedimentos aplicáveis na ocorrência de transações entre partes relacionadas, de forma transparente e em conformidade com os dispositivos legais.
Porta-Vozes	Define as ações e responsabilidades das pessoas autorizadas a falar em nome da empresa.
Distribuição de Dividendos	Estabelece as diretrizes, regras e procedimentos aplicáveis à destinação de resultados e distribuição de dividendos da COGERH, de forma a garantir a perenidade, transparência e sustentabilidade financeira da companhia.
Patrocínio	Estabelece os procedimentos e critérios a serem observados pela COGERH e por terceiros nos processos de concessão de patrocínio.
Política de Gestão de Riscos	Política que tem por objetivo estabelecer todas as etapas, diretrizes e responsabilidades para a execução do processo de Gestão de Riscos da COGERH, a fim de conduzir a busca do cumprimento de seus objetivos, da criação, preservação e crescimento de valor da companhia, permitindo a identificação, a análise, a priorização, a abordagem de tratamento, o monitoramento e a comunicação dos riscos aos quais o negócio da COGERH está exposto.

Fonte: Plano de Negócios e Gestão Estratégica – COGERH.

De forma resumida, encontram-se listadas abaixo as Principais Práticas de Governança adotadas pela COGERH ao longo de sua adequação para o novo marco regulatório:



- Conselho de Administração composto por 02 membros independentes;
- Conselho de Administração com competências e funcionamento definidos em Regimento Interno;
- Comitê de Auditoria Estatutário com competências e funcionamento definidos em Regimento Interno;
- Conselho Fiscal com competências e funcionamento definidos em Regimento Interno;
- Administradores, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Auditoria Estatutário sujeitos à avaliação dos requisitos e vedações previstos na Lei nº 13.303/2016;
- Auditoria Interna vinculada ao Conselho de Administração;
- Avaliação anual dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- Plano de Negócios e Gestão Estratégica;
- Política de Divulgação de Informações;
- Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Política de Porta-vozes;
- Política de Distribuição de Dividendos;
- Política de Patrocínio;
- Política de Gestão de Riscos;
- Código de Ética, Conduta e Integridade;
- Diferentes canais de comunicação para recebimento de reclamações e/ou denúncias;
- Modelo de Gestão por Resultado, através do monitoramento de indicadores estratégicos e setoriais;
- Fóruns de Avaliação e Gestão – FAG (Corporativo e Setorial);
- Reuniões semanais de Monitoramento de Projetos, através do Escritório de Projetos Corporativo – EPC;
- Implementação da metodologia de “Melhoria de Processos com Foco em Riscos”;
- Publicação bimestral da Execução Orçamentária;
- Publicação semestral do relatório detalhado de bens adquiridos;



- Publicação de Demonstrações Financeiras no padrão internacional de contabilidade.

Seguindo-se a essas ações, foram realizadas diversas iniciativas com foco na gestão de riscos e controles internos, entre 2019 e 2020, conforme apresentado na seção seguinte.

3.2 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Gestão de Riscos tem como objetivo primordial contribuir para a melhoria do desempenho da organização, do processo de planejamento e da gestão de processos. Os conceitos incorporados por essa prática dentro da companhia levam a uma visão ampla sobre as oportunidades a serem potencializadas, assim como as vulnerabilidades que precisem ser mitigadas ou extintas, de modo que se possa alcançar o melhor resultado frente às incertezas intrínsecas do negócio.

As iniciativas nesse campo promovem a adequação das práticas da companhia à Lei nº 13.303/2016, às normas internacionais e aos requisitos legais e regulatórios pertinentes e compreendem a identificação, a análise, a avaliação e o tratamento dos riscos operacionais, financeiros, legais e regulatórios.

Nesse entendimento, foi criada em maio de 2018, a Assessoria de Governança, Riscos e Conformidade, vinculada à Presidência e liderada pelo Diretor de Planejamento. Sua atuação produziu resultados como a realização de treinamentos “*in company*” sobre Licitações e Contratos (julho/2018), Governança e *Compliance* (agosto/2018), Gestão de Riscos (outubro/2018), Matriz de Riscos de Contratos (novembro/2018) e o treinamento específico para os administradores eleitos sobre Divulgação de Informações, Controle Interno, a Lei Nº. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), Legislação Societária e de Mercado de Capitais e Código de Conduta (de julho/2018 a dezembro/2018).

Em 2019, foi elaborada a Matriz de Riscos de Contratos, e, desde maio do mesmo ano, foi implementada a metodologia “Melhoria de Processos com Foco em Riscos”, por meio da qual é realizada a análise e diagnóstico dos processos de negócios, a identificação dos riscos e suas respectivas causas; o estabelecimento de controles a fim de minimizar os impactos negativos dos riscos identificados; e a implantação de melhorias nos processos como forma de



agregar valor à organização. A Figura 10 ilustra as principais atividades do método e as entregas esperadas para cada etapa.

A Diretoria da COGERH priorizou uma série de processos que foram trabalhados em 2019 e 2020. Para 2021, outros 6 processos já estão definidos para aplicação da metodologia. O conjunto de processos está apresentado na Figura 11.

A Coordenação de Processos, Riscos e Controle Interno presta apoio aos gestores das áreas de negócios no desenho dos processos e na elaboração e acompanhamento de planos de ação para implementação das melhorias e controles, a fim de suprir eventuais deficiências, tendo em vista a melhoria do desempenho organizacional e a redução dos impactos dos riscos. A Coordenação de Conformidade também está presente nesse processo, de forma a garantir a disseminação da cultura de conformidade e auxiliar na elaboração das normas internas que regem as atividades da companhia. Tais ações contribuem para a melhoria da eficiência e da transparência, otimizando a tomada de decisão e, conseqüentemente, o alcance de melhores resultados dentro da COGERH.

FIGURA 10 – MELHORIA DE PROCESSOS COM FOCO EM RISCO

	Definição do Alvo	Entendimento e Análise	Proposição de Melhorias e Controles
PRINCIPAIS ATIVIDADES	✓ Definir escopo do projeto ✓ Apresentar ciclo de melhoria de processo com foco em risco ✓ Elaborar diagrama de escopo do processo	✓ Elaborar modelo AS IS colaborativo ✓ Desenvolver e analisar modelo AS IS ✓ Identificar e classificar riscos do processo ✓ Levantar e priorizar dores e causas dos riscos	✓ Levantar melhorias e controles para riscos ✓ Consolidar na matriz de priorização de melhorias ✓ Elaborar plano de implantação ✓ Desenvolver modelo TO BE ✓ Elaborar manuais e normas ✓ Definir mecanismo de gestão
ENTREGAS	✓ Declaração de escopo ✓ Cronograma de marcos ✓ Diagrama de escopo do processo	✓ Processo atual – modelo AS IS ✓ Riscos do processo atual ✓ Diagnóstico do processo	✓ Plano de implantação de melhorias e controles do processo ✓ Redesenho do processo – modelo TO BE ✓ Mapa de riscos e controle dos riscos ✓ Manuais e/ou normas do processo ✓ Dono do processo, indicador e meta

Fonte: Portal COGERH. Disponível em <https://portal.cogerh.com.br/projeto-analise-redesenho-e-automacao-de-processos/>.

FIGURA 11 – PROCESSOS PRIORIZADOS PARA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA COM FOCO EM RISCOS.

2019 (Realizados)	2020 (Realizados)	2021 (mapeados)
Realizar registro de bens	Revisão do processo conceder outorga (Dec. 33.559/20)	Realizar aquisição por dispensa de licitação
Realizar baixa de bens	Realizar pagamentos	Realizar aquisição por cotação eletrônica
Gerenciar contratos	Conceder benefícios	Realizar aquisição por pregão eletrônico
Manter segurança de barragens	Realizar fechamento contábil	Gerenciar licenciamentos ambientais
Gerenciar contas de energia elétrica	Realizar monitoramento da qualidade da água	Realizar controle de reativos
Conceder outorgas	Realizar monitoramento da quantidade da água	Realizar desenvolvimento de sistemas
Conceder diárias		
Acompanhar execução do orçamento		
Elaborar orçamento		
Realizar faturamento		
Realizar movimetização de bens		
Realizar inventário		
Realizar capacitação		
Realizar medição		
Gerenciar férias		
Realizar manutenção de EBs		
Apoiar fiscalização		

Fonte: Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa - COGERH.

Em março de 2020, a COGERH iniciou a elaboração da Política de Gestão de Riscos, com previsão de encerramento até abril de 2021. A empresa KMPG Assessores Ltda, contratada para tal fim, desenvolveu juntamente com os técnicos da companhia, várias ferramentas de Gestão de Riscos, dentre as quais pode-se citar: Plano de Comunicação de Gestão de Riscos, Fichas de Riscos, Dicionário de Riscos Manual de Gestão de Riscos e a Régua de Impacto *versus* Probabilidade. Todos são instrumentos importantes para uma correta e efetiva implementação do processo de gerenciamento de riscos.

Na 133ª Reunião do Conselho de Administração da COGERH, realizada no dia 31/08/2020, foi aprovada a Política de Gestão de Riscos. Essa política estabelece as diretrizes do processo e busca promover uma linguagem comum de gerenciamento de riscos, favorecendo a transmissão do conhecimento e incorporando a Gestão de Riscos no ambiente em que a companhia está inserida, considerando seus valores, aspectos culturais, história, processos

decisórios, modelo de negócio, operação e a sua estrutura organizacional. O Estatuto Social da COGERH de 2018, as diretrizes do COSO ERM 2017, a ISO 31000:2018, dentre outras referências de boas práticas, são os dispositivos que fundamentam e orientam as rotinas de trabalho e os procedimentos de controle que se destinam a essa Política.

A partir desse marco, os riscos corporativos passam a ser incorporados ao processo de tomada de decisões. O gerenciamento de riscos é elemento essencial para boa governança, contribuindo para reduzir as incertezas que envolvem a definição da estratégia e dos objetivos das organizações públicas, e por conseguinte, o alcance de melhores resultados em benefício da sociedade.

Durante a implementação da Política de Gestão de Riscos, foram identificados vários fatores de riscos a partir das Dimensões Estratégicas a seguir: Econômico-Financeira, Processos e Tecnologia, Sociedade e Mercado e Aprendizagem e Conhecimento. Abaixo estão listados os principais fatores mapeados em cada dimensão:

Econômico-Financeira

- Alto valor da água oriunda do PISF;
- Retração das atividades econômicas;
- Sazonalidade do uso de energia para bombeamento da água.

Sociedade e Mercado

- Movimentos políticos ambientais;
- Falhas ou acidentes com estruturas de terceiros (açudes federais e barragens particulares).

Processos e Tecnologia

- Seca prolongada;
- Degradação, poluição ou contaminação das fontes de captação;
- Rompimento de barragens;
- Ações intencionais executadas por terceiros – vandalismo, roubos e furtos.

Aprendizagem e Conhecimento

- Ausência de programa de sucessão.

Desta forma, os riscos reconhecidos como mais relevantes no âmbito da COGERH foram priorizados e estão sendo tratados através da implantação de respostas aos riscos, planos



de ações mitigatórias e monitoramento de indicadores, elaborados pelos próprios donos dos riscos com o apoio da área de Assessoria de Governança, Riscos e Conformidade, sempre considerando o nível de exposição acordado com a Alta Administração. Visando administrar os riscos e mantê-los compatíveis com o nível estabelecido pela companhia, é realizada mensalmente reunião com a Diretoria, os donos dos riscos e a área de Governança, Riscos e Conformidade, para o monitoramento dos indicadores e acompanhamento dos planos de ações.

Importante ressaltar que a Política de Gestão de Riscos define as competências e responsabilidades de todos os agentes envolvidos no processo: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Diretoria Executiva, Diretor Estatutário responsável pela Gestão de Riscos, área responsável pela Gestão de Riscos, Donos dos Riscos e Auditoria Interna.

Com a elaboração da Política de Riscos e a identificação desses na Matriz correspondente, compreendendo os riscos a que está exposta, a COGERH manteve suas iniciativas de Gestão de Riscos orientadas pelo Modelo das Três Linhas de Defesa, recomendado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O modelo contempla as responsabilidades e o papel dos órgãos internos da companhia (Figura 12) e o conteúdo de cada Linha de Defesa na COGERH:

- 1ª Linha: representada pela área de negócio. Os gerentes operacionais gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles. A gerência operacional é responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, garantindo a conformidade com as expectativas legais, regulatórias e éticas. A gerência funcional identifica, avalia, controla e mitiga os riscos, mantendo um diálogo contínuo com o órgão de governança.
- 2ª Linha: representada pela área de Governança, Riscos e Conformidade. Esta área estabelece diversas funções de gerenciamento de riscos e conformidade para ajudar a desenvolver e/ou monitorar os controles da primeira linha. Dessa forma, auxilia a gerência operacional a mapear processos e estabelecer controles para gerenciar riscos, fornecendo expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos.



- 3ª Linha: representada pela Auditoria Interna, que provê avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle, comunicando suas avaliações à gestão e ao órgão de governança.

FIGURA 12 – MODELO DAS 3 LINHAS DE DEFESA



Fonte: Plano de Negócios e Gestão Estratégica - COGERH.

Considerados todos esses aspectos, e em sentido mais amplo, o Modelo de Gestão de Riscos da COGERH pode ser representado pela Figura 13, que busca ilustrar o alinhamento às expectativas em torno das responsabilidades da governança e da alta administração no cumprimento das suas obrigações de *accountability*.

FIGURA 13 – ALINHANDO RISCOS COM A ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



Fonte: Plano de Negócios e Gestão Estratégica - COGERH.

Assim, a inclusão da Gestão de Riscos Corporativos contribuirá para a melhoria do processo de governança, trazendo os seguintes resultados:

- Adequação a Lei Nº. 13.303/2016, às normas internacionais e aos requisitos legais e regulatórios pertinentes;
- Adequação e sinergia das ações de tratamento de riscos aos objetivos estratégicos, missão e visão de empresa, além de subsidiar a área de Governança, Riscos e Conformidade e Auditoria Interna, melhorando os controles e a eficácia e a eficiência operacional;
- Aumento da probabilidade de atingir seus objetivos, através de uma melhor identificação das oportunidades e ameaças, estabelecendo uma base confiável para a tomada de decisão e o planejamento;
- Encorajamento de uma gestão proativa, melhorando a prevenção de perdas e a gestão de incidentes;
- Criação de cultura de gestão de riscos, unificando conceitos, metodologia e linguagem a ser utilizada na empresa nas ações relacionadas a riscos;
- Instituição de uma Política Corporativa para o processo de Gestão de Riscos, alocando e utilizando eficazmente os recursos para o tratamento de riscos;

- Tratamento dos riscos operacionais, financeiros, legais e regulatórios, com a melhoria dos seus controles e aumento da eficiência das diferentes ações de melhoria em andamento na companhia;
- Auxílio à COGERH para desenvolver suas estratégias e projetos de gestão de riscos direcionando suas expectativas quanto aos resultados desejados e minimizando as perdas;
- Redução da exposição e comprometimento da imagem da companhia;
- Melhoria da aprendizagem organizacional e aumento da resiliência da organização.

No que tange aos Controles Internos, é realizado anualmente o processo de avaliação considerando tanto a eventual existência de novos riscos associados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, quanto de possíveis alterações significativas nos processos e sistemas informatizados. Esses controles abrangem os procedimentos sobre a adequação dos registros contábeis, a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as regras oficiais e a devida autorização das transações relacionadas com aquisições, uso e disposição dos bens da companhia.

A Auditoria Interna, como área responsável pela terceira linha de defesa, vem atuando junto à gestão a fim de verificar a aderência das atividades realizadas aos processos e regulamentos, além de monitorar a implementação das recomendações de auditorias efetuadas (interna, externa e governamental).

Com o intuito de mitigar os riscos a que está exposta e auxiliar na tomada de decisões, a COGERH estabeleceu um fluxo para padronizar seus processos, tratar seus riscos e estruturar seus controles internos, conforme apresentado na Figura 14, compreendendo:

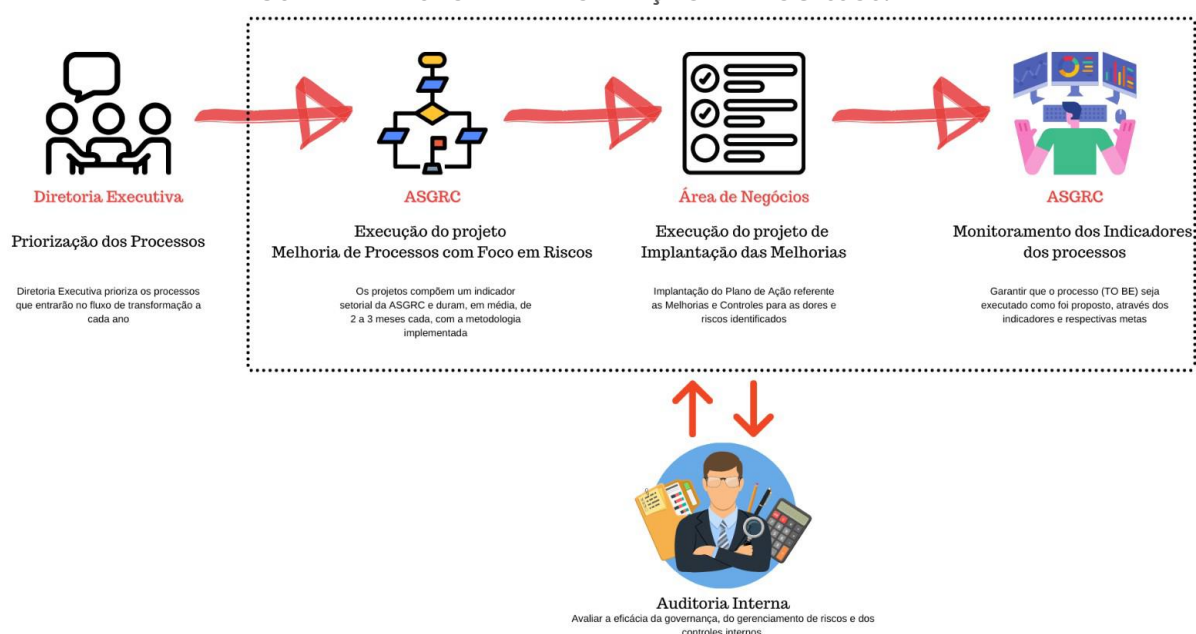
- Melhoria de Processos com Foco em Riscos: atividade constante, que objetiva a análise e o diagnóstico dos processos de negócio, a identificação de riscos operacionais e suas respectivas causas, o estabelecimento de controles internos a fim de minimizar os impactos dos riscos identificados e o redesenho do processo de negócio, visando a padronização e a implantação de melhorias/controles, como forma de agregar valor à organização.
- Implantação das Melhorias e Controles: atividade constante, que objetiva elaborar e implementar planos de ação capazes de remediar as deficiências



identificadas pela análise e diagnóstico dos processos, com monitoramento dos prazos, de forma a garantir a execução tempestiva e correta das ações levantadas para corrigir ou minimizar os impactos das deficiências encontradas.

- Testes dos Controles Internos: atividade periódica, que objetiva a avaliação da estrutura de controles internos, através da execução de testes que verifiquem a eficiência dos processos e a eficácia dos controles internos adotados para mitigar os riscos identificados. Esses testes envolvem a Auditoria Interna e a auditoria realizada pelo Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras.

FIGURA 14 – FLUXO DE PADRONIZAÇÃO DE PROCESSOS.



Fonte: Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa - COGERH.

A implementação da Melhoria de Processos com Foco em Riscos na COGERH, passa por uma mudança da cultura organizacional, devendo ser gradual e contínua. A partir da implantação da Assessoria de Governança, Riscos e Conformidade, a Auditoria Interna vem acompanhando a revisão dos fluxos de processos e à implantação dos controles internos, e a partir de 2020, passa a realizar auditoria na implementação das atividades de gerenciamento de riscos e processos de governança.

3.3 ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

O compromisso com a Ética e a Transparência são parte da cultura interna da COGERH. A companhia conta com 3 instrumentos principais nesta missão: o Código de Ética, Conduta e Integridade, a Comissão de Ética e o Canal de Denúncias.

O Código de Ética, Conduta e Integridade foi aprovado pela 109ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 29/05/2018 e tem seus objetivos apresentados na Figura 15.

O Canal de Denúncias é utilizado para o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Ética, Conduta e Integridade e das demais normas internas de ética e obrigacionais. É assegurado o anonimato e a confidencialidade das denúncias, além da não retaliação ao denunciante.

FIGURA 15 – OBJETIVOS DO CÓDIGO DE ÉTICA

- A disseminação de orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude;
- A definição das instâncias internas responsáveis pela atualização e aplicação do Código;
- A divulgação do canal de denúncias e do modo como as mesmas devem ser tratadas;
- A aplicação de sanções em caso de violação às regras definidas no Código.

Fonte: Plano de Negócios e Gestão Estratégica - COGERH.

Os meios de contato que a COGERH disponibiliza são:

- Ouvidoria: <http://ceartransparente.ce.gov.br>;

- Telefone: 155

- Comissão de Ética da COGERH: comissao.etica@cogerh.com.br

- Comitê de Auditoria Estatutário: comiteestatutario@cogerh.com.br (meio para receber denúncias em matérias relacionadas ao escopo das atividades do Comitê de Auditoria Estatutário, conforme dispõe o Art. 24, §2º, da Lei nº 13.303/2016).



O compromisso da COGERH com a ética é fundamentado em seu Estatuto Social, onde diversos regimentos definem e direcionam, com clareza, seu objeto social, aspectos de administração e governança, conflitos de interesse, divulgação de informações, exercício social e demonstrações financeiras, entre outros. Os dirigentes membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva possuem no Estatuto a competência pela prática e disseminação desses valores na companhia, e todos os membros passam por capacitação ou reciclagem anual sobre a legislação aplicável, valores, princípios e códigos de comportamento.

A respeito da Transparência, em cumprimento ao artigo 8º da Lei 13.303/2016, são realizadas as seguintes atividades:

- Elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos a curto prazo quanto à consecução de objetivos de políticas públicas, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores;
- Adequação do estatuto social à autorização legislativa de sua criação;
- Divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração;
- Elaboração e divulgação de política de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas de acesso e transparência das organizações;
- Elaboração de política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da empresa pública ou da sociedade de economia mista;
- Divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo ou de segurança nacional;
- Elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência,



equidade e comutatividade, que deverá ser revista, no mínimo, anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração;

- Ampla divulgação, ao público em geral, de carta anual de governança corporativa;
- Divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade.

Os documentos resultantes do cumprimento dos requisitos de transparência descritos são publicamente divulgados na internet de forma permanente e cumulativa.

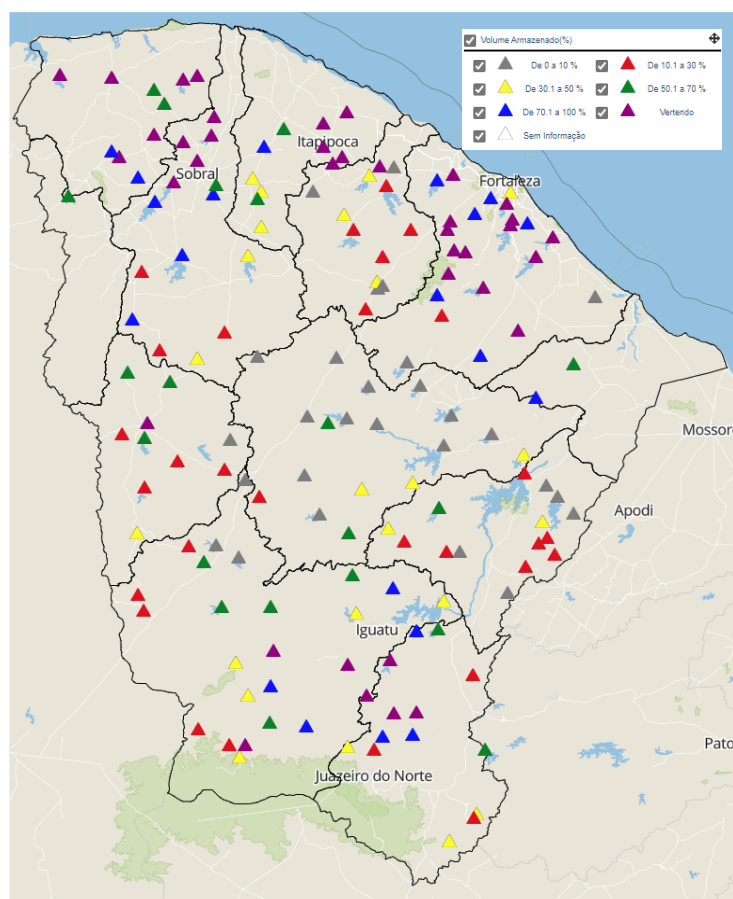


4 CAPITAL MANUFATURADO

4.1 GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

A COGERH é responsável pela operação, monitoramento qualitativo e quantitativo de 155 reservatórios (Figura 16), com um volume total de 18,639 bilhões de m³ de água bruta. Nesta operação estão contidas 89 barragens, 430 km de canais, 1.250 km de adutoras e redes de distribuição de água bruta e 55 estações de bombeamento. Na gestão das barragens, a COGERH atua como empreendedora, no âmbito da Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB.

FIGURA 16 - RESERVATÓRIOS MONITORADOS PELA COGERH



Fonte: Portal Hidrológico do Ceará. Funceme.
Disponível em <http://www.hidro.ce.gov.br/acude/nivel-diário>.

4.2 SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA HÍDRICA

A COGERH executa o Programa de Gestão de Segurança de Barragens através da Gerência de Segurança e Infraestrutura – GESIN. São desenvolvidas ações relacionadas ao monitoramento, manutenção e gestão de riscos nas estruturas monitoradas pela companhia.

Desde o ano 2000, a COGERH realiza inspeções de segurança em barragens com a aplicação de um *check-list* que abrange todas as anomalias que poderão ser identificadas nas estruturas das barragens. As Inspeções de Segurança Regular (ISR) são realizadas duas vezes por ano, antes e após a quadra chuvosa por técnicos das gerências regionais e a GESIN é responsável pela análise e validação dos *check-lists*.

A partir do resultado da ISR as barragens são classificadas quanto à prioridade de intervenção. As barragens com prioridade de intervenção máxima são alvos de visitas para diagnóstico das anomalias identificadas na ISR e elaboração do projeto de recuperação.

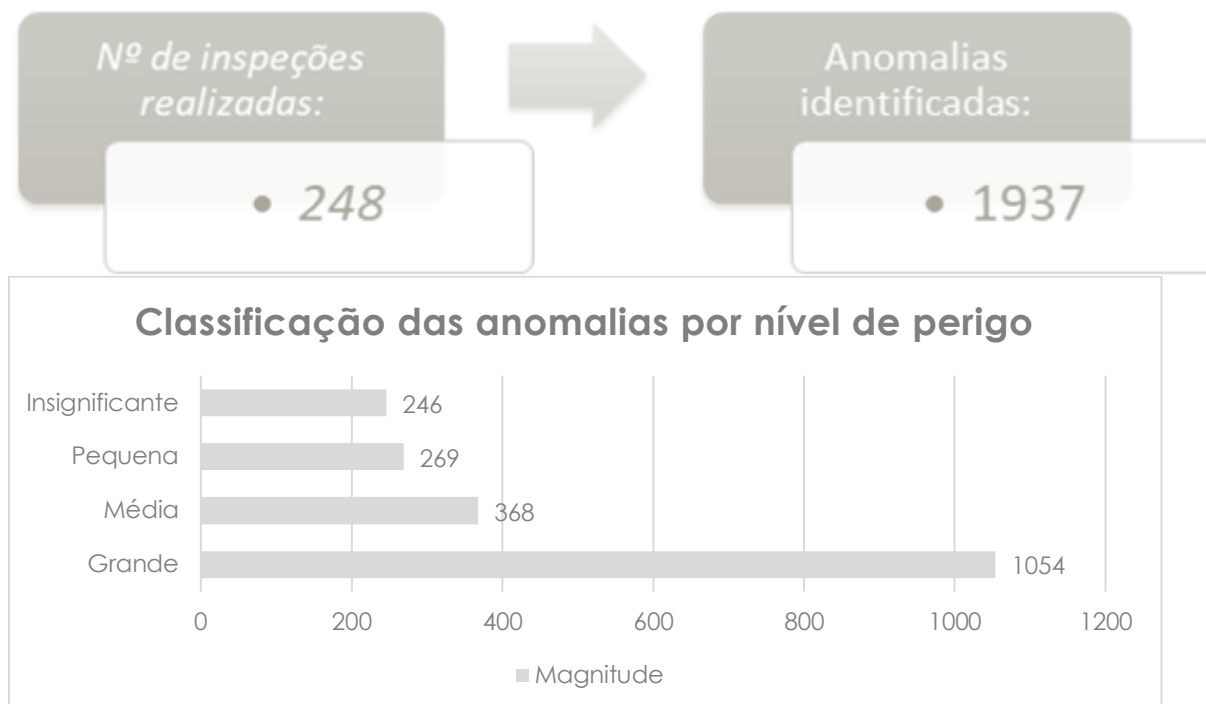
As ações de segurança de barragens realizadas pela COGERH no ano de 2020, consistiram em:

- Inspeções de segurança regulares;
- Monitoramento da instrumentação;
- Desenvolvimento dos Planos de Segurança de Barragens;
- Obras de recuperação.

Os resultados quantitativos do ciclo de inspeções de 2020 estão apontados na Figura 17.



FIGURA 17 - INSPEÇÕES, ANOMALIAS E MAGNITUDE DAS ANOMALIAS EM 2020



Fonte: GESIN/COGERH, 2020.

Quando comparado ao ano de 2019, observa-se um aumento em torno da ordem de 8% na quantidade total de anomalias. Este aumento está associado aos efeitos da pandemia da COVID-19, em 2020, o que ocasionou uma série de problemas de fornecimento de insumos, dificuldades na execução dos serviços e escassez de mão de obra. Nesse contexto é importante ressaltar que as ações corretivas da companhia no âmbito da segurança de barragens, mesmo com as dificuldades de um ano atípico, ainda mantiveram a quantidade de anomalias dentro de um patamar aceitável.

Quanto ao monitoramento da instrumentação, o Agente de Guarda e Inspeção do Reservatório - AGIR realiza a leitura manual do instrumento. O armazenamento e análise dos dados são realizados pela GESIN. Para as barragens instrumentadas de cada gerência regional foram apresentados o histórico de observações e as recomendações para a melhoria no monitoramento.

Em 2020, a COGERH, através da GESIN, deu continuidade ao processo de elaboração dos Planos de Segurança de Barragens, conforme requerido pela Lei 12.334 de 2010, que define

o empreendedor como responsável por sua elaboração e atualização. Ao longo do corrente ano, foram continuados os 4 (quatro) primeiros volumes do plano, abaixo listados.

- ✓ Volume I - Informações Gerais da Barragem;
- ✓ Volume II - Documentação Técnica do Empreendimento;
- ✓ Volume III - Planos e Procedimentos;
- ✓ Volume IV - Registros e Controles.

Os 2 últimos volumes do PSB (Volume V - Revisão Periódica de Segurança da Barragem; Volume VI - Plano de Ação de Emergência) demandarão uma posterior contratação de consultoria externa especializada.

Diante da situação de pandemia e calamidade pública decretada no estado do Ceará no ano de 2020, oficializada pelo Decreto nº 33.519/2020, a programação de obras de recuperação em barragens foi afetada, sendo possível finalizar apenas 4 (quatro) obras durante o ano, que serão brevemente descritas a seguir.

1. Barragem Colina

A obra de recuperação da barragem Colina, localizada no município de Quiterianópolis, estava prevista para ser iniciada e concluída no ano de 2019, mas atrasos no cronograma de obras do contrato acarretou o encerramento da obra apenas em 2020. Foram executados serviços de recuperação de erosões com aterro compactado nos taludes de montante da barragem auxiliar e no talude de jusante da barragem principal, execução de proteção do talude de montante da barragem auxiliar (rip-rap), drenagem superficial no talude de jusante da barragem principal, meio-fio no coroamento e enrocamento no canal de restituição do sangradouro (Figura 18).



FIGURA 18 - FOTOS ANTES E APÓS A OBRA DE RECUPERAÇÃO NA BARRAGEM COLINA

Fonte: GESIN/COGERH, 2020.

2. Barragem São José II

A obra na barragem São José II localizada em Piquet Carneiro iniciou em abril de 2020 e finalizou em junho do mesmo ano. A referida barragem não constava na lista de prioridade de intervenção, entretanto, após ações de manutenção rotineira da Gerência Regional de Quixeramobim foi identificada uma emergência. Diante do fato, foram executados serviços de recuperação de erosões no talude de jusante com injeções de calda de solo e aterro compactado, recomposição do revestimento primário do coroamento, limpeza na região à jusante, recuperação da caixa de saída da tomada d'água e recuperação do sistema de drenagem superficial da barragem (Figura 19).



FIGURA 19 - OBRA DE RECUPERAÇÃO NA SÃO JOSÉ II

Fonte: GESIN/COGERH, 2020.

3. Barragem Carão

A obra de agosto de 2020 realizou a limpeza com remoção de vegetação na região à jusante e do talude de jusante da barragem. A barragem Carão possui como empreendedor o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), mas diante de uma situação emergencial identificada por técnicos da Gerência Regional de Sobral, a COGERH, mediante solicitação do órgão fiscalizador representado pela Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), realizou os serviços de limpeza no talude de jusante e região à jusante da barragem para um melhor diagnóstico do problema (Figura 20).

FIGURA 20 - OBRA DE RECUPERAÇÃO NA BARRAGEM CARÃO.

Fonte: GESIN/COGERH, 2020.

4. Barragem Madeiro

Localizada no município de Pereiro, os serviços na barragem Madeiro foram iniciados em setembro de 2020 e finalizados na primeira semana de janeiro de 2021. Foram realizados serviços de recuperação de erosões nos taludes de montante e jusante, serviço de proteção (rip-rap) no talude de montante, recuperação da drenagem superficial no talude de jusante da barragem principal, recomposição do revestimento primário e meio-fio do coroamento, além de limpeza na região a jusante da barragem (Figura 21).

FIGURA 21 - OBRA DE RECUPERAÇÃO NA BARRAGEM MADEIRO.

Fonte: GESIN/COGERH, 2020.

A Gerência de Segurança e Infraestrutura, no ano de 2020, desenvolveu atividades de gestão e fiscalização de dois contratos de consultoria descritas a seguir.

- O contrato nº 050/2019/COGERH firmado entre a companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH e a empresa Geoprojetos Engenharia LTDA, com objeto de elaboração do projeto executivo para recuperação do vertedouro da barragem Jaburu I – Município de Tianguá, foi assinado em setembro de 2019. No ano de 2020 a equipe da GESIN responsável pela gestão e fiscalização do contrato analisou os 7 (sete) primeiros Volumes que compõem o projeto. O referido contrato segue em execução e tem previsão para conclusão e entrega final do projeto no ano de 2021.
- O contrato nº 015/2020/COGERH firmado entre a companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH e a empresa Geoprojetos Engenharia LTDA, com objeto de contratação de serviços especializados em engenharia para elaboração dos Planos de Segurança das Barragens Jaburu I, Jaburu II e Batalhão, foi assinado em março de 2020. No decorrer do ano a equipe da GESIN, responsável pela gestão e fiscalização do contrato, analisou os produtos entregues pela contratada e produziu

relatórios de fiscalização. O referido contrato segue em execução e tem previsão para conclusão e entrega final dos produtos no ano de 2021.



5 CAPITAL INTELECTUAL

5.1 ESTUDOS E PROJETOS

A responsabilidade pela gestão de recursos hídricos e fornecimento da água bruta no estado do Ceará traz à COGERH a permanente necessidade de manter-se na vanguarda da inovação e pesquisa dentro de seu campo de atuação.

Nesse intuito, foi criada a Gerência de Estudos e Projetos – GEPRO, em 1995, com a atribuição básica de promover o desenvolvimento de estudos e projetos nas diversas Bacias Hidrográficas do Estado, englobando águas superficiais e subterrâneas e estudos ambientais, preconizando a conservação e a racionalização dos usos da água, possibilitando o bem-estar da população no Ceará e uma melhor qualidade de vida.

A gestão eficaz e eficiente das Bacias Hidrográficas é uma estratégia que visa proteger e conservar a qualidade ambiental e, conseqüentemente, os ecossistemas aquáticos. Muitos dos problemas de quantidade e qualidade da água são evitados ou resolvidos por meio de ações aplicadas diretamente na Bacia Hidrográfica dentro de uma visão holística, observando-se as atividades desenvolvidas em sua área de abrangência e os usuários envolvidos.

Entre as principais atribuições da área de Estudos e Projetos pode-se citar:

- Implementar estudos aplicados na identificação do potencial hídrico do estado do Ceará;
- Possibilitar a elaboração dos planos de gerenciamento de bacias hidrográficas, visando o aproveitamento racional dos recursos hídricos no que concerne aos usos múltiplos;
- Promover estudos básicos de engenharia de recursos hídricos, envolvendo sistemas de suporte a decisões; hidrologia; hidráulica; topografia/cartografia; geotecnia; transporte de sedimentos; limnologia; meio ambiente.
- Promover nos projetos desenvolvidos e fomentados pela COGERH a inserção do enfoque ambiental, possibilitando a gestão dos recursos hídricos dentro de uma visão holística e socioambiental que, efetivamente garanta a sustentabilidade dos recursos ambientais e a conservação de melhores condições de qualidade de vida;



- Cumprir as exigências legais para aprovação dos projetos de interesse da companhia;
- Participar na elaboração e atualização dos planos de gerenciamento de bacias hidrográficas;
- Promover estudos para viabilizar a utilização racional das águas subterrâneas do Estado;
- Elaborar projetos de adução e captação para fornecimento de água bruta;
- Analisar projetos de obras de controle de fluxo em vales perenizados;
- Elaborar pareceres técnicos de outorga de uso da água;
- Elaborar pareceres técnicos de licença de obras hídricas;
- Elaborar projetos de recuperação de calhas fluviais;
- Elaborar projetos de estudos especiais;

A Figura 22 relaciona os estudos e projetos em execução em 2020 no âmbito das águas subterrâneas, com respectivos valores e objetivos.

FIGURA 22 – ESTUDOS E PROJETOS EM 2020 – ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

ESTUDOS E PROJETOS EM EXECUÇÃO (ÁGUAS SUBTERRÂNEAS)	OBJETIVO/RETORNO ESPERADO
Avaliação Hidrogeológica Qualiquantitativa das Bacias da Região de Iguatu (Conclusão).	Identificar e mapear os mananciais subterrâneos e definir os parâmetros hidrodinâmicos desses aquíferos, zoneando áreas com potencial de aproveitamento hídrico e perímetros susceptíveis à poluição antrópica.
Cadastramento de Usuários e Medições de Vazões de Fontes de Águas Naturais da Região do Cariri (Conclusão).	Cadastramento dos usuários de 80 (oitenta) fontes outorgadas ou com conflitos de usuários, com vazões acima de 5 m³/h, identificação de possíveis fontes poluidoras, realização de medidas in loco de pH, temperatura, sólidos totais dissolvidos (STD) e condutividade elétrica (CE); análises em laboratório de nitrogênio amoniacal, nitrito, nitrato e Escherichia coli; e medidas de vazão de todas as fontes.
Estudo Qualiquantitativo do Aquífero Dunas no entorno da Vila de Jericoacoara (Conclusão)	Cadastramento de poços, descrição da geologia local, realização de campanhas de medidas de níveis d'água, levantamento planialtimétrico e análises físicas, químicas e bacteriológicas, como também perfis de eletrorresistividade em 2D/3D para interpretar feições hidrogeológicas diversas (camadas sedimentares, estruturas, níveis e fluxo de água subterrânea) e testes de produção para determinar as características hidrodinâmicas do aquífero.
Execução de 200 Testes de Bombeamento visando o abastecimento de Comunidades, Distrito e complemento do	Captação de águas subterrâneas para atender a demanda das localidades com abastecimento em criticidade

abastecimento de sedes municipais no Estado do Ceará	
Estudo Qualiquantitativo do Aluvião do Rio Jaguaribe, Trecho entre Castanhão e Itaiçaba	Conhecimento hidrodinâmico do aquífero para verificar a situação real de exploração dessa fonte e garantir uma retirada sustentável.
Prospecção Geofísica Aplicada a Hidrogeologia Visando a Locação de Poços Tubulares para Captação de Manancial Subterrâneo no Estado do Ceará	Estudos geofísicos indicando locais para perfuração de poços

Fonte: GEPRO/COGERH, 2020.

Na Figura 23 estão indicados os estudos e projetos em execução no campo das águas superficiais.

FIGURA 23 – ESTUDOS E PROJETOS EM 2020 – ÁGUAS SUPERFICIAIS

ESTUDOS E PROJETOS EM EXECUÇÃO (ÁGUAS SUPERFICIAIS)	OBJETIVO/RETORNO ESPERADO
Projeto Executivo da Barragem do Poço Comprido (Início do Projeto)	Promover o controle dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Acaraú; Examinar detalhadamente o atendimento às demandas de águas das regiões de influências; Proporcionar um aproveitamento racional da água acumulada no reservatório tendo como finalidade essencial o abastecimento, seguido do uso com o desenvolvimento da irrigação em áreas propícias a este tipo de atividade, assim como, a manutenção e ampliação do setor industrial.
Elaboração de Estudos Básicos e Projeto de Engenharia da Barragem Pedregulho	Incrementar a reservação na região hidrográfica do Coreaú, considerando os excedentes hídricos e escoamento considerável dos últimos anos
Elaboração de Estudos Básicos e Projeto de Engenharia da Barragem Canto das Pedras	Incrementar a reservação na região hidrográfica do Coreaú, considerando os excedentes hídricos e escoamento considerável dos últimos anos

Fonte: GEPRO/COGERH, 2020.

Na Figura 24, são relacionados os estudos e projetos de adução e captação executados em 2020.



FIGURA 24 - PROJETOS DE ADUÇÃO E CAPTAÇÃO EXECUTADOS EM 2020

Projeto Básico de Realocação de Adutora na CE-155;
Estudo de concepção do Sistema Adutor Canto dos Pintos – Crateús;
Estudo de alternativas do Sistema Adutor Fresenius;
Estudo de alternativas do Sistema Adutor Itaitaia.

Fonte: GEPRO/COGERH, 2020.

5.2 GESTÃO DE TI

Na Figura 25 pode ser vista uma lista dos sistemas operantes e atualizações realizadas ao longo de 2020 pela área de TI.

FIGURA 25 – LISTA DE SISTEMAS CORPORATIVOS

Sistemas
1. PROTHEUS – ERP da Área Administrativa-Financeira; Implantação do Módulo de Segurança do Trabalho;
2. SIGERH - Sistema Integrado de Informações de Gestão de Recursos Hídricos - ERP da Área Técnica;
3. OUTORGA <i>ONLINE</i> - Automação do Processo de Outorga (Sistema que acompanha e monitora este processo, ajudando a COGERH a saber onde o processo está parado, com quem, quanto tempo foi gasto entre uma atividade e outra, alertas, falhas, custos, etc.);
4. CHAMADO <i>ONLINE</i> - (Novo sistema de tramitação de todos os processos da COGERH adotando papel zero);
5. BI (Business Intelligence) para Gerenciamento e Integração de Informações oriundas da Área Administrativa-financeira e de Planejamento e Controle Orçamentário, o que capacitará os tomadores de decisões a fazerem suas tarefas de forma mais assertiva;
6. BI (Business Intelligence) para os Comitês de Bacia (Faturamento, arrecadação e despesas);
7. Sistema de Energia (Sistema onde é feito o controle e automação de todas as contas de energia da companhia, sede e regionais);
8. Sistema de Diárias (Sistema onde é feito o controle das diárias dos terceirizados da companhia);
9. Sistema de Documentos (Sistema onde é feito o controle da biblioteca e processos e de todos os documentos físicos da companhia);
10. Sistema de Medição (Sistema Gestor para coleta e controle das macromedições da companhia);
11. Sistema Mobile de Fiscalização (Sistema Mobile e Gestor para coleta e controle das fiscalizações da companhia);
12. Sistema de Cadastro de Pescadores (Sistema que controla as carteiras dos pescadores que utilizam os açudes da Região Metropolitana);

13. Sistema de Dados de Gestão (Sistema que possui informações dos Comitês de Bacias/Instituições/Mandatos);
14. Sistema de Controle de Compromissos (Sistema onde são registrados os compromissos destinados aos colaboradores da companhia);
15. Certidão de Regularidade de Outorga – CRO (Certidão emitida pela COGERH com o objetivo de maior controle sobre o uso da água bruta, facilitando a regularização dos usuários perante os órgãos emissores de outorga e para os casos da obtenção de licenciamentos ambientais junto a Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE);
16. Sistema de Manutenção de Equipamentos (Sistema onde são feitos o controle de manutenção dos equipamentos da área técnica);
17. Sistema de Chamados (Sistema onde são registradas todas as demandas para a área de TI da companhia);
18. Reserva <i>Online</i> (Sistema onde é feito o controle de reserva de todas as salas de reuniões e videoconferências da companhia);
19. Novo Portal da COGERH;
20. Nova Intranet da COGERH;
21. Sites dos 13 Comitês de Bacias;
22. Web Service Cagece (Interface para recebimento de leituras dos usuários do controle de termo de cooperação com a Cagece);
23. Agendamento <i>Online</i> (Sistema automatizado de atendimento ao cliente).

Fonte: e-mail institucional - VERAS, André. Coleta de Dados. Mensagem recebida por <andre.veras@cogerh.com.br>

5.3 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Para liderar a introdução de inovações na companhia, foram criadas em 2019 duas assessorias especiais:

- A assessoria socioambiental com a atribuição de planejar e gerir ações de responsabilidade socioambiental;
- A assessoria de inovação com o objetivo de investigar soluções inovadoras visando planejar e implementar ações que auxiliem no avanço dos processos de operação e de gestão dos recursos hídricos.

Como parte da implantação dessas unidades, foram realizadas 28 reuniões de sensibilização junto aos colaboradores da COGERH e dos Comitês de Bacia, para discutir conceitos associados, diferenças entre inovações nos meios público e privado e identificação de desafios que podem ser enfrentados através do processo de inovação.



O resultado desse trabalho foi um conjunto de 347 desafios, dentre os quais a presidência e diretorias priorizaram em uma primeira etapa 110 desafios e, em uma segunda análise 11 para que sejam estudados e desenvolvidos dentro da companhia. Essas 11 oportunidades são detalhadas por eixo de atuação a seguir:

Eixo – Operação e Manutenção da Infraestrutura Hídrica

- ✓ Aproveitamento dos espelhos d'água dos reservatórios para geração de energia a partir de módulos fotovoltaicos.
- ✓ Modelo para estimativa do consumo hídrico na agricultura irrigada utilizando técnicas de sensoriamento remoto.
- ✓ Monitoramento qualitativo com a utilização de sensoriamento remoto.
- ✓ Avaliação da capacidade de suporte para piscicultura no Açude Castanhão.
- ✓ Análise do comportamento das estruturas das barragens utilizando dados de instrumentação.

Eixo – Implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos

- ✓ Aprimoramento da política de cobrança pelo uso da água mediante o uso de bandeiras tarifárias.
- ✓ Implementação do sistema de alerta de uso dos recursos hídricos.

Eixo – Desenvolvimento Institucional

- ✓ Automação e virtualização dos processos com papel zero.
- ✓ Transformação da COGERH em empresa sustentável e acessível.
- ✓ Aprendizagem à distância: o Ceará e a água.
- ✓ Replicação do modelo de gerenciamento dos recursos hídricos mediante consultorias prestadas pela COGERH.

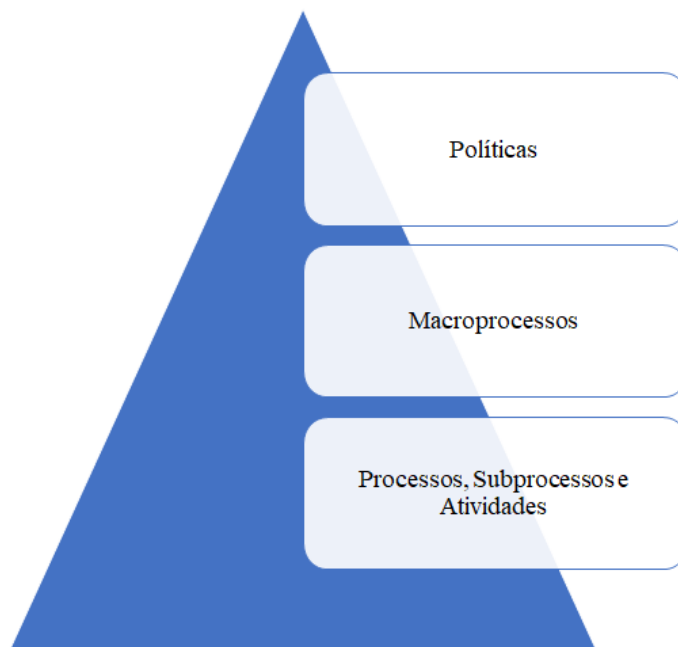
Entre as atividades desenvolvidas em 2020, foi realizado o Projeto de Capacidade de Suporte do Açude Castanhão, com recursos investidos da ordem de R\$ 378.000,00, o qual resultou no desenvolvimento de um modelo matemático capaz de calcular a capacidade de suporte do açude.



5.4 PADRÕES E PROCESSOS

A estrutura de padrões e processos da COGERH pode ser vista como na Figura 26.

FIGURA 26 – ESTRUTURA DE PADRÕES E PROCESSOS DA COGERH



Fonte: Cadeia de Valor/COGERH.

As principais políticas documentadas da COGERH são:

- ✓ Política de Divulgação de Informações;
- ✓ Política de Transações com Partes Relacionadas;
- ✓ Política de Porta-Vozes;
- ✓ Política de Distribuição de Dividendos;
- ✓ Política de Patrocínio;
- ✓ Política de Gestão de Riscos.

Para a identificação da estrutura de padrões e processos da COGERH, foi realizada a definição da cadeia de valor e identificação dos macroprocessos, processos e subprocessos da companhia (Figura 27).



FIGURA 27 – CADEIA DE VALOR D COGERH



Fonte: Cadeia de Valor/COGERH.

A Figura 28 apresenta o detalhamento dos macroprocessos primários e seus respectivos processos.

FIGURA 28 – MACROPROCESSOS E PROCESSOS PRIMÁRIOS

Macroprocessos	Processos
Gestão Participativa	Gestão dos Comitês de Bacia e das Comissões
	Gestoras de Sistemas Hídricos
	Alocação Negociada de Água
Projetos e Estudos Técnicos	Engenharia / Hidrogeologia / Gestão Participativa
Instrumentos de Gestão	Outorga e Fiscalização
	Cobrança
	Plano de Recursos Hídricos
	Sistemas de Informação
Operação e Manutenção	Segurança de Barragens
	Desenvolvimento Operacional
	Operação do Sistema/ Tecnologia
	Manutenção da Infraestrutura Hídrica
	Medição
	Operação da Infraestrutura Hídrica

Fonte: Cadeia de Valor/COGERH, 2020.

A Figura 29 apresenta o detalhamento dos macroprocessos de suporte e seus respectivos processos.

FIGURA 29 - MACROPROCESSOS E PROCESSOS DE SUPORTE

Macroprocessos	Processos
Estratégia	Planejamento Estratégico
	Inovação
	Governança, Riscos e Conformidade
	Planejamento Financeiro
	Gestão de Projetos
	Indicadores Corporativos e Setoriais
Financeiro	Gestão de Usuário Pagador
	Faturamento
	Contas a Receber
	Tesouraria
Suprimentos	Compras
	Recebimento
	Estoque
Registro e Reporte	Gestão Contábil
	Gestão de Ativos / Patrimônio
Suporte ao Negócio	Jurídico
	Comunicação e Marketing
	Socioambiental
	Tecnologia da Informação
Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	Contratação
	Folha de Pagamento
	Rescisões
	Gestão do Conhecimento
	Saúde e Segurança
	Terceirização

Fonte: Cadeia de Valor/COGERH, 2020.

Em vista das adequações para a Lei 13.303/2016, como mecanismo de aprimoramento das práticas de governança e para viabilizar a Gestão de Riscos da COGERH, foi desenvolvida a metodologia “Melhoria de Processos com Foco em Riscos”. Os processos priorizados para aplicação da metodologia ao longo de 2019 e 2020, assim como os previstos para o ano de 2021, estão apresentados na seção 3.2 Gestão de Riscos e Controles Internos.

6 CAPITAL NATURAL

6.1 ÁGUA

O volume de água monitorado pela COGERH em 2020 chegou a um total de 4,713 trilhões de m³. O volume de água bruta faturado por meio de outorgas, no mesmo período foi de 671 milhões de m³. A composição dessa demanda está apresentada na Figura 30, por categoria de uso, sendo que apenas 3 usos são responsáveis por 98% do volume faturado total: Abastecimento Humano, Irrigação e Indústria.

Em termos de valores faturados, esse volume trouxe à companhia um total aproximado de 159 milhões de reais. Como há um diferencial de tarifas por categoria de uso, a distribuição se altera um pouco quando comparado aos volumes fornecidos, ficando a cargo das 2 categorias a responsabilidade por 98% deste montante: Abastecimento Público e Indústria, como apresentado na Figura 31.

FIGURA 30 – VOLUME DE ÁGUA FATURADO NO ESTADO DO CEARÁ EM 2020 (M³)

Uso	Volume (m³)	%
Abastecimento Humano	498.604.713,78	74,30%
Irrigação	114.381.843,83	17,05%
Indústria	41.982.422,78	6,26%
Aquicultura	8.096.191,66	1,21%
Serviço e Comércio	4.918.079,05	0,73%
Água Potável de Mesa	636.983,36	0,09%
Demais Usos	2.409.964,33	0,36%
Total	671.030.198,79	100,00%

Fonte: e-mail institucional - Secex COGERH. Evolução ao longo dos anos/GEREU.

Mensagem recebida de: <secex@cogerh.com.br>

FIGURA 31 – VALOR FATURADO NO ESTADO DO CEARÁ EM 2020 (R\$)

Uso	Valor (R\$)	%
Abastecimento Humano	79.167.271,99	49,78%
Indústria	76.136.558,63	47,87%
Serviço e Comércio	1.579.023,05	0,99%
Irrigação	1.084.676,59	0,68%
Água Potável de Mesa	521.135,24	0,33%
Aquicultura	86.687,64	0,05%
Demais Usos	473.222,96	0,30%
Total	159.048.576,10	100,00%

Fonte: e-mail institucional - Secex COGERH. Evolução ao longo dos anos/GEREU).
 Mensagem recebida de: <secex@cogerh.com.br>

O Gerenciamento dos recursos hídricos depende intrinsecamente da sustentabilidade em torno de seu uso. A compatibilização entre a oferta e a demanda é fundamental para garantir a disponibilidade entre todas as categorias de uso nos dias de hoje e para as futuras gerações.

Para isso é importante que o uso racional e sustentado de cada corpo hídrico, com a devida associação dos aspectos quantitativos e qualitativos, seja respeitado. Outros fatores como o estudo do clima e as previsões de tempo com modelos matemáticos que acompanhem as muitas variáveis, correlacionadas ou não, em nosso planeta, corroboram para que a gestão dos recursos possa ser mais efetiva e possua a assertividade necessária visando garantir a continuidade das atividades humanas e naturais locais.

Neste contexto, os dados atuais e históricos sobre os corpos hídricos, seus níveis, tamanhos de espelho d'água, taxas de evaporação, perenização, entre outros, são fundamentais e fazem parte do monitoramento contínuo tanto para os aspectos quantitativos quanto qualitativos. O acesso a estas informações é disponibilizado diariamente, em tempo real, no site da COGERH através do Portal Hidrológico, contando com uma ampla infraestrutura tecnológica que a permita trazer informações reais e seguras.

O monitoramento sistemático e continuado permite conhecer o regime hidrológico de cada açude, e assim, saber a capacidade e a garantia de longo prazo ao atendimento das demandas hídricas ao qual está submetido, ou seja, permite conhecer a oferta, que, atrelada à demanda posta, possibilita o conhecimento do balanço oferta-demanda. A partir desse balanço

é que anualmente são estabelecidas, através de reuniões como os usuários de cada açude, as regras de liberação das águas, cuja efetivação das condições planejadas pode ser confirmada a partir do monitoramento.

Esse acompanhamento também permite acompanhar ao longo dos anos o comprimento dos trechos de rios perenizados pelos açudes.

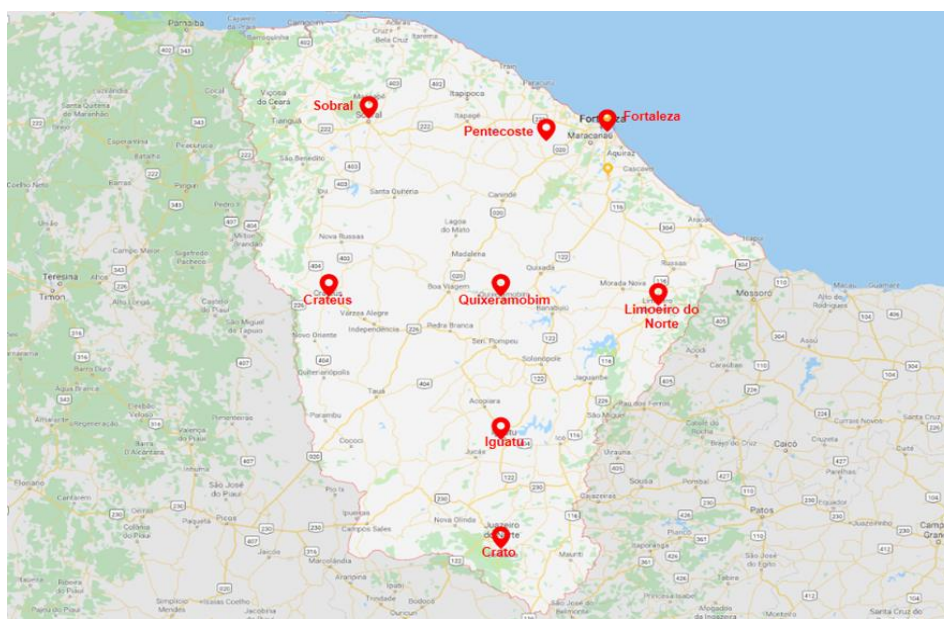
A COGERH exerce tanto o papel de gestora dos recursos hídricos do estado do Ceará quanto de fornecedora de água bruta. Neste contexto o monitoramento qualitativo tem como objetivo produzir informações que orientem os usuários na adequabilidade da água bruta aos múltiplos usos, promover a conservação da qualidade da água e prover informações que tornem possível prever a qualidade da água e subsidiar novos empreendimentos e usuários.

Para a implementação do monitoramento quantitativo a COGERH também conta com a parceria da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME, da Agência Nacional de Águas - ANA e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

O monitoramento, tanto quantitativo, quanto qualitativo, implementado pela COGERH acontece de uma forma descentralizada através das gerências regionais localizadas em todo o estado do Ceará (Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Limoeiro do Norte, Pentecoste, Quixeramobim e Sobral), conforme ilustra a Figura 32, desenvolvendo as atividades de campo, enquanto que na sede a Gerência de Monitoramento (GEMON) desenvolve a consistência, atualização do banco de dados, acompanhamento e controle da implementação das atividades de monitoramento.



FIGURA 32 - LOCALIZAÇÃO DAS GERÊNCIAS REGIONAIS DA COGERH



Fonte: GEMON/COGERH.

Os corpos hídricos superficiais gerenciados pela COGERH são rios, canais e os açudes. Quando o corpo hídrico é um rio são monitorados quantitativamente a cota do nível de água, a profundidade da lâmina d'água, a vazão conduzida e o comprimento dos trechos de rios perenizados, enquanto para um açude são monitorados a cota do nível de água, a área inundada e o volume de água armazenado.

A rede de monitoramento da qualidade da água implementada pela COGERH abrange todos os açudes gerenciados, tanto estaduais quanto federais, em parceria com o DNOCS, os vales perenizados dos principais rios (Acaraú, Banabuiú, Curu e Jaguaribe), os canais do Trabalhador e do Pecém, o Eixão das Águas e algumas lagoas e conta com os serviços de laboratórios contratados para a realização das diversas análises (físico-química, bacteriológica, nutrientes e hidrobiológica) das amostras de água, abrangendo os seguintes parâmetros: cloretos, cor, ferro, sólidos dissolvidos totais, sólidos totais, sulfatos, pH, turbidez, oxigênio dissolvido, cor, alcalinidade a hidróxidos, alcalinidade a carbonatos, alcalinidade a bicarbonatos, cálcio, magnésio, sódio, condutividade elétrica, fósforo total, nitrogênio total, ortofosfato solúvel, clorofila-a, feofitina, nitratos, nitrito, nitrogênio amoniacal e contagem/identificação de fitoplâncton.

Em praticamente todas as semanas do ano, durante 3 dias, os corpos hídricos são visitados para a coleta de amostras de água para laboratório e/ou a análise no próprio local usando equipamentos portáteis. As frequências com que são realizadas as visitas são variáveis e depende do porte e a da importância estratégica de cada reservatório.

Em 2020, dentre várias conquistas realizadas, três se destacam por seu impacto nas atividades de monitoramento: Projeto capacidade de suporte do açude Castanhão, utilização de drones na gestão dos recursos hídricos e inclusão de novos açudes no monitoramento qualitativo para cálculo do IQAR.

De acordo com a especificidade de cada tipo de monitoramento são disponibilizadas, consolidadas e sistematizadas as informações produzidas com frequências variáveis, desde diária até anual, sendo que para o monitoramento qualitativo é dada ênfase para a divulgação de índices de qualidade da água.

O Portal Hidrológico (<http://www.hidro.ce.gov.br>), uma iniciativa da COGERH com a Funceme, é o principal canal para a divulgação das informações produzidas pelo monitoramento. No Portal, podem ser acessadas informações como:

- ✓ Monitoramento diário do nível de água dos açudes;
- ✓ Consolidação dos dados produzidos diariamente;
- ✓ Monitoramento da qualidade das águas dos açudes;
- ✓ Acompanhamento anual dos trechos de rios perenizados pelos açudes;
- ✓ Consolidação do volume armazenado para as bacias hidrográficas.

Através do Sistema HIDRO Telemetria, que é de responsabilidade da Agência Nacional de Águas (ANA) e que conta com o apoio da COGERH, pode-se acessar em tempo real os níveis de água em alguns pontos do estado do Ceará, bastando selecionar o estado do Ceará e o respectivo ponto monitorado (<https://www.snirh.gov.br/hidrotelemetria/Mapa.aspx#>).

Segundo estudo desenvolvido pela Funceme em 2008, o estado do Ceará tinha 1.353 espelhos de água com pelo menos 20 hectares, que equivale aproximadamente a uma capacidade de armazenamento de pelo menos 800 mil metros cúbicos. Desse total, a COGERH monitora 155 açudes, com capacidade de armazenamento de 18,62 bilhões de metros cúbicos. Estima-se que os 155 açudes tenham capacidade superior à 90% da capacidade de todo o estado do Ceará.

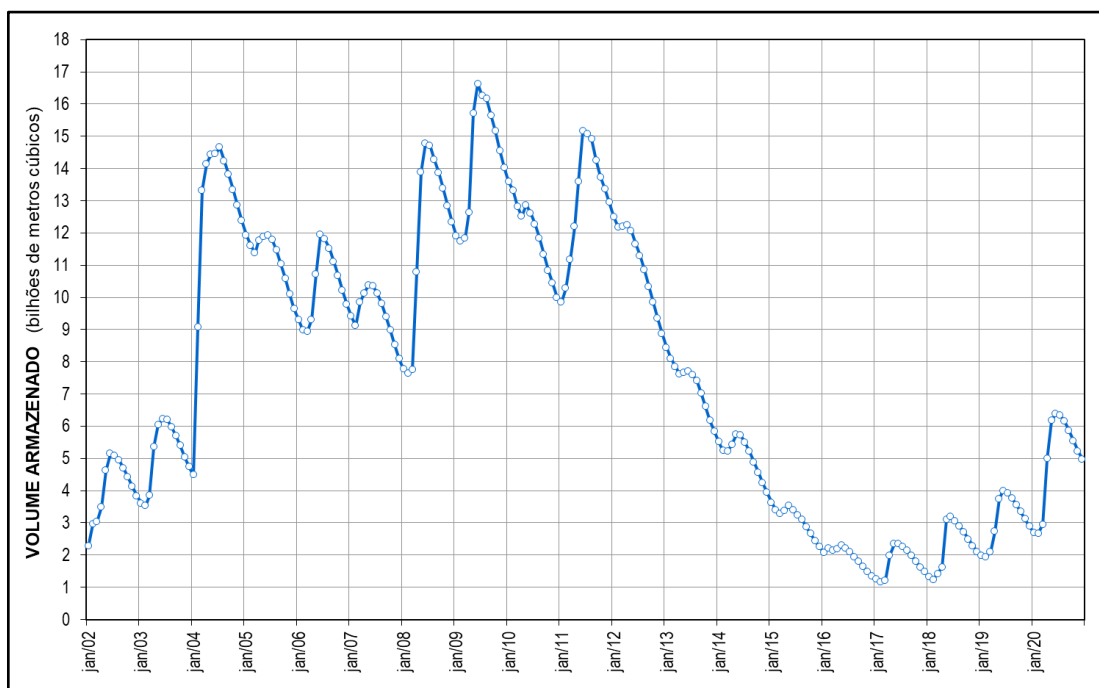


O volume armazenado médio, desde 2002, ano do início do monitoramento do açude Castanhão, é de 7,484 bilhões de metros cúbicos, que equivale a 40,41% da capacidade de armazenamento. A Figura 33 apresenta o volume armazenado nos açudes monitorados pela COGERH desde 2002, enquanto a Figura 34 ilustra o quanto cada bacia hidrográfica contribui para o volume total armazenado.

Desde o ano 2004, quando houve um período chuvoso muito favorável, até meados do ano de 2006, a bacia do Médio Jaguaribe, onde está localizado o açude Castanhão, assumiu um protagonismo em termos do volume armazenado, com pelo menos 30% do total geral disponível no Estado.

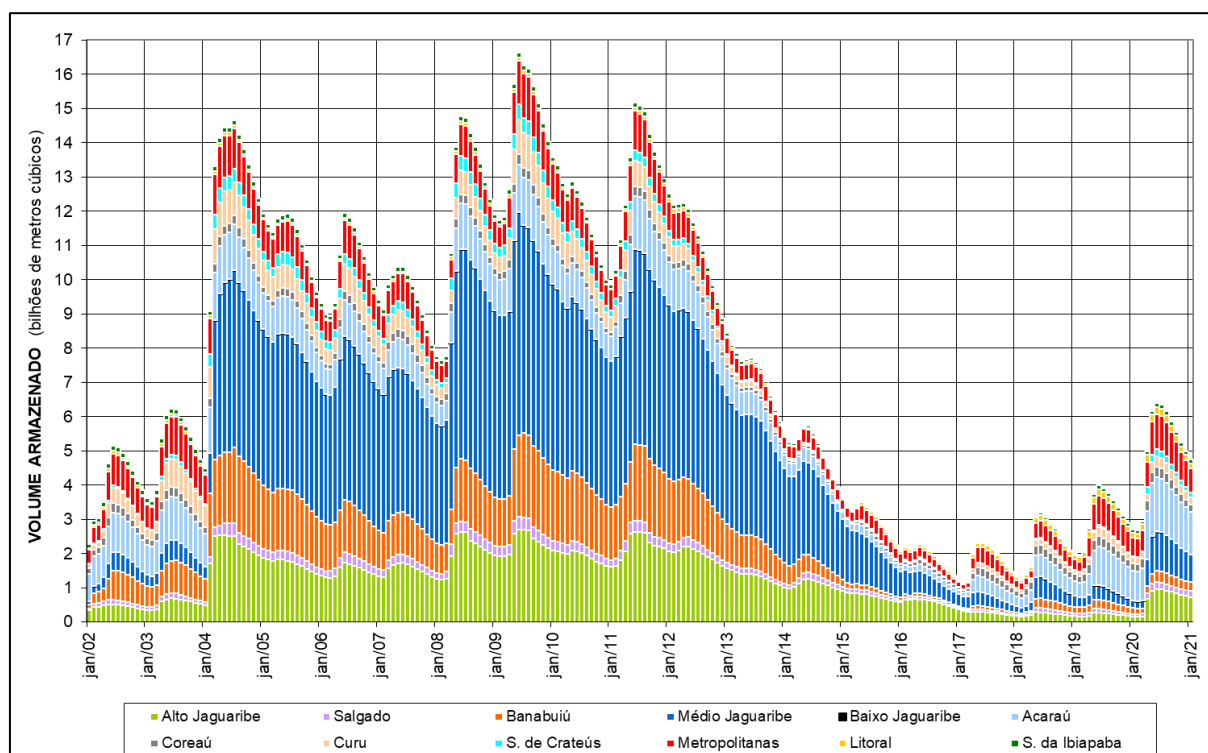
A última vez que o Ceará atingiu um pico no volume armazenado foi logo após a estação chuvosa de 2011 (15,164 bilhões de metros cúbicos). Desde esse ano, por um período de 6 anos, até o início da estação chuvosa do ano de 2017, experimentou, ano após ano, redução do volume armazenado, com o aporte de água aos açudes não sendo suficiente para recuperar o volume armazenado no ano anterior. Durante o período de 6 anos a bacia do Médio Jaguaribe, com a participação especial do açude Castanhão, foi reduzindo, ano após ano, o protagonismo por ser a bacia com maior volume armazenado.

FIGURA 33 - EVOLUÇÃO DO VOLUME ARMazenado 2002 A 2020



Fonte: GEMON/COGERH.

FIGURA 34 - CONTRIBUIÇÃO DO VOLUME ARMazenADO EM CADA BACIA



Fonte: GEMON/COGERH.

A partir de 2017 até 2020, experimentou-se uma recuperação tímida do volume armazenado, com destaque para a bacia do rio Acaraú que passou a desempenhar um importante papel no volume total armazenado no Ceará.

Em função das condições geológicas, pedológicas e hidrológicas do estado do Ceará os nossos rios são temporários, exigindo lançar mão da açudagem para possibilitar a distribuição espacial e temporal do resultado do escoamento superficial que acontece durante um período da ordem de 4 meses por ano. A distribuição espacial se dá principalmente através da perenização dos rios, sendo que esta perenização vem sendo monitorada desde 2004. A Figura 35 apresenta o comprimento total dos trechos de rios perenizados a cada ano.

Em 2020 foram perenizados 1.403 km de trechos de rios. A última vez que este valor foi superado foi em 2014.

FIGURA 35 - EVOLUÇÃO DOS COMPRIMENTOS DOS TRECHOS DE RIOS PERENIZADOS ANUALMENTE



Fonte: GEMON/COGERH.

As características de qualidade da água são determinadas por diversos parâmetros (físicos, químicos e biológicos), e pode ser resultante de diferentes processos com origem natural ou pela ação antrópica em cada bacia hidrográfica. A definição acerca da qualidade do recurso hídrico não se dá de maneira binária, mas se adequa de acordo com a categoria de uso, podendo ter diferentes características e índices para cada aplicação.

No Ceará, considerando as condições hidrológicas a que estão expostos os reservatórios, há uma tendência à eutrofização, que é um processo resultante do incremento da concentração de nutrientes nos ambientes aquáticos, em especial dos elementos fósforo e nitrogênio. A presença destes elementos favorece o crescimento do fitoplâncton (microalgas e cianobactérias) e também de macrófitas (plantas aquáticas), trazendo como consequências o maior investimento de recursos para tornar a água potável ou mesmo a alteração de condições necessárias à vida animal aquática com mortalidade de peixes e outras espécies presentes nestes ambientes. Este incremento de nutrientes também pode ser proveniente de cargas pontuais de efluentes industriais e domésticos, bem como cargas difusas de áreas cultivadas contendo adubos químicos, entre outras causas.

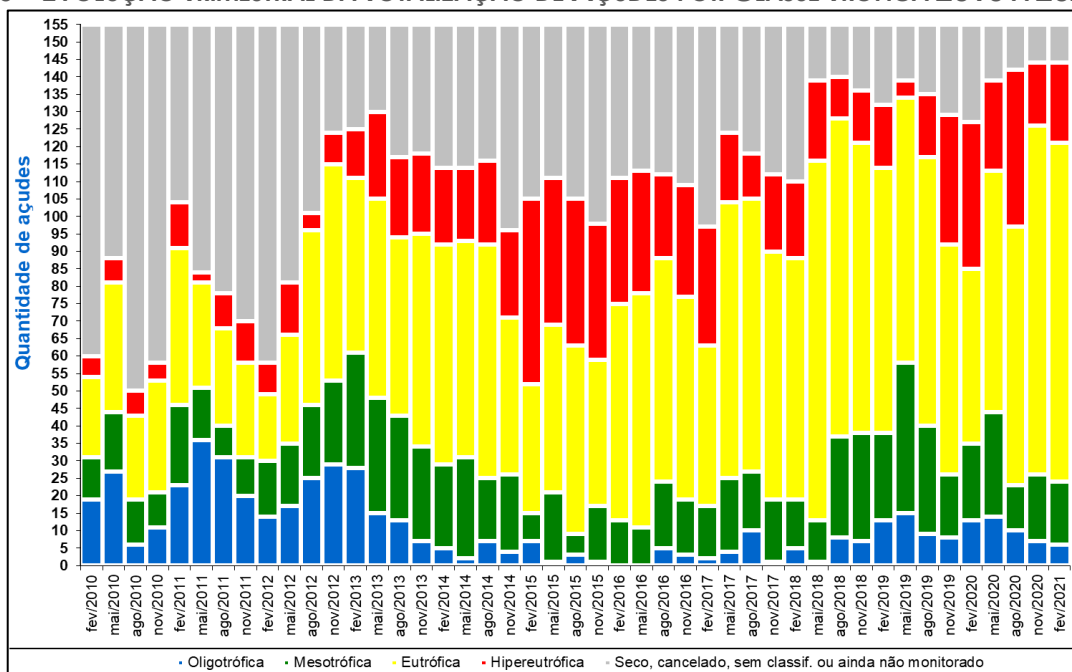
Dados históricos do monitoramento qualitativo de águas no Ceará, demonstram que a eutrofização é uma condição intrínseca dos reservatórios do Estado. A melhoria da qualidade da água armazenada se dá através dos aportes em anos com resultados significantes de acúmulo de chuvas, fato que se inverte com a degradação mais acentuada a cada período em que há baixa renovação da massa de água acumulada.

Há ainda outro fator determinante na manutenção ou degradação da qualidade da água nos açudes cearenses: sedimentos desprendidos em função da erosão do solo no fundo dos açudes, onde há baixa concentração de oxigênio dissolvido, realimentam a coluna d'água com os nutrientes ali contidos, fenômeno conhecido como carga interna de nutrientes. Este fenômeno é responsável pela manutenção da condição eutrófica e seu agravamento em reservatórios locais e de todo o mundo, mesmo após terem sido removidas outras fontes de nutrientes.

A Figura 36 apresenta a evolução trimestral da totalização do estado trófico dos açudes monitorados pela companhia entre 2010 e 2020.

As classificações tróficas apresentadas acima possuem melhor qualidade de água quando enquadradas como oligotróficas ou mesotróficas. As eutróficas ou hipereutróficas possuem pior qualidade.

FIGURA 36 - EVOLUÇÃO TRIMESTRAL DA TOTALIZAÇÃO DE AÇUDES POR CLASSE TRÓFICA 2010 A 2020.



Fonte: GEMON/COGERH, 2021.

Com o intuito de contribuir com a melhoria ambiental, a COGERH promove projetos e ações de responsabilidade socioambiental visando à implementação de critérios de sustentabilidade nas diversas atividades da companhia, contribuindo para a conservação do meio ambiente, buscando a melhoria das condições de vida da sociedade, além de buscar cumprir os princípios, diretrizes e salvaguardas em sua totalidade.

Foi criado um Programa de Responsabilidade Socioambiental com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida e segurança no ambiente de trabalho através da inserção de critérios que envolvam mudanças comportamentais e transformações nas ações públicas relacionadas com o uso racional da água, gerenciamento de resíduos sólidos e construções sustentáveis.

Para o foco na economia e melhor aproveitamento do recurso água, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Campanhas socioeducativas na intranet para economia de energia e de água nas Gerências Regionais da COGERH;
- Seminário do Dia Mundial da Água – 22 de março com os Comitês de Bacias Hidrográficas);
- Semana do Meio Ambiente com apresentações sobre Recursos Hídricos e Meio Ambiente para os Comitês de Bacias Hidrográficas;
- Seminário sobre ações socioambientais da COGERH no ano de 2019, para os colaboradores – presencial;
- Palestras socioambientais sobre o uso racional dos recursos hídricos e sustentabilidade para as escolas em torno da COGERH.

6.2 ENERGIA

Como parte de sua agenda de sustentabilidade e orientada pelos critérios da Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P, a COGERH iniciou suas ações sobre energia e resíduos, inicialmente com foco na sede da Empresa e, a partir dessa experiência, buscou estender as iniciativas às unidades descentralizadas.

Apesar de já possuir iniciativas desde 2014, foi em 2019 que foram de fato implementadas políticas internas de consumo consciente em acordo com as diretrizes da A3P.



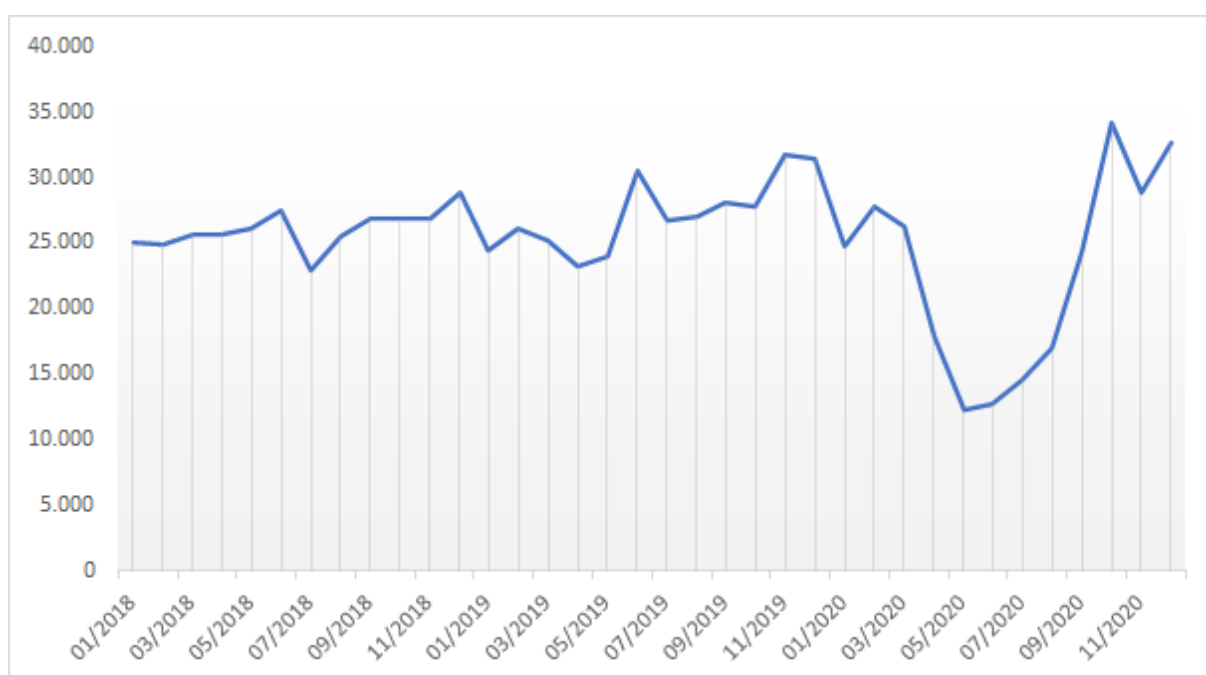
A implantação da coleta seletiva solidária, campanhas de consumo consciente e a elaboração de um diagnóstico socioambiental são exemplos das iniciativas executadas pela COGERH.

Em se tratando da economia de energia, nesse diagnóstico foram analisados o uso da luz natural, o período em que as lâmpadas ficam acesas, se há economia no horário do almoço, se os monitores são desligados nos intervalos, se existem tomadas com extensões, se a cor das paredes é clara, e se todas as janelas são fechadas enquanto o ar condicionado está em operação.

A sede da COGERH funciona em ambientes com diversas pessoas que contribuem de diferentes formas para a eficiência energética, no nível do consumo. Os colaboradores costumam apagar a luz, ao se esvaziar o ambiente e desligam os monitores das estações de trabalho, pois estes são responsáveis por cerca de 70% do consumo de energia do equipamento.

Na Figura 37, é possível visualizar o consumo da energia elétrica na sede da companhia, mostrando o consumo anual de 2018 a 2020.

FIGURA 37 – CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NA SEDE DA COGERH 2018 A 2020



Fonte: Diagnóstico Socioambiental da COGERH - A3P - COGERH.

O comportamento de consumo ao longo dos dois anos foi semelhante, respeitando principalmente os ciclos sazonais com maior demanda de consumo em virtude das altas temperaturas na região da sede.

Entre as ações efetivamente realizadas na sede em 2020, foram substituídas cerca de 40% das lâmpadas fluorescentes ainda existentes por lâmpadas de LED, movimento iniciado em 2019 onde já houvera substituição de 50% das lâmpadas fluorescentes da sede. Além disso, foram realizadas campanhas socioeducativas na sede e em todas as Gerências Regionais da COGERH através da intranet visando a economia de energia. Ainda no intuito de conscientização, foi realizada uma campanha socioeducativa para economia de energia na Gerência Regional da Bacia do Baixo e Médio Jaguaribe, no município de Limoeiro do Norte.

Em 2020 pode-se destacar que os gastos com energia elétrica na sede COGERH, em comparação com os consumos anuais de 2018 e 2019, em especial entre os meses de abril e agosto de 2020 ficaram abaixo da média em quilowatts. Essa mudança no nível de consumo foi atribuída à pandemia de COVID-19 e à introdução do trabalho remoto.

6.3 RESÍDUOS

As atividades desempenhadas pela COGERH, em sua maioria relacionadas à gestão operacional e administrativa, não possuem impacto significativo na geração de resíduos sólidos. Ainda assim, medidas foram tomadas em seus escritórios para adoção de práticas positivamente reconhecidas em prol da melhor gestão de materiais, seja para reúso ou descarte consciente priorizando a coleta seletiva.

Os resíduos da COGERH são do tipo comercial, isto é, composto essencialmente de embalagens de plásticos, papelões, papéis e restos de alimentos. Inclui ainda os inservíveis como pneus e o lixo eletrônico, que são passíveis de aplicar logística reversa.

A gestão adequada dos resíduos passa pela prevenção e redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).

A companhia busca a aplicação da Política dos 5 R: Reduzir o consumo e combater os desperdícios; Repensar (consumo e descarte); verificar destinação dos resíduos recicláveis, perigosos e não recicláveis; móveis e eletroeletrônicos inservíveis; Recusar o que é desnecessário e os produtos que geram impactos, destinar os orgânicos para aterro sanitário,



lixão ou compostagem; Reutilizar (evitar jogar no lixo, usar o produto de outra maneira); Reciclar (transformar); e contribuir para a logística reversa.

Quanto à reciclagem do resíduo, a ideia central é transformá-la em algo novo. Pensando nisso, a companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH assinou em setembro de 2019, um termo de compromisso com a Associação de Catadores (as) Raio de Sol, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, para realizar a coleta seletiva solidária na companhia.

A coleta seletiva solidária na COGERH incentiva servidores/colaboradores a separarem seus resíduos seja na companhia ou em casa e a colaborarem com a gestão dos resíduos sólidos, conforme apontado na Figura 38. A ação socioambiental é considerada importante, já que ajuda mais de 26 famílias de baixa renda, ao tempo que contribui com a preservação do meio ambiente.

FIGURA 38 – COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA NA COGERH



Fonte: Acervo Interno/COGERH.

O material próprio é separado e armazenado na COGERH até atingir um volume adequado para o transporte (Figura 39). Ao longo de 2020 a coleta seletiva alcançou o marco de 1,5t de materiais coletados. O impacto da prática, além de socioambiental, contribuiu com o clima organizacional havendo relatos de colaboradores sobre como se sentem auxiliando o meio ambiente e gerando oportunidade para os catadores através de algo que se tornou um hábito prazeroso.

Alguns tipos de materiais são passíveis de logística reversa. Essa prática é definida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) como um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

FIGURA 39 – COLETA DOS MATERIAIS RECICLÁVEIS NA COGERH



Fonte: Acervo Interno/COGERH.

Os produtos previstos pela PNRS para a implementação de sistemas de logística reversa provocam danos nocivos ao meio ambiente, senão irreversíveis em alguns casos, quando descartados de maneira incorreta. São eles:

- I – Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso;
- II – Pilhas e baterias;
- III – Pneus;
- IV – Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V – Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- VI – Produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Os colaboradores mais envolvidos e atentos as questões ambientais iniciaram a coleta de pilhas e baterias, contribuindo para que seja dada a finalidade correta do descarte (Figura 40).

FIGURA 40 – PONTO DE RECEPÇÃO PARA COLETA DE PILHAS E BATERIAS NA GEPRO



Fonte: Acervo Interno/COGERH, 2020.

Outras ações realizadas no período:

- Campanhas Socioeducativas na Intranet para destinação adequada dos resíduos sólidos da COGERH na Sede e nas Gerências Regionais COGERH;
- Relatórios dos Bens de Consumo e Recursos Naturais;
- Relatórios sobre Resíduos Sólidos e a Coleta Solidária;
- Relatórios das construções sustentáveis;
- Diagnóstico Socioambiental da Sede da COGERH e da Gerência Regional da Bacia do Baixo e Médio Jaguaribe (Limoeiro do Norte);
- Reuniões com a Comissão Gestora da A3P (2 eventos).

7 CAPITAL HUMANO

7.1 GESTÃO DE PESSOAS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

A COGERH adota uma política de gestão de pessoas alinhada ao seu planejamento estratégico, buscando o desenvolvimento da gestão do conhecimento e a promoção da valorização de seus colaboradores. O programa de benefícios ofertado aos colaboradores inclui plano de saúde, plano odontológico, gratificação de titularidade, vale alimentação, auxílio educação para filhos até conclusão do ensino médio, auxílio creche para filhos até 05 anos, auxílio filho dependente com necessidades especiais, auxílio/reembolso medicamento de uso contínuo, auxílio funeral, seguro de vida e acidentes, treinamentos, dentre outros. A busca por proporcionar sempre melhores condições de trabalho em um ambiente saudável é algo constante dentro da companhia e resulta em um clima organizacional harmonioso e colaborativo.

O quadro de pessoal da COGERH está distribuído conforme apresentado na Figura 41, de forma comparativa entre os anos 2018 e 2020.

FIGURA 41 – QUADRO DE PESSOAL DA COGERH

SITUAÇÃO	2018	2019	2020
Empregados Ativos	92	87	86
Cedidos pela COGERH a outras entidades	12	14	14
Empregados Licenciados sem remuneração	0	1	2
Cedidos à COGERH de outras entidades	3	3	3
Comissionados sem vínculo	23	25	25
Terceirizados	547	655	673
Estagiário nível médio – Programa 1º Passo	25	29	28
Estagiário nível superior	21	12	13
Estagiário técnico profissionalizante	7	6	0
TOTAL	730	837	844

Fonte: GERHU/COGERH.

Fato relevante para a gestão de pessoas em 2020 foi o pagamento, pela segunda vez, da Participação nos Resultados da companhia a seus empregados, já prevista no Programa de Remuneração Variável, aprovado em 2017, nos termos da Lei no 10.101/2010.

No exercício de 2020, a Diretoria Executiva da companhia e o Conselho de Administração aprovaram a Revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, vigente

desde 2005, e que necessitava de grandes ajustes para a realidade em que a companhia se encontra atualmente.

Também em 2020, a companhia contratou a consultoria EloGroup, a fim de executar o Projeto de Modernização Organizacional da COGERH, com objetivo de realizar estudo acerca da estrutura organizacional da COGERH e do dimensionamento da força de trabalho, com entrega final para março de 2021.

Outros projetos, também, foram desenvolvidos junto à Assessoria de Governança, Riscos e Conformidade – ASGRC, tais como: Projeto Realizar Capacitação, Projeto Gerenciar Férias, Projeto Conceder Diárias e Projeto Conceder Benefícios.

Dando prosseguimento às ações em 2020, a companhia também passou pela revisão, desenvolvimento e atualização de Normas Internas, conforme citado a seguir.

Normas atualizadas:

- ✓ Norma Interna de Reembolso por uso de Medicamento de Uso Contínuo;
- ✓ Norma Interna Conceder Diárias, Norma Interna de Férias.

Normas próximas de concluir a atualização:

- ✓ Norma Interna do Auxílio Creche/Educação;
- ✓ Norma Interna Treinamento e Capacitação;
- ✓ Norma Interna do Auxílio Moradia.

Normas em revisão para atualizar:

- ✓ Norma Interna de Remoção;
- ✓ Norma Interna de Frequência e Banco de Horas.

A Pesquisa de Clima Organizacional, realizada internamente pela COGERH desde 2016, está relacionada à percepção coletiva do ambiente laboral e consiste na interpretação e reação positiva ou negativa quanto à imagem da companhia. É um instrumento eficaz para compreender o comportamento das pessoas com relação ao ambiente de trabalho.

Os resultados obtidos na pesquisa subsidiaram projetos, programas e ações que atuaram e atuarão na promoção da melhoria do ambiente laboral e, conseqüentemente, na qualidade de vida dos colaboradores. Conduzida pela Gerência de Recursos Humanos, a pesquisa foi disponibilizada para todos os colaboradores da companhia. Os dados para a pesquisa foram coletados por meio de questionário pré-definido e os resultados podem apontar para os



seguintes aspectos: clima ruim, clima razoável e clima bom com a escala que varia de um a cinco.

Após três anos consecutivos de realização da Pesquisa de Clima, no ano de 2019, optou-se por não a realizar, com a finalidade de executar, no referido ano, os planos de ações subsidiados pelas pesquisas anteriores.

No ano de 2020, com o advento da pandemia pela COVID-19, e mediante novas situações e realidades que o momento exigia e condicionava, também, optou-se pela não aplicabilidade da Pesquisa de Clima. Entretanto, pretende-se retomar a ferramenta em 2021.

A aferição do Clima Organizacional é de grande relevância para a COGERH, pois seu resultado visa nortear ações e projetos que têm o propósito de atingir o objetivo estratégico de “Promover a Valorização das Pessoas”. Esse indicador proporcionou ações de melhoria setoriais através da aferição nas pontuações indicadas na pesquisa.

7.2 DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

A COGERH desenvolveu o Plano Anual de Capacitação (PAC) como ferramenta base das ações de capacitação onde são definidos temas, critérios e metodologias a serem utilizadas para o desenvolvimento profissional dos empregados e dos demais colaboradores, permitindo-lhes desempenhar com eficácia as competências institucionais em consonância com os princípios da organização. O PAC é um dos instrumentos previstos no planejamento estratégico da COGERH, na perspectiva de aprendizagem e desenvolvimento, e fundamenta-se na busca da organização pela excelência e melhoria da qualidade dos serviços ofertados a seus clientes internos e à sociedade, principalmente.

O PAC fundamenta-se nas premissas da gestão por competências e possui metodologia orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das atividades dos empregados e demais colaboradores da instituição. As ações de capacitação promovidas aos empregados e agentes comissionados visam adequar as competências individuais às competências institucionais, promovendo o desenvolvimento contínuo do empregado público com foco na efetividade do alcance dos objetivos e metas da COGERH, sendo o desenvolvimento dessas competências individuais,



condição essencial para a oferta de melhores serviços ao cidadão, usuário dos serviços da COGERH.

O resumo das ações desenvolvidas em 2020 está ilustrado na Figura 42. No exercício foram ofertadas 47 capacitações com diferentes temas, todos relacionados às atividades foco da organização, com um total de 3.287 horas de treinamento, nos quais foram investidos recursos da ordem de R\$ 78.539,00.

FIGURA 42 – QUADRO RESUMO DE CAPACITAÇÕES EM 2020

Nº de Capacitações	Valor Investido	Carga Horária total	Indicador h/empregado
•47	•R\$ 78.539,00	•3.287 horas	•89,66 h/empregado

Fonte: E-mail institucional - Secex COGERH. Demanda de Informações - COGERH Capacitações 2019-2020 - GERHU / CURSOS 2019 A 2020). Mensagem recebida de: <secex@cogerh.com.br>

Os recursos financeiros para a execução do PAC 2020, previstos pela Gerência de Recursos Humanos – GERHU, são oriundos do orçamento da companhia de Gestão de Recursos Hídricos – COGERH com recursos próprios provenientes da fonte 70, conforme Plano de Gestão Orçamentária da COGERH, elaborado pela Gerência de Planejamento - GEPLAN.

No planejamento estratégico da companhia, o indicador corporativo índice de execução do plano de capacitação tem como meta proporcionar 60 horas/aula de capacitação por colaborador. Em 2020, durante a pandemia, apesar da menor variabilidade de treinamentos disponíveis e recursos investidos, e com o maior número de treinamentos remotos, o resultado desse indicador superou o resultado do ano anterior chegando a 89,66 h/empregado.

7.3 SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Mais que uma prática, as ações de Saúde e Segurança na COGERH são parte integrante de seus valores e estão presentes em sua cultura, sendo aplicadas como prioridade em todas as atividades diárias.



Com a instalação do Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT no segundo semestre de 2019, as ações de saúde e segurança do trabalho passaram a ser executadas pela área especializada tendo realizado em 2020 as seguintes atividades:

- Intensificação do fornecimento e controle na entrega dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) – prevalecendo o controle interno de cobrança e entrega junto as empresas terceirizadas;
- Apoio às atividades da CIPA (eleição, treinamento e reuniões);
- Realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT, no formato de web conferência, onde ocorreram palestras com o objetivo de promover a saúde dos colaboradores assim como prevenir as doenças laborais;
- Atualização do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) – NR 09
- Participação em eventos de web conferências voltadas tanto a Segurança do Trabalho quanto aos esclarecimentos das ações contra a disseminação do COVID-19;
- Fornecimento, na sede Fortaleza, dos serviços de aferição de pressão arterial, motivação laboral, exame de glicemia e campanha de testagem COVID-19 (em parceria com a SESA);
- Apoio a Campanha de Vacinação H1N1, realizada no Centro Administrativo do CAMBEBA;
- Durante a pandemia e operacionalização do plano de ações houve a aquisição e fornecimento de Máscaras de tecido, álcool líquido e gel (70% INPM), além das sinalizações e conscientização em formato de palestras e ponto a ponto com os colaboradores mais apreensivos com a situação, além da divulgação em panfletos e digital.

Com a reintegração do projeto “Viver Bem”, orientado para a conscientização sobre a prática de exercícios físicos, foram intensificados os programas de qualidade de vida compreendendo todos os setores da sede e gerências regionais. Foi mantido o arcabouço do projeto contemplando atividades de Ginástica Laboral com práticas de alongamento, relaxamento, integração e ergonomia, também em formato de videoaulas e /ou presencial, conforme a condição local permitisse. O projeto também proporciona: Circuito de Corrida e Funcional, realizadas no espaço do Centro Administrativo do CAMBEBA, seguindo o protocolo de distanciamento, uso de máscaras e higienização dos equipamentos; Voleibol e



Futebol Society, com rotinas similares. As listas de presença são encaminhadas para os grupos de WhatsApp, com as devidas considerações, incluindo a condição assintomática do participante durante o evento.

No quesito de capacitação foram ministrados cursos com certificação legal para o exercício de atividades como:

- Serviços com Eletricidade – Básico e SEP (NR-10) | Pentecoste e Crateús;
- Direção Defensiva e SBV (4hs) - Crateús;
- Combate a Incêndios (4hs) | ASPRE - Crato e Pentecoste;
- Transporte e Manuseio de Carga (4hs) – ASPRE.

As atividades de campo selecionadas foram reconhecidas e avaliadas quanto aos riscos existentes através do mapeamento dos procedimentos operacionais e da elaboração de Formulários APR (Análise Preliminar de Riscos), como a identificação das condições ambientais locais mínimas previamente à execução das atividades mapeadas. Em sequência, o SESMT firmou compromisso para iniciar as tratativas junto à Assessoria de Governança, Riscos e Conformidade – ASGRC, para o mapeamento das atividades em campo, com a descrição dos procedimentos operacionais e avaliação conjunta dos riscos ambientais, para formalização de um Procedimento Operacional Padrão - POP para cada modelo de atividade da COGERH.

Os serviços de inspeção nas estruturas da empresa também foram ampliados com a revisão, recarga e manutenção de extintores para combate ao início de incêndios, tanto na sede como nas Gerências Regionais, Estações de Bombeamento e demais estruturas prioritárias.

A política de saúde e segurança do trabalho cultivada pelo SESMT visa, além do atendimento à legislação, a melhoria contínua dos ambientes laborais para todos os envolvidos em suas operações, propondo, inclusive, parcerias junto às empresas terceirizadas com o intuito de manter condições igualitárias de segurança e saúde entre todos os colaboradores.



8 CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO

8.1 FISCALIZAÇÃO E OUTORGA

Utilizada como ferramenta de gestão, a fiscalização do uso dos recursos hídricos é exercida em todos os empreendimentos que consumam água, sejam essas superficiais ou subterrâneas, de domínio do estado do Ceará, assim como na realização de obras ou serviços que alterem o seu regime, quantidade ou qualidade, sem prejuízo de outros aspectos legais. O objetivo da fiscalização é a orientação aos usuários, a fim de assegurar o cumprimento da legislação de recursos hídricos, garantir a disponibilidade para os diferentes usos e dirimir conflitos pela utilização da água.

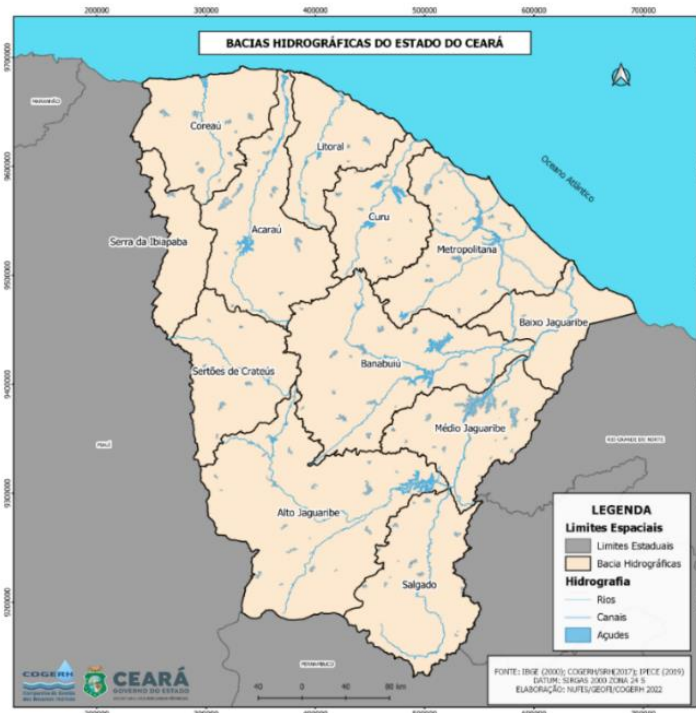
Ao longo desta seção serão apresentados os resultados comparativos entre as fiscalizações previstas e realizadas, detalhamentos por bacia, por tipo de uso e frequência por semestre realizadas através das 8 gerências regionais da COGERH em conjunto com a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará – SRH, em cada uma das 12 bacias hidrográficas do Estado nos anos de 2018 a 2020 (Figura 43).

As ações de fiscalização estão presentes em todas as bacias hidrográficas do Estado (Figura 44), contando com maior destaque os leitos perenizados, canais e reservatórios monitorados pela companhia. Todas as informações sobre as vistorias empreendidas pelas equipes de fiscalização da COGERH são encaminhadas e consolidadas mensalmente por cada uma das regionais e incluem a motivação da vistoria, nome do usuário vistoriado, tipo de irregularidade identificada, município e localidade, coordenadas geográficas e outras informações necessárias para realização do acompanhamento da regularização dos usuários.

Por meio do *software* Qgis, realizou-se a importação das coordenadas e demais informações coletadas e georreferenciadas em campo pelos fiscais com o objeto de elaborar mapas temáticos com a visualização dos locais fiscalizados. Foram utilizadas as seguintes bases cartográficas nessa etapa: Divisão Estadual do Brasil, Divisão Municipal do Estado do Ceará, Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará, Hidrografia do Estado do Ceará, contendo rios principais, canais, leitos perenizados e açudes monitorados pela companhia.



FIGURA 43 - BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO CEARÁ



Fonte: Relatório Quadrienal das Ações de Fiscalização Realizadas pela COGERH.

Visando uma melhor visualização dos locais fiscalizados, optou-se por representar cada ação por pontos georreferenciados distribuídos em 13 mapas, sendo 1 geral abrangendo todas as fiscalizações do Estado e 12 individuais, com o mesmo recorte temporal, correspondente a cada uma das bacias hidrográficas do Ceará.

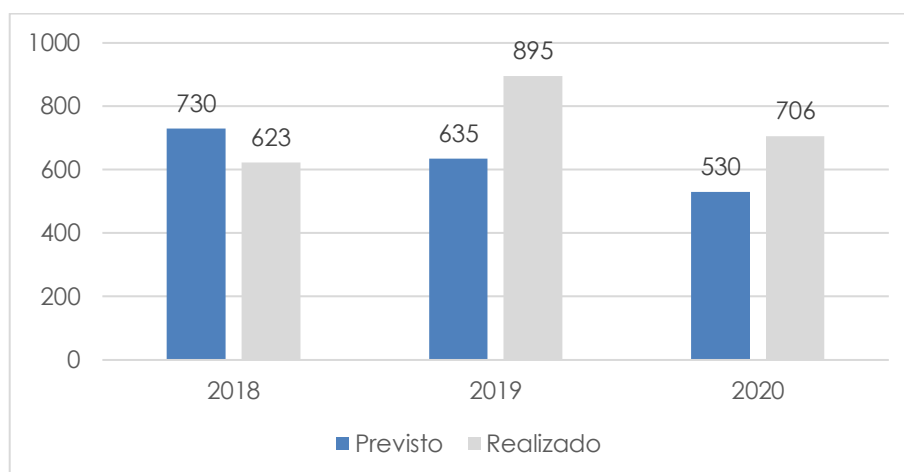
A companhia realiza ações e/ou campanhas de fiscalização de caráter informativo e educativo visando promover o uso racional, ampliar a regularização de uso da água e fortalecer a política de cobrança dos recursos hídricos. O exercício dessas ações ampara-se na Lei 14.844 de 28 de dezembro de 2010, que nomeia a Fiscalização como um Instrumento de Gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos (Artigo 5º, Inciso VII), no Decreto nº 32.861 de 01 de novembro de 2018, que regulamenta o artigo 14 da Lei nº 14.844/2010, na parte referente à fiscalização dos recursos hídricos e na Instrução Normativa SRH nº 02 de 16 de Julho de 2004, que especifica qual o papel da COGERH no exercício dessa atividade que visa garantir os usos prioritários e promover de maneira efetiva o desenvolvimento e fortalecimento da Política Estadual de Recursos Hídricos.

A Gerência de Outorga e Fiscalização – GEOFI acompanha mensalmente as fiscalizações realizadas pelas regionais através do indicador setorial de fiscalização, que está inserido no mapa estratégico da COGERH na perspectiva de sociedade e mercado. A meta anual a ser atingida é de 80% do quantitativo total anual estipulado pela regional e GEOFI.

Esse indicador é utilizado para realizar o monitoramento e a avaliação do desempenho das regionais nas ações de fiscalização efetuadas, visando fomentar a cultura de planejamento na companhia, além de fortalecer o gerenciamento da atividade de fiscalização. O quantitativo de fiscalizações é obtido com base na programação rotineira de vistorias das gerências regionais, incluindo também as demandas recebidas através de denúncias e agentes externos como o Ministério Público Estadual e Federal, Agência Nacional de Águas - ANA, SEMACE, IBAMA, etc.

O acompanhamento das fiscalizações através dos indicadores foi iniciado em 2018. Para o ano de 2020, com o início da pandemia de COVID-19 e a adoção do lockdown no Estado do Ceará, foram definidas 530 vistorias, valor abaixo da média de períodos anteriores, porém, mesmo em face de todas as dificuldades do período, as regionais conseguiram ultrapassar a meta prevista, realizando 706 fiscalizações. Pode-se observar na Figura 44 os quantitativos anuais previstos para os anos posteriores, bem como os respectivos quantitativos realizados entre 2018 e 2020.

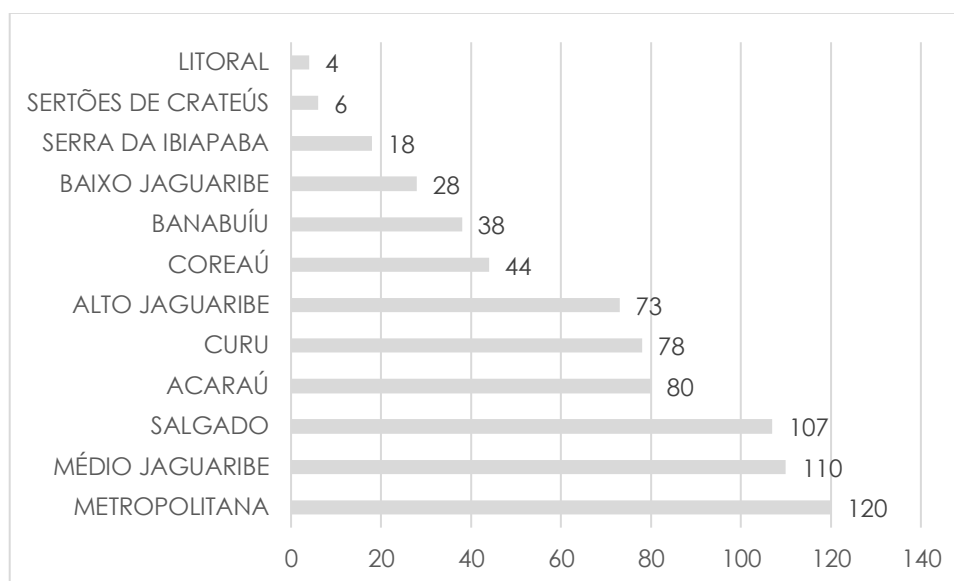
FIGURA 44 - DEMONSTRATIVO DAS FISCALIZAÇÕES PREVISTAS X REALIZADAS - 2018 A 2020



Fonte: Relatório Quadrienal das ações de Fiscalização Realizadas pela COGERH.

A distribuição de vistorias por bacia hidrográfica pode ser verificada na Figura 45. A Gerência Metropolitana deu continuidade à campanha de regularização de poços na RMF, sendo a bacia com maior concentração de ações no ano, seguida pelas bacias do Médio Jaguaribe, que realizou campanhas de monitoramento da alocação do Vale do Jaguaribe, e do Salgado, que realizou campanha de cadastro e regularização de poços em empresas de Lava Jato.

FIGURA 45 – TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM 2020 POR BACIA HIDROGRÁFICA

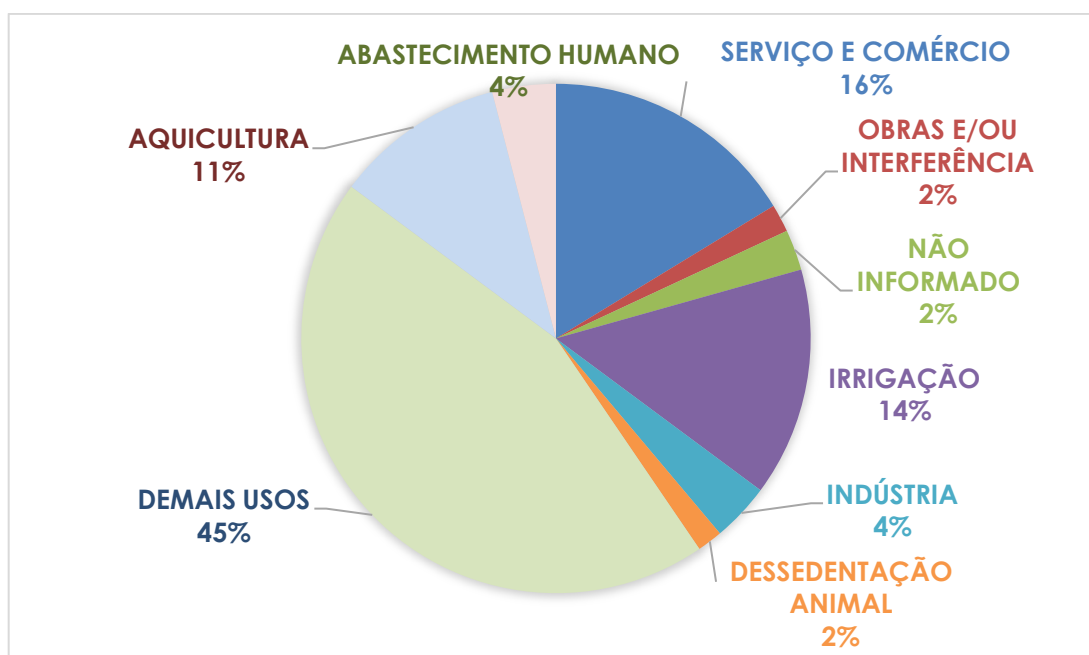


Fonte: Relatório Quadrienal das ações de Fiscalização Realizadas pela COGERH.

A distribuição das vistorias por tipo de uso pode ser observada na Figura 46. Seguindo o padrão de anos anteriores, os principais tipos de uso foram irrigação (29%), aquicultura (20%), serviço e comércio (14%) e demais usos (10%).



FIGURA 46 - TIPOS DE USO VISTORIADOS EM 2020



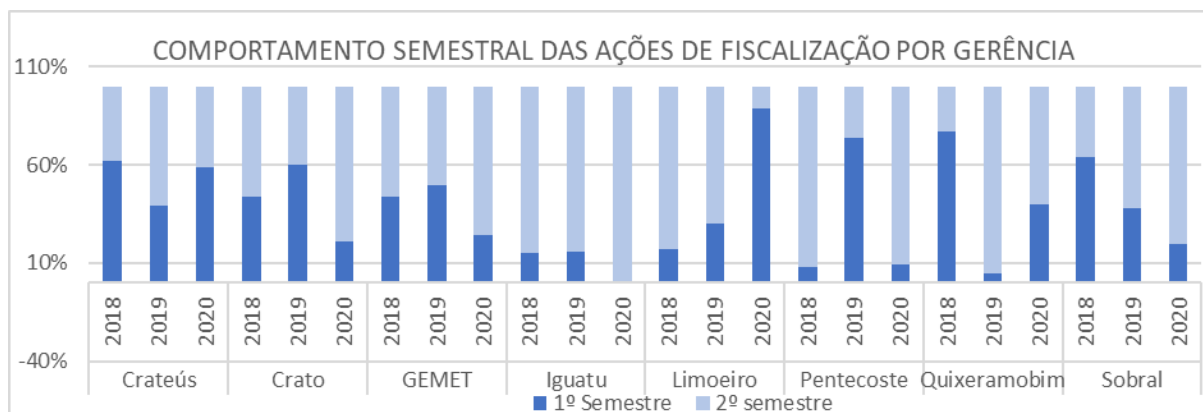
Fonte: Relatório Quadrienal das Ações de Fiscalização Realizadas pela COGERH.

Por se tratar de ações de caráter informativo e educativo, a companhia utiliza os dados de fiscalização para realizar o acompanhamento e controle dos usuários outorgados e não outorgados no Estado, assim como para realizar estudos e relatórios.

O comportamento das ações de fiscalização realizadas pelas gerências regionais pode variar de um ano para o outro, sendo muito influenciado pela quadra chuvosa, onde um reservatório que não libera água no vale de seu rio em um determinado ano, no outro passa a liberar. Além disso, a gerência pode receber demandas de campanhas específicas de outros órgãos, o que fará com que os esforços sejam direcionados a uma determinada região ou município.

Analisando os dados de cada semestre do período (2018 a 2020) identificou-se que em média 38% das ações são realizadas no primeiro semestre do ano, ficando o segundo semestre com 62% do total (Figura 47). Conclui-se que durante a quadra chuvosa os conflitos pelo uso da água são arrefecidos, não sendo levado em consideração aqui a distribuição espacial ou temporal da chuva, mas apenas a disponibilidade da água nas 12 bacias hidrográficas. O contrário ocorre no segundo semestre, onde a estiagem favorece a elevação da demanda por água e consequentemente das fiscalizações de recursos hídricos.

FIGURA 47 – DISTRIBUIÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES POR SEMESTRE EM CADA GERÊNCIA – ANO 2020

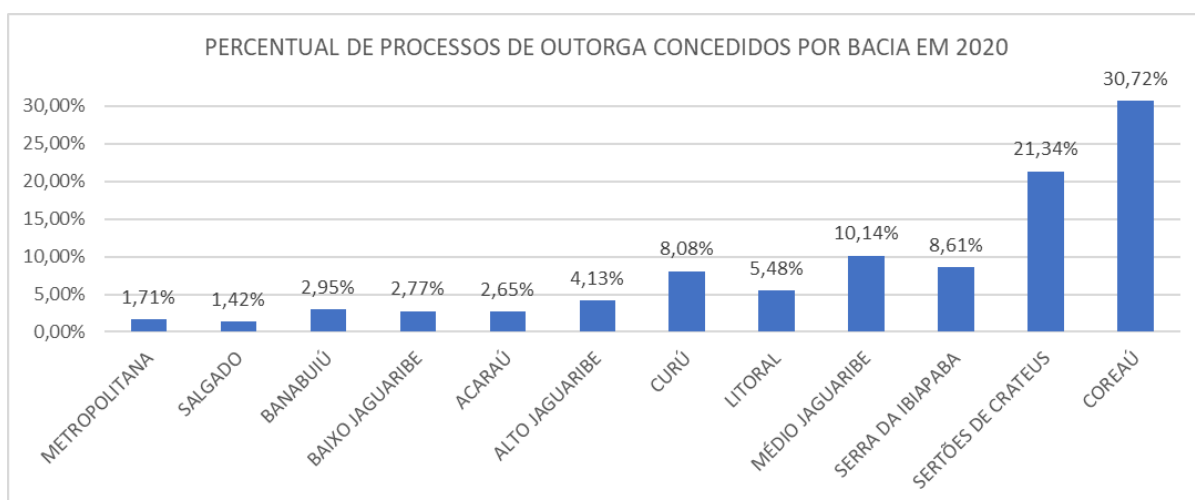


Fonte: Relatório Quadrienal das Ações de Fiscalização Realizadas pela COGERH.

A companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH) auxilia à Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) na instrução e análise dos requerimentos de outorga de uso e obras/serviço de interferência de recursos hídricos. Em 2019 a COGERH deu início aos testes de uma versão preliminar do sistema de solicitação de outorgas através de seu portal *online*, possuindo no período, tanto processos virtuais quanto físicos em tramitação. O sistema virtual de fluxos de processo de outorga entrou em operação na sua versão 1.0 em 2020, a partir de quando todas as solicitações passaram a ser acolhidas no portal *Outorga Online* e tramitados via internet para todos os setores até a sua emissão e envio pela SRH. Todo esse processo é realizado sem papel e com toda a integridade e proteção das informações.

A COGERH é responsável pelo recebimento e análise dos pedidos de outorga e a SRH, através da Coordenadoria de Gestão dos Recursos Hídricos – CGERH/SRH, fica responsável pela expedição das portarias de outorga.

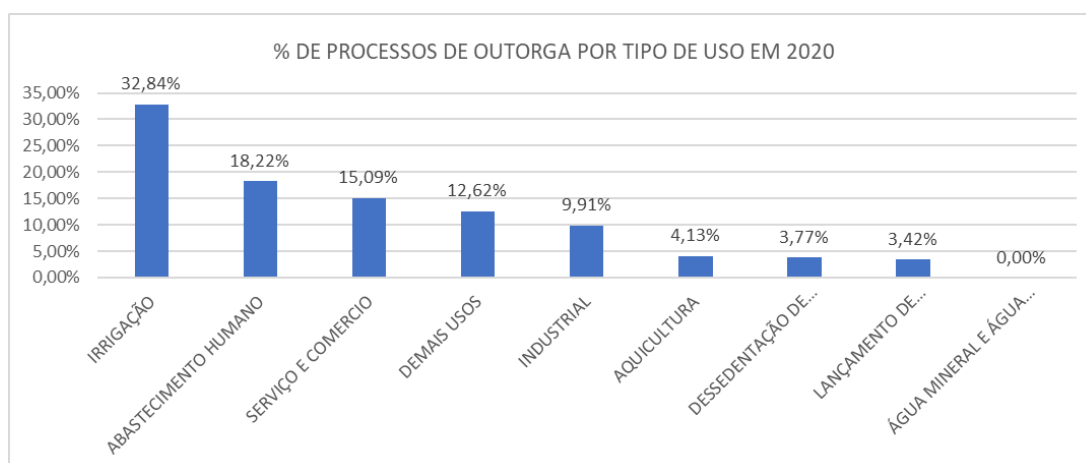
Os processos de outorga recebidos e concedidos em 2020 estão disponíveis através do sistema *Outorga online*, no Portal COGERH. No ano de 2020, o número de processos recebidos e concedidos chegaram a um total de 1696. A seguir são apresentados detalhamentos deste montante com a quantidade de processos solicitados por bacia, por tipos de uso e por tipo de manancial (Figura 48).

FIGURA 48 – PERCENTUAL DE PROCESSOS DE OUTORGA CONCEDIDOS POR BACIA EM 2020

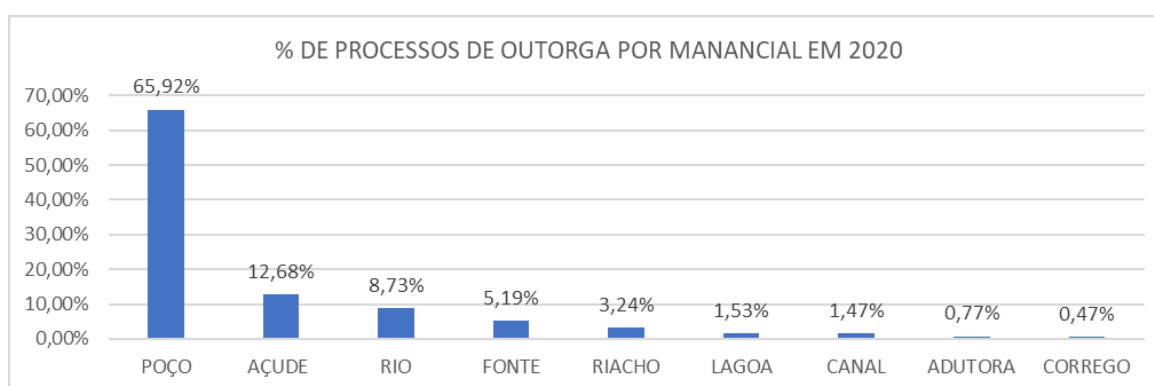
Fonte: Portal COGERH/ Outorgas Solicitadas/ Concedidas. Disponível em: <
http://outorgasvigentes.cogerh.com.br/paginaSemValidacao/outorgaVigente/outorgas_fh.shtml>

A Figura 48 apresenta a distribuição percentual dos processos de outorga recebidos e concedidos pela COGERH em 2020, classificados por bacia hidrográfica, tendo na região hidrográfica do Coreaú o maior percentual de 30,72% dos processos, seguida pela Bacia dos Sertões de Crateús com 21,34% e Médio Jaguaribe com 10,14%.

A distribuição percentual de processos de outorga recebidos e concedidos classificada por tipo de uso está apresentada na Figura 49, tendo maior representatividade a Irrigação (32,84%), seguido por Abastecimento Humano (18,22%) e Serviço e Comércio (15,09%).

FIGURA 49 – PERCENTUAL DE PROCESSOS DE OUTORGA CONCEDIDOS POR TIPO DE USO EM 2020

Fonte: Portal COGERH / Outorgas Solicitadas / Concedidas. Disponível em:
http://outorgasvigentes.cogerh.com.br/paginaSemValidacao/outorgaVigente/outorgas_fh.shtml

FIGURA 50 – PERCENTUAL DE PROCESSOS DE OUTORGA CONCEDIDOS POR MANANCIAL EM 2020

Fonte: Portal COGERH / Outorgas Solicitadas / Concedidas. Disponível em: <
http://outorgasvigentes.cogerh.com.br/paginaSemValidacao/outorgaVigente/outorgas_fh.xhtml>

Na visualização do volume de outorgas concedidas por tipo de manancial em 2020, conforme pode ser observado na Figura 50, o maior quantitativo corresponde a Poços (65,92%), seguido por Açudes (12,68%) e Rios (8,73%).

8.2 GESTÃO COMPARTILHADA E PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS

O gerenciamento dos recursos hídricos praticado na companhia adota premissas como a descentralização, integração e engajamento dos usuários sendo parte de sua estratégia fundamental, desde sua fundação, e reforçado após a edição da Lei 14.844 de dezembro de 2010, que estabeleceu a Política Estadual de Recursos Hídricos.

Atividade principal no trabalho de sensibilização e conscientização da sociedade e entes envolvidos na gestão das águas nas bacias hidrográficas, as reuniões de Gestão Participativa se fazem essenciais no apoio às decisões e à realização das ações da companhia, que permanece ativamente investindo no desenvolvimento de processos sociais e na capacitação de agentes da sociedade.

A estrutura definida para promover a gestão dos recursos hídricos divide o Estado em 12 bacias hidrográficas, conforme descrito na seção 2.3. Para cada bacia foram constituídos através da Lei Estadual nº 14.844/2010, os Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH, definidos como “entes regionais de gestão de recursos hídricos com funções consultivas e deliberativas,

atuação em bacias, sub-bacias ou regiões hidrográficas”, vinculados à COGERH. A Figura 51 apresenta dados relativos à área territorial, número de municípios e população atendida por cada CBH no Estado do Ceará. No Estado existem atualmente 12 CBH e elas se reúnem ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano.

FIGURA 51 – COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO CEARÁ

Bacia	Área	Municípios Atendidos	População Atendida/Hab.
CBH do Rio Alto Jaguaribe	25260 km ²	24	557.216
CBH do Rio Médio Jaguaribe	10353 km ²	13	164.873
CBH do Rio Baixo Jaguaribe	7103 km ²	9	338.530
CBH do Rio Banabuiú	19712 km ²	12	502.097
CBH do Rio Curu	8582 km ²	15	317.960
CBH do Rio Salgado	12737 km ²	23	949.440
CBH da Região Metropolitana de Fortaleza	15019 km ²	38	4.202.805
CBH do Rio Acaraú	14431 km ²	27	688.697
CBH do Rio Coreau	10619 km ²	23	367.703
CBH do Litoral	8598 km ²	13	381.888
CBH Sertões de Crateús	10687 km ²	9	182.678
CBH da Serra de Ibiapaba	5819 km ²	10	250.572
Total	148920km²	216	8.904.459

Fonte: BRASIL, ANA.

A metodologia para a formação dos Comitês, desenvolvida pela COGERH, definiu três níveis de atuação (Açude, Vale Perenizado e Bacia Hidrográfica) com o objetivo de integrar as ações para o apoio à organização dos usuários. A quantidade de membros de cada CBH e o número de participantes nas reuniões de 2020 encontram-se na Figura 52.

FIGURA 52 – MEMBROS PRESENTES ÀS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE CBH

Nº	BACIA	Nº DE MEMBROS do CBH*	Participantes
			2020 **
1	CURU	50	144
2	BAIXO JAGUARIBE	50	178
3	MÉDIO JAGUARIBE	40	134
4	BANABUIÚ	50	151
5	ALTO JAGUARIBE	50	155
6	SALGADO	50	164

7	METROPOLITANAS	60	157
8	ACARAÚ	40	128
9	LITORAL	40	103
10	COREAÚ	30	78
11	SERTÕES DE CRATEÚS	30	89
12	SERRA DA IBIAPABA	30	88
Total	12	520	1569
(*) Os CBH realizam 4 reuniões ordinárias anuais			
(**) A partir do ano de 2019 os Comitês do Banabuiú, Alto, Médio e Baixo Jaguaribe alteraram o número de seus componentes conforme Decreto nº. 32.470/2017 e seus respectivos Regimentos.			

Fonte: GERHU/COGERH.

Além dos CBH, foram criadas as Comissões Gestoras de Sistemas Hídricos, que são organismos de bacias vinculadas aos CBH, e atuam apenas no âmbito do sistema hídrico que opere isolado (sistemas que não fazem parte de vale perenizado ou aqueles que não causam impacto em outros sistemas à jusante ou montante, tais como lagos, lagoas, córregos, açudes, adutoras, canais, etc.). A constância de reuniões das Comissões Gestoras assim como o engajamento de usuários pode ser verificada através da Figura 53.

FIGURA 53 – REUNIÕES DE COMISSÕES GESTORAS DE SISTEMAS HÍDRICOS

ANO	Nº de Comissões Gestoras que se reuniram	Total de Reuniões	Total de pessoas
2020	20	34	281

Fonte: GERHU/COGERH.

A capacitação de membros das comissões, usuários e demais envolvidos nos processos vinculados à gestão dos recursos hídricos em cada bacia faz parte dos objetivos estratégicos da COGERH. A Figura 54 apresenta o número de capacitados em Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente por bacia, totalizando 1434 pessoas.



FIGURA 54 – CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE

Número de Pessoas Capacitadas em Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente	
Bacia	2020
CURU	83
BAIXO JAGUARIBE	88
MÉDIO JAGUARIBE	64
BANABUIÚ	115
ALTO JAGUARIBE	191
SALGADO	130
METROPOLITANAS	205
ACARAÚ	306
LITORAL	-
COREAÚ	-
SERTÕES DE CRATEÚS	21
SERRA DA IBIAPABA	-
Capacitações Gerais (todas as bacias)	231
Total	1434

Fonte: GERHU/COGERH.

Ao fim da quadra chuvosa, normalmente, são iniciadas as reuniões de Alocação Negociadas de Água, nas quais são decididas as vazões a serem liberadas dos sistemas hídricos para as diferentes categorias de uso. A Figura 55 apresenta a participação no processo de alocação para os açudes isolados. A COGERH gerencia 155 açudes considerados estratégicos, entretanto, o número de reservatórios onde é desenvolvida a alocação negociada, ajustando a demanda à disponibilidade e dirimindo conflitos pela utilização dos recursos hídricos em cada bacia, varia anualmente pois depende do aporte de água recebido no período chuvoso. Desde 2012, devido à escassez hídrica, o número destes reservatórios vem oscilando.



FIGURA 55 – REUNIÕES DE ALOCAÇÃO DOS AÇUDES ISOLADOS

Bacia	Quantidade de Reuniões de Alocação de Açudes/sistemas Isolados em 2020	Total de Público nas Reuniões
Acaraú	4	58
Alto Jaguaribe	-	-
Baixo Jaguaribe	-	-
Banabuiú	-	-
Coreaú	1	12
Curu	-	-
Litoral	-	-
Médio Jaguaribe	-	-
Metropolitanas	4	60
Salgado	8	188
Serra da Ibiapaba	-	-
Sertões de Crateús	-	-
Total	17	381

Fonte: GERHU/COGERH.

O número de açudes e de participantes da alocação negociada nos principais vales cearenses estão apontados na Figura 56.

FIGURA 56 – REUNIÕES DE ALOCAÇÃO DOS AÇUDES EM VALES

VALES	2020	
	AÇUDES	PARTICIPANTES
JAGUARIBE / BANABUIU	3	46*
ACARAÚ	4	86*
CURU	5	47*
TOTAL	12	286
(*) No ano de 2020, devido à pandemia do vírus COVID-19 os sistemas foram alocados de forma mista, pelos comitês de bacia e por reuniões on-line e presenciais com as comissões gestoras e usuários		

Fonte: GERHU/COGERH.

8.3 OUVIDORIA

A COGERH traz em seu DNA a participação social e a gestão descentralizada. A Ouvidoria como um canal de comunicação entre a instituição e o seu público-alvo amplia e fortalece esse compromisso junto à população melhorando a qualidade e transparência dos serviços prestados, tanto no âmbito interno quanto externo.

A Ouvidoria Setorial da companhia foi instalada no ano de 2008, está vinculada à Presidência e recebe as demandas provenientes das 8 (oito) Gerências Regionais, e de sua sede localizada em Fortaleza.

A interface estabelecida entre o órgão estadual e o cidadão, tem sido respeitada observando o Código de Ética, Conduta e Integridade e as demais normas internas. De igual modo tem atendido às demandas de forma assertiva, procurando obedecer ao prazo estabelecido por lei.

Em 2020, a Ouvidoria recebeu 156 manifestações da sociedade, mantendo praticamente o mesmo número de contatos ocorridos no ano anterior, que fora de 157. As manifestações foram registradas na Ouvidoria da COGERH de forma quantitativa e qualitativa a partir dos relatórios gerados pela Plataforma Ceará Transparente. Os cidadãos têm a sua disposição vários meios para realizarem seus registros: telefone, internet, presencial, e-mail, *Facebook*, carta, telefone 155, Reclame Aqui, consumidor.gov.br, Instagram, Governo Itinerante, Caixa de Sugestões, Sistema Legado, *Twitter*, Ceará App ou *WhatsApp*.

Os canais de atendimento possuem triagem automatizada, categorizada por assunto, de modo a facilitar o correto encaminhamento da demanda do cliente conforme sua necessidade. Os relatos podem ser feitos de forma sigilosa e anônima, contemplando, inclusive, opção para denúncia de comportamentos de colaboradores ou terceirizados em desacordo com a postura ética e lícita que norteiam a companhia.

A quantidade de reclamações por meio de entrada está detalhada na Figura 57.

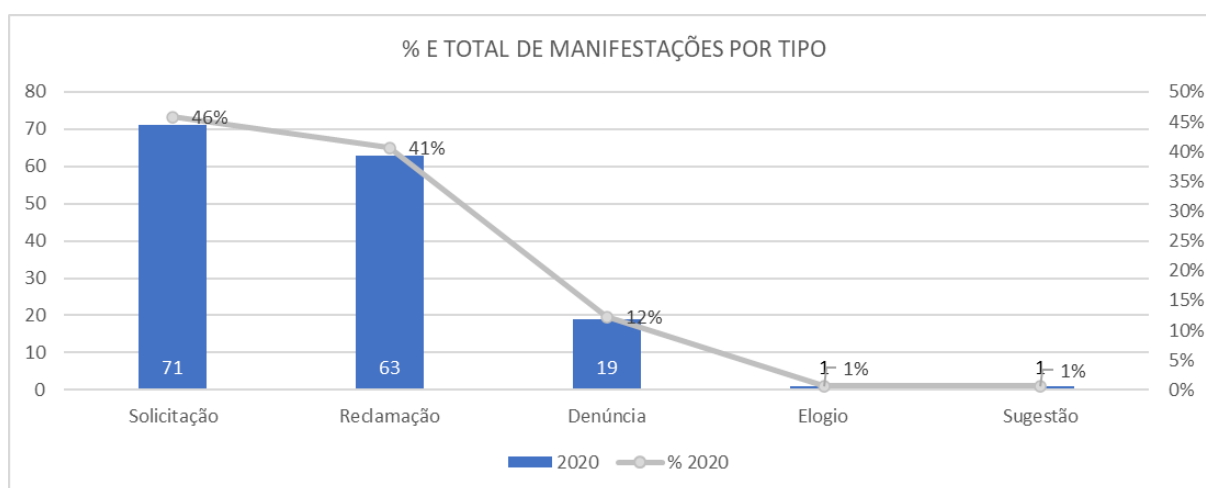
As manifestações recebidas em 2020 se assemelham em quantidade e distribuição por tipo ao histórico do ano anterior. Os quantitativos e percentuais estão apresentados na Figura 58. O maior número de registros foi de solicitações, em total de 71 (46%), seguido pelas reclamações, que somaram 63 (41%).



FIGURA 57 – Nº DE RECLAMAÇÕES POR MEIO DE ENTRADA EM 2018 A 2020.

Meio de Entrada	2018	2019	2020
Telefone	98	80	102
Internet	49	72	59
Presencial	1	3	0
E-mail	7	1	2
Outros	1	1	2

Fonte: Relatório da Ouvidoria COGERH.

FIGURA 58 – MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS NA OUVIDORIA POR TIPO

Fonte: Relatório de Ouvidoria COGERH.

Dentre as 156 manifestações (Figura 59), o assunto mais demandado no período, com 108 registros e representando 69,23% foi a fiscalização dos recursos hídricos. Esse número revela que a sociedade está cada vez mais atenta ao uso dos recursos hídricos, muito provavelmente em função da condição cada vez mais cotidiana de seca em todo o Estado. Situações como desvio indevido de água, uso em desacordo com a outorga, uso sem outorga, desperdício, perfuração de poços, ou qualquer outra ação prevista em lei, sem licença concedida pelo Estado, são identificadas e denunciadas para que a COGERH, como órgão competente, possa tomar as devidas providências. Importante colocar que a companhia possui outros caminhos para solicitação de fiscalização que não seja a Ouvidoria, além de já possuir em suas atividades, um planejamento de rotina voltado para essa atividade.

FIGURA 59 – MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS NA OUVIDORIA POR ASSUNTO

Total de Manifestações por Assunto		
Assunto	Quantidade	Porcentagem
Fiscalização dos Recursos Hídricos	108	69%
Construção e Manutenção de Adutoras	10	6%
Insatisfação com os Serviços prestados pelo Órgão	9	6%
Monitoramento e Segurança de Barragens/Açudes	6	4%
Estrutura e funcionamento do órgão /entidade	5	3%
Conduta inadequada de Servidor/Colaborador	5	3%
Orientações sobre a prestação dos serviços dos órgãos públicos	4	3%
Ações e Programas de Combate à seca/estiagem	2	1%
Tramitação de Processo administrativo	2	1%
Elogio aos serviços prestados pelo órgão	1	1%
Alocação de água	1	1%
Sites institucionais	1	1%
Problemas em Contratos e Convênios	1	1%
Nepotismo	1	1%

Fonte: Relatório de Ouvidoria COGERH.

O segundo assunto mais demandado, com 10 manifestações (6,41%), foi a construção e manutenção de adutora. Em seguida, tiveram 09 (5,7%) manifestações tratando da insatisfação com os serviços prestados pela COGERH.

Todos os pontos questionados foram checados e aqueles que necessitaram de correções e ajustes foram solucionados.

A área mais demandada em 2020 na ouvidoria da COGERH foi a Diretoria de Operações – DIOPE com 129, ou seja, 82,69% manifestações das 156 registradas. A justificativa para esses números decorre da maior incidência de assuntos relacionados à fiscalização e em campo, esse trabalho é realizado pelos núcleos ligados à DIOPE. Embora o planejamento estratégico e os métodos de fiscalização estejam vinculados a Diretoria de Planejamento - DIPLAN, a operacionalização acontece na DIOPE. A fiscalização, na verdade, é uma construção sistêmica das diferentes áreas e ainda em conjunto com a Secretaria de Recursos Hídricos e outros órgãos afins, a depender da especificidade da demanda. Em seguida, as áreas mais demandadas foram a DIPLAN e a Presidência, ambas com 10 manifestações, representando 6,41%.

Ao tratarmos as demandas de Ouvidoria por município de origem, constatamos que 75% dos manifestantes, em números absolutos 117 dos 156, optaram por não identificar o seu local de origem. Dessa forma, as demandas identificáveis, com total de 39, se distribuíram em 26 municípios cearenses.

Quanto à resolubilidade das manifestações, a Controladoria e a Ouvidoria Geral do Estado – CGE, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, mantém dois indicadores institucionais referentes à resolubilidade (respostas no prazo) e à satisfação do cidadão como ferramentas de ouvidoria. A meta desses indicadores no ano de 2020 foi de 90% para Resolubilidade e 84% para Satisfação do Cidadão. A Figura 60 detalha os números e percentuais oriundos do relatório de Resolubilidade.

FIGURA 60 – RELATÓRIO DE RESOLUBILIDADE DA OUVIDORIA COGERH

Relatório de Resolubilidade		
Índices de resolubilidade	Número	Percentual (%)
Total de manifestações finalizadas no prazo	137	88%
Total de manifestações realizadas fora do prazo	19	12%
Total de manifestações pendentes no prazo	0	0%
Total de manifestações pendentes fora do prazo	0	0%
TOTAL	156	100%

Fonte: Relatório de Ouvidoria COGERH.

Como observa-se na Figura 60, a COGERH ficou abaixo da meta de resolubilidade, com um percentual de 87,82% em 2020. Os prazos foram claramente afetados pela pandemia, pois, houve um período de suspensão da fiscalização, seguindo orientações e determinação de Decreto Estadual e a situação de calamidade na saúde.

A companhia instituiu uma comissão que elaborou e acompanha o plano de retomada das atividades da COGERH, de acordo com as instruções do Governo e da Organização das Nações Unidas – ONU.

A COGERH vem cada dia mais internalizando demandas de ouvidoria como aliadas na melhoria dos seus serviços. Assim, cada gerência, sobretudo, as gerências regionais, que realizam com maior frequência a rotina de visitas de campo, são orientadas a inserirem nos seus planejamentos demandas de ouvidoria. Outra ação da ouvidoria é o constante reporte das questões para a Diretoria e Presidência da COGERH. Esse reporte também passará a ser

realizado para a Assessoria de Governança, Riscos e Conformidade, considerando as manifestações que possivelmente tratem de assuntos com risco considerável à companhia. Dessa forma, esse risco será monitorado e mitigado com as devidas providências.

O tempo médio de resposta das manifestações alcançou o número de 11 dias em 2020, bastante inferior ao realizado em 2019, de 17 dias. Por lei este atendimento deve respeitar o prazo de 15 dias, prorrogável por igual período. É fato que pela natureza da maioria das manifestações que a COGERH recebe, é preciso ir a campo para verificar em loco alguma situação, o que por vezes, requer um período que ultrapassa, em especial, o tempo de 15 dias.

Como observa-se na Figura 61, foi baixo o número de avaliações realizadas pelos cidadãos em 2020 em relação ao volume total de manifestações. De 156, apenas 13 responderam. Considerando essa contribuição, esse *feedback*, calcula-se que uma média de satisfação de 4,57 com percentual de 91,55%, ou seja, foi atendida a média pretendida que é de 84%. Esse é um dos desafios assumidos pela ouvidoria, divulgar e trabalhar com maior ênfase a questão da satisfação do cidadão quanto aos serviços prestados pela companhia.

FIGURA 61 – RELATÓRIO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO - OUVIDORIA COGERH

Pesquisa de Satisfação - Ouvidoria Cogerh - 2020	
Média por questão da pesquisa	Nota
a. De modo geral qual sua satisfação com o Serviço de Ouvidoria nesse atendimento?	4,85
b. Com o tempo de retorno da resposta	4,46
c. Com o canal utilizado para o registro de sua manifestação	4,46
d. Com a qualidade da resposta apresentada	3,69
Antes de realizar esta manifestação, você achava que a qualidade do serviço de ouvidoria era:	3,69
Agora você avalia que o serviço realizado pela Ouvidoria foi:	4,77
Total de pesquisas respondidas:	13

Fonte: Relatório de Ouvidoria COGERH.

8.4 LICITAÇÕES E FORNECEDORES

Como forma de aprimorar ainda mais seus processos de gestão e governança, assim como exercer o compromisso com seus princípios de ética e transparência, a COGERH, envidou vários esforços no sentido de proceder à adequação da sua gestão de licitações e contratos aos ditames da Lei 13.303/2016. Para tanto, diversas foram as atividades implementadas, destacando-se:

- ✓ Formatação e implementação do Regulamento de Licitações e Contratos da companhia, o qual encontra-se em processo de revisão, de forma a potencializar a aplicação da Lei das Estatais;
- ✓ Modificação da Estrutura Organizacional da COGERH, com a criação da Gerência de Compras e Licitações, para definir e manter uma área especializada com o objetivo de fornecer suporte às Contratações Públicas efetivadas no âmbito da companhia, em decorrência da Lei 13.303/2016 e demais normativos que regulam a matéria no estado do Ceará;
- ✓ Implementação e monitoramento da Gestão de Riscos das aquisições e contratações realizadas na companhia, de forma a identificar eventuais riscos e propor ações de mitigações e controles. Atividade realizada em conjunto com a Gerência de Planejamento e Assessoria de Governança, Riscos e Conformidade;
- ✓ Implementação da análise e redesenho dos processos relativos aos procedimentos de compras e contratações realizadas no âmbito da companhia, tendo em vista a necessidade de identificação, análise e supressão de eventuais gargalos, com o objetivo de dar maior celeridade, transparência e segurança aos processos. Atividade realizada em conjunto com a Assessoria de Governança, Riscos e Conformidade.

A Figura 62 apresenta um resumo de processos licitatórios homologados por Diretoria e Gerência em 2020.



FIGURA 62 - PROCESSOS LICITATÓRIOS HOMOLOGADOS POR DIRETORIA E GERÊNCIA EM 2020

DIRETORIA	GERÊNCIA	Total
DIAFI	GEADM	R\$ 6.825.577,00
DIAFI Total		R\$ 6.825.577,00
DIOPE	GEDOP	R\$ 2.502.584,95
	GEMAN	R\$ 7.562.886,59
	GEMED	R\$ 81.055,00
	GESIN	R\$ 6.444.446,73
	GETEC	R\$ 14.888.840,41
DIOPE Total		R\$ 31.479.813,68
DIPLAN	GEOFI	R\$ 115.560,00
	GEPRO	R\$ 170.473,95
	GERHI	R\$ 91.739,06
	GETIN	R\$ 234.923,98
DIPLAN Total		R\$ 612.696,99
GAPRE	ASPRE	R\$ 16.929.181,16
GAPRE Total		R\$ 16.929.181,16
Total Geral		R\$ 55.847.268,83

Fonte: GECOL/COGERH.

Na COGERH as atividades de compra dos fornecedores, acontecem respeitando os procedimentos de licitação (Decreto 32.718 de 15 de junho de 2018, tendo como um dos critérios listados a sustentabilidade ambiental da proposta ou do projeto).

O Art. 31 da Lei nº 13.303/2016 se refere às licitações e contratos e considera o desenvolvimento nacional sustentável nos procedimentos de contratação:

“Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.”



A COGERH poderá colocar como critério nas licitações a responsabilidade social nas compras, que devem ser sustentáveis para o meio ambiente e ser o melhor custo/benefício a médio e longo prazo, e atentar para esse item quando for comparado o menor preço no pregão. Além disso, deve:

- ✓ Orientar a utilização de Termos de Referência com especificações para aquisição de produtos sustentáveis;
- ✓ Elaborar Editais relacionando critérios de sustentabilidade (Lâmpadas LED e equipamentos com eficiência energética - Selo A etc.);
- ✓ Promover e estimular estudos sobre o tema por meio de grupo de trabalho ou estudo que esteja apto para estudar e promover debates e palestras, convidar especialistas na área e capacitar pessoal no que se referir ao tema.

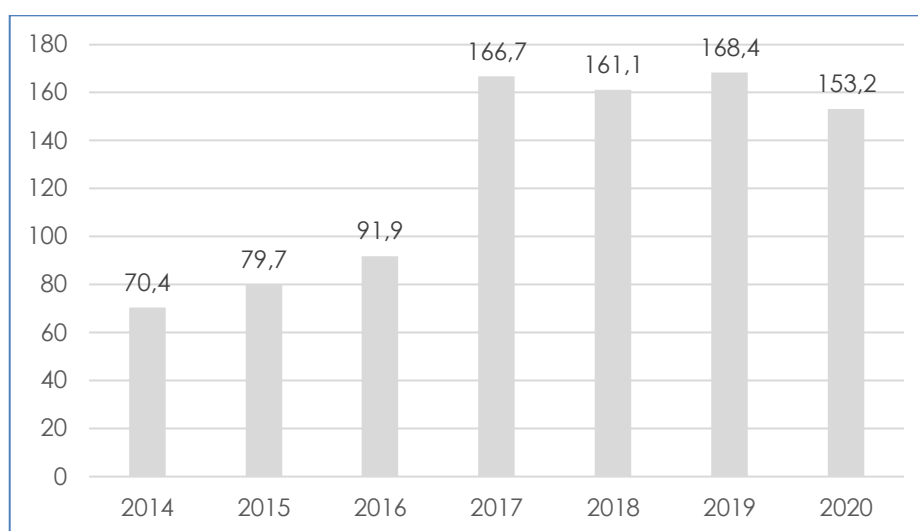
A COGERH tem como orientação a Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI/MP) nº 10/2012 que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) pela administração pública federal. Essa norma dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.



9 CAPITAL FINANCEIRO

As atividades da COGERH no ano de 2020 apresentaram resultado positivo, a exemplo do que aconteceu nos quatro últimos anos. A COGERH alcançou uma receita líquida da atividade na ordem de R\$ 153,18 milhões em 2020, aproximadamente 9% inferior aos R\$ 168,36 milhões obtidos em 2019 (Figura 63).

FIGURA 63 – EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO LÍQUIDO



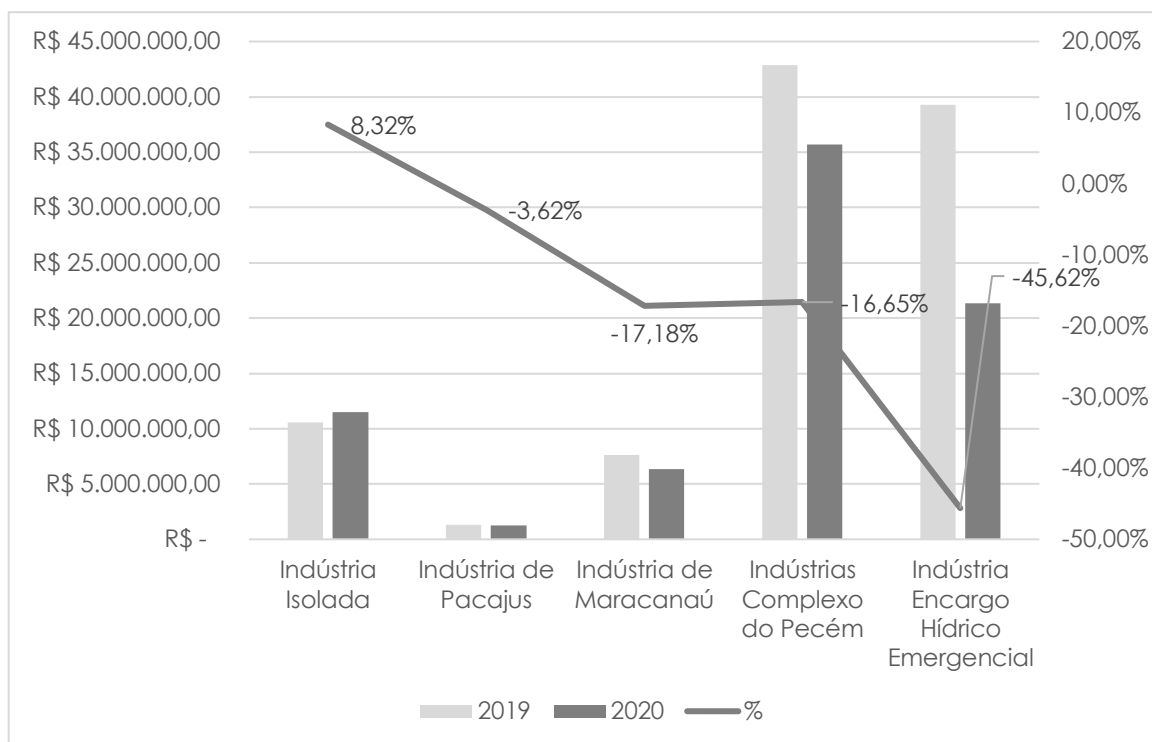
Fonte: Informações Financeiras. Portal COGERH. Disponível em <https://portal.cogerh.com.br/informacoes-financeiras/>

A Receita Bruta, ou seja, a receita antes da dedução de tributos diretos e cancelamentos, em 2020 foi de R\$ 159,14 milhões, enquanto em 2019 foi de R\$ 180,19 milhões, oriundos da cobrança de água bruta. Observa-se assim, que a Receita Líquida da atividade teve uma redução de 15,17 milhões (9,9%), enquanto a Receita Bruta teve uma redução de R\$ 21,05 milhões (13,23%), quando comparado com o período de 2019. Essa redução se deu em virtude da redução de faturamento nas indústrias, em especial nos polos de Maracanaú e do Pecém, no período crítico da pandemia com redução na demanda de produção e paralisações instituídas pelo governo.

Outro fator agravante à queda de faturamento em 2020 foi a drástica redução do arrecadamento através do Encargo Hídrico Emergencial, ligado às empresas do ramo termoeletrônico, que, no período de abril a outubro do citado ano foi praticamente nulo,

encerrando o ano com redução aproximada de 45,6% quando comparado a 2019. Na Figura 64 são detalhados os faturamentos da categoria indústria, incluindo o Encargo Hídrico Emergencial.

FIGURA 64 - DETALHAMENTO DO FATURAMENTO DA CATEGORIA INDÚSTRIA 2019 X 2020



Fonte: Informações Financeiras / Notas Explicativas 2020. Portal COGERH. Disponível em <https://portal.cogerh.com.br/informacoes-financeiras/>

Apesar da redução de 13,23% na Receita Bruta, a Receita Líquida reduziu apenas 9,9% no comparativo, isso porque os cancelamentos, que são deduções da receita, tiveram um valor muito expressivo no ano de 2019. Vide Figura 65.

Conforme o Decreto Estadual nº 32.044/2016, o Encargo Hídrico Emergencial, instituído em agosto de 2016, consiste numa tarifação extraordinária sobre o consumo de água das termoeletricas do Estado, sendo uma tarifa de contingência devido à escassez hídrica e passou a ser cobrado efetivamente a partir de 2017. Desde sua criação o Encargo Hídrico Emergencial tem se mostrado uma importante fonte de receita para a companhia.

FIGURA 65 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE NOS ANOS DE 2019 X 2020

CONTA	2020	2019
RECEITA BRUTA DA ATIVIDADE	159.139.986	180.191.930
(+) RECEITA DE FATURAMENTO NORMAL	137.775.490	140.904.898
(+) RECEITA ENCARGO HÍDRICO EMERGENCIAL	21.364.495	39.287.031
(-) PIS/COFINS	-5.834.334	-6.401.762
(-) CANCELAMENTO DE FATURAMENTO	-99.532	-5.413.392
(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS	-20.447	-17.994
(-) DEVOLUÇÕES	-	-2.122
RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE	153.185.673	168.356.659

Fonte: Informações Financeiras / Notas Explicativas 2020. Portal COGERH.

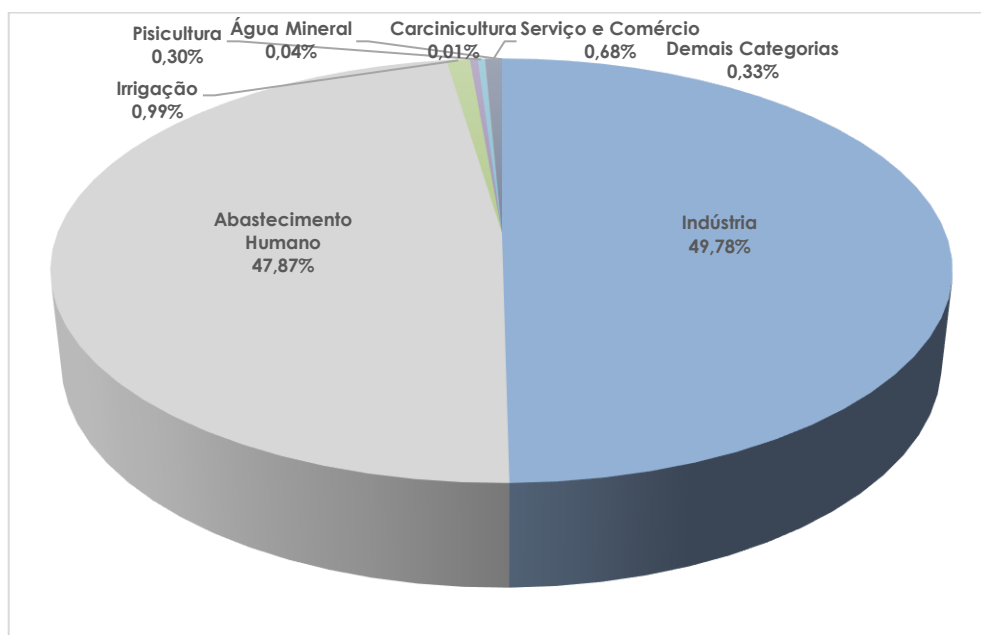
Disponível em <https://portal.cogerh.com.br/informacoes-financeiras/>

Mais de 72% do faturamento da companhia é oriundo de usuários localizados na Bacia Metropolitana. Com a instituição do Encargo Hídrico Emergencial, a categoria das indústrias representa mais de 47,87% do faturamento da COGERH, embora o consumo dessa categoria represente em torno de apenas 6,26% do volume faturado, isso se deve aos valores diferenciados de tarifas que levam em conta a capacidade de pagamento dos usuários, e usuários de menor capacidade de pagamento são subsidiados pelos de maior capacidade, conforme Figura 66 e Figura 67.

O volume total faturado em 2020 foi de 671.070.525,72 m³. Em 2019 foi de 631.608.792,34 m³. Para mais informações sobre as demonstrações financeiras da COGERH acessar os relatórios disponíveis em <https://www.portal.cogerh.com.br/informacoes-financeiras>.

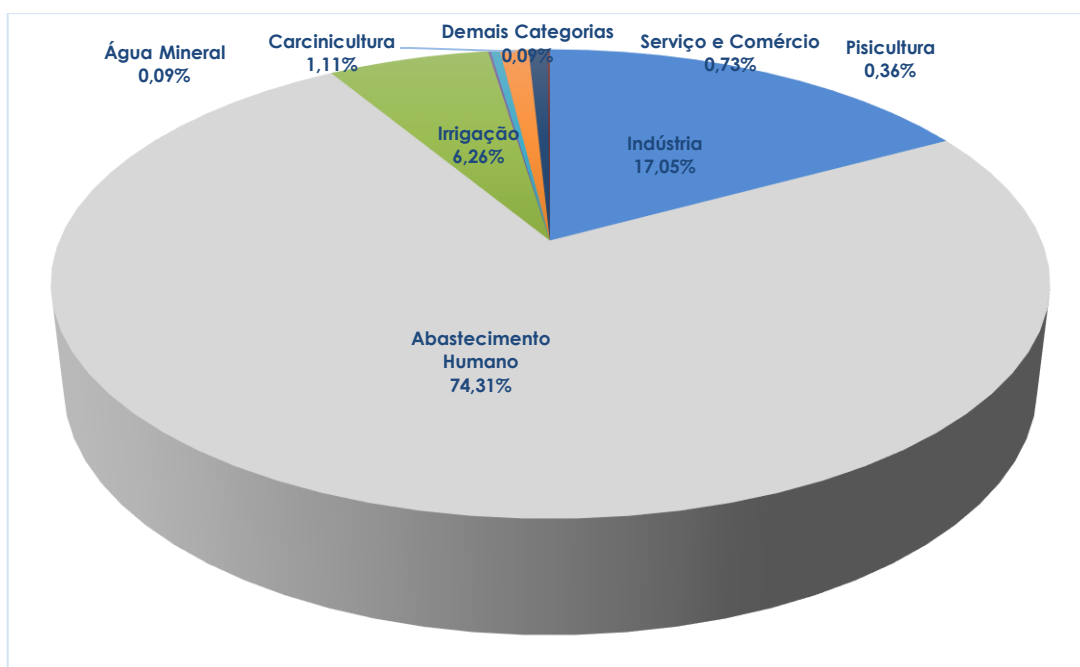


FIGURA 66 – PERCENTUAL DOS VALORES FATURADOS POR CATEGORIA



Fonte: E-mail institucional – Secex COGERH. Evolução ao longo dos anos/GEREU).
 Mensagem recebida de: <secex@cogerh.com.br>

FIGURA 67 – PERCENTUAL DOS VOLUMES FATURADOS POR CATEGORIA

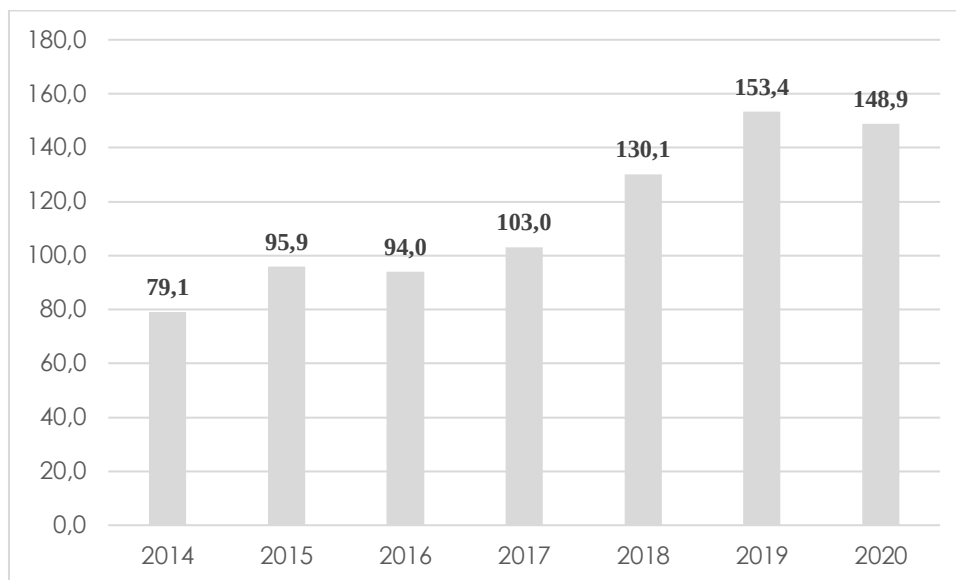


Fonte: E-mail institucional - Secex COGERH. Evolução ao longo dos anos/GEREU. Mensagem recebida de: <secex@cogerh.com.br>

9.1 CUSTOS E DESPESAS

Os custos e despesas de 2020 totalizaram R\$ 148,94 milhões, representando uma redução de 2,93% em relação a 2019 conforme apresentado na Figura 68 e na Figura 69.

FIGURA 68 – EVOLUÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS R\$ (MILHÕES)



Fonte: Informações Financeiras. Portal COGERH.

Disponível em <https://portal.cogerh.com.br/informacoes-financeiras/>.

As variações mais relevantes ocorreram nos custos da atividade e nas despesas administrativas devido aos seguintes fatores:

- **Manutenção de Estruturas Hídricas:** referem-se a gastos com a manutenção de estações de bombeamento, estações elevatórias, canais, açudes e adutoras. O aumento correspondeu a 20,42% equivalente a um aumento de R\$ 3,16 milhões.
- **Assessoria e Consultoria Operacional:** está relacionado a consultorias contratadas pelas Gerências de Estudos e Projetos e de Segurança e Infraestrutura, acerca de estudos técnicos. O aumento correspondeu a 72,48% equivalente a um aumento de R\$ 2,62 milhões.
- **Ajuste de Imobilizado ou Baixas:** referente a baixa de bens sucateados. A redução correspondeu a 99,63% equivalente a uma redução de R\$ 6,53 milhões.
- **Repasse da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos:** criado pela Lei Estadual N.16.852/19, em seu art.16, parágrafo 4 e Decreto Estadual N.33.175/19, art.3,

consiste no repasse do percentual de 3% sobre o valor arrecadado mensalmente, para o sistema de recursos hídricos (SRH, SOHIDRA e FUNCEME). O primeiro repasse foi em outubro de 2019. O aumento correspondeu a 219,84% equivalente a um aumento de R\$ 3,25 milhões.

- Juros Sobre Capital Próprio: Em 2020 houve o repasse equivalente a R\$4.196.747,98 para o governo do Estado.

FIGURA 69 – DETALHAMENTO DE CUSTOS E DESPESAS 2019 X 2020

	2019 (R\$)	2020 (R\$)
Custos e Despesas	153.436.112	148.941.429
Custo da Atividade	119.422.612	116.781.299
Despesas Tributárias	105.131	117.191
Despesas Comerciais	782.943	691.904
Despesas Administrativas	33.125.427	31.351.035

Fonte: Carta Anual de Políticas Públicas COGERH.

9.2 RESULTADO FINANCEIRO

A companhia registrou uma variação de 81% no resultado financeiro 2020 em relação ao de 2019, representando em valores absolutos um montante de aproximadamente R\$ 3,64 milhões (Figura 70).

FIGURA 70 – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO FINANCEIRO 2019 E 2020

	2020 (R\$)	Var %	2019 (R\$)	Var. R\$
Resultado Financeiro	(862.128)	-81%	(4.499.898)	(3.637.770)
Receitas Financeiras	3.373.554	-16%	4.012.133	638.579
(-) Despesas Financeiras	(4.235.683)	-50%	(8.512.031)	(4.276.348)

Fonte: Carta Anual de Políticas Públicas COGERH.

Houve em 2019 um aumento vultoso das despesas financeiras impulsionado pelo cálculo dos juros sobre capital próprio distribuído aos acionistas, porém em 2020 esse valor foi menor ficando limitado a 50% do lucro líquido do exercício antes da dedução deste.



9.3 RESULTADO LÍQUIDO

A redução no lucro líquido em 2020 foi de 61,40% comparado a 2019 e decorre, principalmente, da redução do faturamento da atividade em 9,01% (Figura 71).

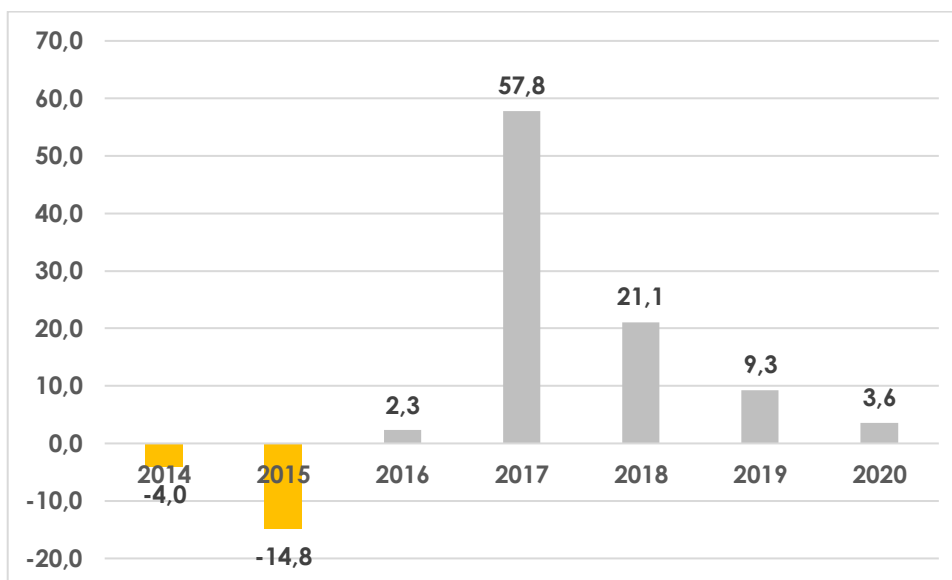
FIGURA 71 – DEMONSTRATIVO DO LUCRO LÍQUIDO DOS ANOS 2019 E 2020

	2020 (R\$)	2019 (R\$)
Receita Líquida da Atividade	153.185.613	168.356.659
Custos e Despesas	148.941.429	(153.436.112)
Outras Receitas Operacionais	814.691	609.067
Resultado Financeiro	(862.128)	(4.499.898)
Provisão para IR e CSLL	(615.336)	(1.751.622)
Lucro Líquido	3.581.411	9.278.094

Fonte: Carta Anual de Políticas Públicas COGERH.

A Figura 72 apresenta a evolução do resultado líquido de 2014 a 2020.

FIGURA 72 – EVOLUÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO 2014 A 2020



Fonte: Informações Financeiras. Portal COGERH. Disponível em <https://portal.cogerh.com.br/informacoes-financeiras/>.

9.4 EBITDA

O EBITDA é uma importante ferramenta para dimensionar o potencial de geração de caixa das empresas e compará-las entre si. No cálculo do EBITDA não são consideradas as despesas não desembolsáveis como depreciação, amortização, e exaustão, como também as despesas financeiras e impostos sobre o lucro, visto que na metodologia de cálculo desse indicador considera-se que estas não possuem relação com a atividade operacional da empresa. Dessa forma, o indicador serve para avaliar a qualidade de gestão operacional de caixa da empresa.

A Margem EBITDA é encontrada pela divisão do EBITDA pela Receita Líquida e mostra a lucratividade operacional da companhia. Em 2020 o indicador atingiu 10,55% superando a meta estabelecida para o período que era de 5,60% (Figura 73).

FIGURA 73 – EBITDA 2020 x 2019

EBITDA	2020 (R\$)	2019 (R\$)
Receitas	154.000.304	168.965.726
Custos	116.781.299	119.422.612
Despesas Operacionais	32.160.130	34.013.501
Depreciação	11.195.093	10.908.287
EBITDA	16.253.968	26.437.900
MARGEM EBITDA	10,55%	15,70%

Fonte: Carta Anual de Políticas Públicas COGERH.

